



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**  
**- CONSEA -**

**- ATA -**

**4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA**  
**ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CONSEA – Gestão 2017-2019**

**Dia: 27 de setembro de 2017**

**Brasília/DF**

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**  
**- CONSEA -**

**4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA**  
**ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CONSEA**

**Dia:** 27/09/2017, de 9h às 17h30

**Local:** Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto - Brasília/DF

**Abertura: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**  
**- CONSEA -**

1 **Informes iniciais:** A presidenta do Consea, Elisabetta Recine, informou que a Secretaria-  
2 Executiva do Consea já havia recibo confirmações das instituições interessadas em serem  
3 observadoras do Conselho. Acrescentou que o convite será feito para aqueles que ainda não  
4 confirmaram, desta vez com um prazo para recebimento de resposta de modo que na plenária  
5 de novembro seja apresentada resolução que indique todos os observadores oficiais deste  
6 Conselho. Em seguida, ela solicitou que os observadores presentes na plenária naquele  
7 momento se identificassem e informassem quais instituições representavam.

8 Assim, Isabela Satamine, do Rio de Janeiro, foi a primeira a se identificar enquanto  
9 observadora representante do Instituto Nacional do Câncer. Depois, Fernando Tiryoğa  
10 informou ser observador do Consea pelo Instituto Interamericano de Cooperação da  
11 Agricultura no Brasil. Cláudia Roseno se apresentou como representante do SESC Nacional,  
12 vinda do Rio de Janeiro pelo Programa Mesa Brasil Sesc. Matheus Ferreira se identificou  
13 como observador representante da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil  
14 e também do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Valmor, proveniente de Cacasvel  
15 (Paraná), informou ser observador pelo Conselho de Engenharia e Agronomia. Janine  
16 Coutinho identificou-se como representante da Organização Pan-americana de Saúde no  
17 Brasil. Pedro Serafim, Procurador Regional do Trabalho, informou ser observador pelo  
18 Ministério Público do Trabalho, pela Procuradoria Geral e também enquanto Coordenador do  
19 Fórum Nacional de Combate aos Impactos de Agrotóxicos.

20 Após estas apresentações, Elisabetta Recine retomou a palavra e deu boas vindas a todos os  
21 observadores. Acrescentou que, diante da complexidade e das muitas dimensões que

22 compõem a segurança alimentar e nutricional, os observadores têm muito a acrescentar às  
23 discussões do Conselho a partir de uma participação sistemática deles no Consea.

24 Recine apresentou outro informe sobre o mês de setembro, chamado de Setembro Amarelo,  
25 pelo destaque que é dado neste mês ao tema do suicídio, seus determinantes e dimensões do  
26 problema. Afirmou que existem várias informações epidemiológicas que demonstram a  
27 gravidade desta dificuldade, não só no Brasil, mas no mundo como um todo. Tais  
28 informações evidenciariam, inclusive, que o suicídio afeta grupos específicos da população,  
29 como povos indígenas, jovens e moradores de periferias das grandes cidades. Ele também  
30 estaria relacionado a práticas profissionais específicas, as quais levam a maior vulnerabilidade  
31 em relação ao suicídio. Julgou que tal menção a este tema seria importante, pois os mesmos  
32 grupos que em situação de maior vulnerabilidade quanto ao suicídio também são os mais  
33 preocupantes em termos de insegurança alimentar e nutricional.

34 Adicionalmente, informou que todas as recomendações aprovadas pelo Consea e a Exposição  
35 de Motivos sobre água já haviam sido devidamente encaminhadas a todos os setores  
36 responsáveis. Quanto à Exposição de Motivos, especificamente, fora encaminhada tanto à  
37 Caisan quanto à Presidência da República, neste último caso houvera inclusive notificação  
38 confirmando o recebimento. Acrescentou que, à medida que cheguem outras respostas aos  
39 documentos produzidos pelo Consea, os conselheiros seriam atualizados.

40 Quanto à Reunião do Fórum Interconselhos inicialmente prevista para o final de setembro e  
41 que trataria do monitoramento tempestivo do PPA esclareceu que foi adiada, com nova data  
42 prevista para novembro.

43 Sobre a quinta plenária afirmou que a primeira reunião preparatória já havia ocorrido a fim de  
44 delimitar o escopo do tema a ser então tratado: racismo institucional, terra e território. Nesta  
45 reunião, participaram tanto a sociedade civil quanto o governo e os temas abordados  
46 provieram principalmente da discussão inicial do assunto já feita durante a última mesa  
47 diretiva. Avisou que reunião presencial fora marcada para meados de outubro de forma que o  
48 grupo de preparação da plenária consiga se aprofundar nesta preparação. Acrescentou que  
49 quando o grupo de trabalho já tivesse documentos para discussão elaborados, estes seriam  
50 enviados a todas as conselheiras e conselheiros. Ademais, de antemão, o Consea já possuiria  
51 muitos documentos prontos seja abordando terra e território seja abordando a questão de  
52 desigualdades motivadas pelo racismo. Estes já teriam sido enviados a todos para que tenham

53 um panorama geral do que já vem sendo acumulado no Conselho em relação a essa agenda.  
54 Nesse sentido, solicitou aos conselheiros leitura dos documentos mais estratégicos de cada  
55 uma das plenárias a fim de que a participação de todos se torne mais qualificada, com uma  
56 incidência muito mais dirigida tanto nas Comissões Permanentes quanto na própria plenária.

57 Sobre a quarta oficina regional do SISAN, com início previsto um dia após esta plenária, a  
58 Caisan Nacional estaria coordenando a reunião dos Conseas e das Caisans estaduais em  
59 encontros regionais. Informou que o Consea já havia participado das três anteriores, Sul,  
60 Sudeste e Nordeste e que a quarta oficina seria a do Centro-Oeste, estando a oficina da região  
61 Norte prevista para outubro. Opinou que, do ponto de vista da participação do Consea, as  
62 oficinas seriam oportunas para dialogar com as Caisans estaduais e com os representantes de  
63 governos dos estados. Nelas, teriam ocorridos vários grupos de trabalhos, ricos no sentido de  
64 discutirem a questão da participação social, em como ampliar, qualificar e diversificar esta  
65 participação.. As oficinas estariam permitindo montar um panorama desse cenário da  
66 participação social e seus desafios. Analisou que muitas vezes nem há representantes diretos  
67 dos Conseas estaduais e sim representantes de movimentos e organizações sociais que – que  
68 apesar de não atuarem diretamente nos Conseas – trabalham em torno da agenda de segurança  
69 alimentar e nutricional de modo a acrescentar com suas informações, visões e perspectivas a  
70 respeito dos meios de prosseguir e aprofundar o processo de participação social. Recine  
71 informou que teria participado de todas as oficinas juntamente a integrantes da Assessoria  
72 Técnica e da Assessoria de Comunicação da Secretaria-Executiva. Pretende-se que  
73 posteriormente a todos os encontros se divulgue uma síntese dos pontos centrais que  
74 apareceram durante as oficinas em relação à questão da participação social. Ademais, a  
75 Caisan também ficou encarregada de disponibilizar um relatório final das oficinas para tratar  
76 de outros aspectos do Sisan, além da questão da participação.

77 Outro informe foi referente à participação do Consea no Simpósio Regional de El Salvador. O  
78 Conselho foi representado pela presidenta Elisabetta Recine e pelo conselheiro Anderson do  
79 MPA. O tema central das discussões teria sido sistemas alimentares de nutrição, o que para o  
80 Brasil já seria uma agenda mais conhecida e que busca trabalhar a articulação das dimensões  
81 de produção, abastecimento, consumo e saúde. Estaria ocorrendo agora uma articulação  
82 internacional maior sobre este tema a partir de seminários regionais nas diversas áreas do  
83 mundo. América Latina e Caribe foram os primeiros e o tema central da discussão esteve  
84 voltado à criação pontes para realmente fazer uma articulação para que sistemas alimentares

85 produzam alimentos saudáveis e de maneira sustentável, não só do ponto de vista ambiental,  
86 mas também social e econômico.

87 Recine esclareceu que o Consea também esteve presente no Congresso Latino-Americano de  
88 Agroecologia, o qual ocorreu em Brasília com participação de em torno de três mil pessoas.  
89 As discussões teriam sido intensas e qualificadas. Além da programação científica, houve  
90 também várias tendas, que eram circuitos temáticos sobre alimentação adequada e saudável  
91 coordenados pelo MDS (Sesan). O Congresso teria sido relevante ao reunir diferentes setores  
92 defensores da agroecologia.

93 Informou ainda que o Consea tem participado das reuniões plenárias da Caisan com o  
94 objetivo de deixar os diferentes setores de governo mais ambientados a respeito de uma  
95 extensa pauta temas referentes à segurança alimentar e nutricional. Via de regra, durante estas  
96 reuniões também se discute sobre a agenda central de cada plenária do Consea de modo a  
97 preparar o governo a participar das plenárias.

98 Recine esclareceu que de 9 a 13 de outubro de 2017 iria ocorrer reunião anual do Comitê  
99 Mundial de Segurança Alimentar (CSA), sediado na FAO, mas também com representação de  
100 diferentes organismos das Nações Unidas; comitê este importante por ser um espaço  
101 internacional multilateral que trata de segurança alimentar e nutricional. Tal Comitê destaca-  
102 se por reunir a maior diversidade de representantes da sociedade civil e dos movimentos  
103 sociais que trabalham, que militam na agenda de segurança alimentar e nutrição com outros  
104 mecanismos (mecanismos das universidades, parlamentares, do setor privado e governos). O  
105 CSA que historicamente sempre teve uma agenda muito centrada na produção de alimentos e,  
106 por isso, com uma participação de governo muito centrada nos Ministros de Agricultura,  
107 caminha hoje para um processo de reforma com ampliação de sua agenda para o tema de  
108 segurança alimentar e nutrição. As agendas do urbano, das compras, da nutrição, da saúde  
109 começam a entrar de uma maneira mais estruturada dentro das discussões do Comitê e este  
110 ano configurou-se como um divisor de águas neste contexto uma vez que se lançará um  
111 relatório sobre sistemas alimentares e nutrição, o qual iniciará um período de um ano de  
112 negociações governamentais a fim de definirem políticas a serem recomendadas  
113 internacionalmente. Recomendações para que os países adotem sistemas alimentares  
114 sustentáveis, produtores de alimentação adequada e saudável unida às práticas alimentares e à  
115 saúde. A agenda do CSA de 2017 também foca a segurança alimentar e nutricional no  
116 ambiente urbano, na agenda de direitos da mulher e de compras públicas. Ademais, ampliou-

117 se a participação de setores de governo para além dos Ministérios de Agricultura, há presença  
118 agora do desenvolvimento social, da saúde, da educação, dentre outros. Quanto à participação  
119 do Brasil no CSA, sempre teria buscado democratizar a participação com representantes de  
120 diferentes setores de governo e da sociedade civil brasileira e teria como enfoque a ampliação  
121 da agenda do Conselho. Acrescentou que a Contag estaria presente no CSA deste ano, não  
122 pelo Consea, mas por fazer parte do mecanismo da sociedade civil. De forma análoga, a  
123 Conselheira Christiane Gasparini estaria presente nesse mesmo mecanismo, mas como  
124 representante do Instituto Pólis. Elisabetta Recine informou que foi uma das integrantes do  
125 grupo de trabalho responsável pela elaboração do relatório de sistemas alimentares e nutrição  
126 e que também fará parte do painel de especialista do CSA.

127 Recine anunciou que o Ministério Público enquanto observador do Consea e que do qual faz  
128 parte também o Ministério Público do Trabalho e o Comitê de Controle de Impactos dos  
129 Agrotóxicos havia trago à plenária um folheto informativo sobre a agenda do Fórum de  
130 Controle de Impactos dos Agrotóxicos e que o informativo seria distribuído a todos os  
131 presentes.

132 Por último, demandou aos presentes – em relação à ata da plenária anterior – se havia  
133 questionamentos. Como ninguém se manifestou, a ata foi considerada aprovada e foi dada  
134 boas vindas aos integrantes da mesa da manhã. A presidenta do Consea chamou à mesa o  
135 Secretário de Segurança Alimentar e Nutricional, Caio Rocha, a agricultora de Ilhéus, Rita  
136 Maria Santana dos Santos e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Paulo  
137 André Nierdele. Também compuseram a mesa a Diretora Substituta do Programa de  
138 Aquisição de Alimentos, Andressa Jordão. Recine avisou que o Secretário da Agricultura  
139 Familiar havia confirmado presença e que teria pedido para começar as discussões sem ele  
140 devido a imprevistos em sua agenda. Karine Santos, a coordenadora Geral do Programa  
141 Nacional Alimentação Escolar foi convidada a compor a mesa junto com o conselheiro do  
142 Consea, Marcos Rochinsky. Recine passou a palavra então ao Secretário Caio Rocha a fim de  
143 que ele fizesse a abertura da mesa.

144 **Abertura e Saudação:** Caio Rocha saudou a Sra. Rita Maria Santana dos Santos como  
145 representante estadual da política pública de segurança alimentar e nutricional. Explicou que  
146 acredita que a razão de existência dos conselhos é para que seja possível aprimorar, fiscalizar  
147 e propor novas políticas públicas. A presença dela é significativa por permitir verificar se a  
148 política pública está dando certo ou não. Em seguida agradeceu a presença de Marcos

149 Rochinsky, lembrando da trajetória dele a favor da agricultura familiar e a favor dos menores.  
150 Destacou a presença do Professor Paulo André Nierdele pela Universidade Federal do Rio  
151 Grande do Sul, lembrando que a universidade tem vários trabalhos conjuntos com o MDS  
152 na questão de segurança alimentar, os quais permitem fortalecimento da agenda dos Conseas  
153 estaduais. Registrou a presença do FNDE, através da Coordenadora do PNAE, Karine Silva  
154 dos Santos. Destacou a presença do dirigente maior do Programa Mundial de Alimentação,  
155 Daniel Balaban. Saudou também os novos observadores do Consea, os quais ao se agregarem  
156 à participação social enriquecem os debates do Consea; dentre estes fez menção específica à  
157 observadora do Instituto Nacional do Câncer e ao representantes do Instituto Interamericano  
158 de Cooperação para a Agricultura, Confederação da Agricultura e Pecuária no Brasil, Serviço  
159 Nacional de Aprendizagem Rural, Serviço Social do Comércio, Conselho Regional de  
160 Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Paraná), Organização Pan-Americana de Saúde e  
161 Ministério Público do Trabalho.

162 O Secretário Caio Rocha mencionou ainda que neste dia de plenária em específico ele se  
163 encontrava oficialmente de férias e a Lilian Rahl seria, portanto, a Secretária-Executiva de  
164 fato da Caisan, mas ele solicitou interrupção deste dia de férias para participar da plenária, ao  
165 reconhecer a importância da pauta a ser discutida.

166 Fez algumas explicações relativas ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ao afirmar  
167 que o PAA não será extinto, apesar do contingenciamento de 173 milhões de seu orçamento  
168 de 2017. Mencionou que cortes orçamentários não têm se restringido à política de SAN,  
169 estaria ocorrendo em diversas políticas públicas em função do déficit fiscal. Além de afirmar  
170 que o programa não seria extinto, lembrou que no mês de dezembro de 2016 mais de 100  
171 milhões foram liberados pela Caisan para o PAA. Com um orçamento inicialmente previsto  
172 de 420 milhões, ao final do ano, o orçamento do programa chegou a 538 milhões. Nesse  
173 contexto, mencionou que esteve em reunião com o Ministro da Educação, Osmar Gasparini  
174 Terra, a fim de que trabalhem conjuntamente em uma solução para a questão orçamentária do  
175 PAA. Quanto ao orçamento para o ano de 2018, com previsão de 750 mil, ainda não estaria  
176 fechado, discute-se internamente a revisão do valor a partir da autorização legislativa de  
177 descontingenciamento. Nesse sentido, ressaltou a importância do PAA enquanto raiz das  
178 compras governamentais, que atende ao pequeno agricultor e que precisa aprofundar em  
179 questões relativas a comunidades tradicionais de modo que ele de fato atinge a população  
180 mais pobre do país. Mencionou que os critérios do PAA de definição de áreas em relação à

181 maior insegurança alimentar precisam ser aprimorados. A Caisan estaria trabalhando  
182 juntamente com a CONAB para melhor definir as áreas com mais dificuldades na questão do  
183 acesso à alimentação e à renda. Nesse contexto, convidou o Conselho a discutir juntamente  
184 com a Caisan a respeito dos critérios a serem adotados, pois julga que tal tomada de decisão  
185 depende do envolvimento dos movimentos sociais.

186 Outra questão que afirmou ser importante focar refere-se às exigências sanitárias: no que  
187 concerne à fiscalização e comercialização da produção animal muitas são as dificuldades  
188 enfrentadas pelo Ministério da Agricultura. Neste aspecto, mencionou que a Caisan está  
189 formalizando um grupo de trabalho junto com Ministério da Agricultura, a Fetraf, a Contag e  
190 a Unicafe, dentre vários outros setores, com o objetivo de tentar um acordo de  
191 aprimoramento desta questão da fiscalização e da comercialização. Nesse contexto, opinou  
192 que as atuais regras de fiscalização do Ministério da Agricultura são de fato rígidas e  
193 necessitam de melhoramentos.

194 O Secretário Caio Rocha finalizou sua fala ao informar que há um Comitê Consultivo do  
195 PAA, o qual precisa se reunir a partir do momento em que haja uma definição clara quanto ao  
196 orçamento do Programa. Neste Comitê, tem se dado muito valor aos movimentos sociais e crê  
197 que a participação social é o caminho certo para diversos programas como o das sementes  
198 também. Concluiu destacando que valoriza a participação social e que está comprometido  
199 com as demandas do Consea.

200 Elisabetta Recine retomou a palavra e agradeceu a manifestação de comprometimento do  
201 secretário. Voltou à questão dos observadores do Consea e fez menção ao Coordenador do  
202 PMA no Brasil, Daniel Balaban, e ao representante da FAO, Gustavo Chianca. Então, passou  
203 a palavra à Rita Maria e mencionou que ela teria vindo acompanhada pela Viviane,  
204 nutricionista que também é de Ilhéus, do Consea municipal. Deu boas vindas à Viviane,  
205 agradeceu pela sua presença e passou a palavra à Rita.

206 **Relato da experiência de agricultura familiar da área rural de Ilhéus, Bahia – fala de**  
207 **Rita Maria Santana dos Santos, Produtora Rural:** A Sra Rita se apresentou como pequena  
208 produtora rural de Ilhéus. Filha de agricultores, seus pais tiveram 12 filhos e criaram todos  
209 eles na roça. Na época não tinha energia elétrica, nem água encanada e o transporte era de  
210 canoa. Uma infância com muito sacrifício em que desde pequena já trabalhava com os pais no  
211 campo, plantando feijão. Quando cresceu, ficou 5 anos trabalhando em São Paulo e depois



212 retornou à Bahia, porque a agricultura era seu ambiente natural e não a cidade grande.  
213 Afirmou ter começado plantando na roça para vender na feira o que produzia. Sua roça possui  
214 atualmente 5 hectares, sendo 1.2 hectares de reserva legal por possuir nascente no terreno.  
215 Afirmou trabalhar em 4 hectares com o marido e os filhos. Nesse contexto de retorno ao  
216 campo, viu sua comunidade se desfazer e muitos jovens deixarem o roçado por falta de  
217 incentivo. Refletiu então sobre a necessidade de reativar a associação, a qual foi criada em  
218 1996, mas estava estagnada. Reuniu um grupo de 12 pessoas e elegeram um presidente,  
219 formaram uma diretoria e iniciaram suas ações, ainda que não possuíssem nenhuma  
220 experiência em associativismo. Nesse ínterim, a Secretária de Ilhéus procurou a Associação,  
221 para que se cadastrassem no PAA. Muitas pessoas foram contra e acharam que não daria  
222 certo. Dois meses após o cadastro, o governo agendou uma reunião sobre o programa a fim de  
223 iniciá-lo. A Associação começou a fazer as entregas para o PAA com apenas 12 pessoas da  
224 comunidade de Maria Jape. Assim, o que ela não vendia na feira levava para o PAA, o que  
225 facilitou bastante a entrada de renda para ela e os 12 associados, pois muitas vezes nem tudo  
226 que se leva para a feira é vendido e – no caso do PAA – tudo que é entregue de produção ao  
227 programa não retorna. Afirmou que o programa foi muito benéfico ao associativismo e ao  
228 cooperativismo de sua comunidade, os jovens que estavam indo embora retornaram ao campo  
229 para plantar e entregar sua produção ao PAA. Posteriormente, veio o Programa Nacional de  
230 Alimentação Escolar e a comunidade passou a demandar mais da associação, as pessoas se  
231 uniram e a força da comunidade voltou a crescer. Atualmente possuem 50 agricultores  
232 associados, todos eles plantam e 43 destes participam do PAA. Reivindicou a não extinção do  
233 programa, pois ele mudou a vida de muitos que trabalham no campo. Afirmou que – apesar  
234 no momento estar mais envolvida com a Associação – prefere trabalhar no campo, mas que  
235 no momento atual a produção orgânica de seu terreno fica mais a cargo do marido que  
236 inclusive vende na feira orgânica da universidade (UESC). Disse ser orgulhosa de sua  
237 Associação e das conquistas que a instituição trouxe para a agricultura familiar da região;  
238 receberam, por exemplo, cursos de poda e assistência técnica. Afirmou que agricultura  
239 familiar gera um alimento saudável, contribui com a saúde de muitos por ser livre de  
240 agrotóxicos, permite que a família do meio rural permaneça no campo com condições dignas.  
241 Por fim, valorizou o trabalho dos nutricionistas que também defendem a produção livre de  
242 agrotóxicos.

243 Elisabetta Recine retomou a palavra, agradeceu o relato pessoal e passou a palavra ao  
244 Professor Paulo André Niederle.

245 **Contextualização e análise de conjuntura – transcrição da apresentação na mesa de**  
246 **abertura da 4ª Reunião Plenária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e**  
247 **Nutricional (Consea), em 27/09/2017 de Paulo André Niederle, Professor da**  
248 **Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)**

249 Em 1984 um autor que eu reputo muito escreveu um livro que se chama “Como se faz análise  
250 de conjuntura”. Fazer análise de conjuntura significa identificar acontecimentos, cenários,  
251 atores e relações de força. Permitam-me traçar um exemplo disso focando apenas nas  
252 preocupações dos atores sociais. Por exemplo, quais seriam as preocupações do governo?  
253 Inflação, dívida, recessão, desemprego, reforma constitucional, legitimidade, estabilidade,  
254 reforma partidária. Preocupações dos trabalhadores: as transformações na classe operária,  
255 achatamento salarial, inflação, desemprego, modificação da CLT com negociações entre  
256 patrões e empresários, liberação da legislação oficial. Preocupações dos agricultores: criação  
257 dos Ministérios de Desenvolvimento e Reforma Agrária, ampliação das lutas no campo e da  
258 violência. Outras preocupações centrais: a relação do Estado com a Igreja; a relação do Estado  
259 com os movimentos sociais.

260 É claro que qualquer análise nunca vai ser neutra. Em qualquer análise de conjuntura o  
261 analista escolhe os elementos, interpreta e cria uma relação entre eles para construir uma  
262 narrativa. O que é interessante, no entanto, é que estas preocupações que eu acabei de citar,  
263 elas não são preocupações minhas. Na verdade, tudo que eu acabei de mencionar está referido  
264 neste livro escrito em 1984. Ou seja, são preocupações específicas àquele momento histórico.

265 O autor que escreveu tudo isto que eu acabei de citar faleceu em 1987, há trinta anos. Era o  
266 irmão do Henfil. Chamava-se Herbert José de Souza, ou Betinho. O Betinho provavelmente  
267 ficaria estarecido com o último relatório da FAO sobre o estado da agricultura e da  
268 alimentação no mundo. Segundo o relatório, depois de quase 15 anos de retração, a fome  
269 voltou. Em um ano, de 2015 a 2016, aumentamos 38 milhões de pessoas subalimentadas. Em  
270 relação à fome, passamos de 80 milhões para 180 milhões em um ano no mundo. Isto é  
271 resultado da confluência entre aumento de preços, concentração de setor agroalimentar, crises  
272 ambientais, migração, conflitos, guerra... as causas são as mais diferentes possíveis.

273 Não é à toa que a maior parte das agências internacionais (IICA, FAO...) estão voltando as  
274 suas agendas e os seus recursos para o tema da fome e da pobreza novamente. Por mais  
275 incrível que pareça, estes temas voltam a ser a pauta e a agenda da próxima década. No caso  
276 do Brasil, a rigor, não há nada de novo ou de excepcional nessa história. As principais  
277 mudanças no último século no Brasil estão diretamente implicadas com o problema da fome e  
278 da carestia alimentar.

279 Foram, de certo modo, as crises de abastecimento alimentar que derrubaram Washington Luiz  
280 e permitiram a improvável ascensão do Getúlio Vargas, o qual vai criar comissão de  
281 abastecimento, a companhia de financiamento de produção, o serviço de assistência e  
282 previdência social, os restaurantes populares e os pontos de subsistência para entrega de  
283 alimentos à população pobre. O tema vai estar novamente na agenda na queda de João  
284 Goulart, que propôs um conjunto de reformas de bases, incluindo a reforma agrária, para  
285 atacar, em alguma medida, o problema da carestia alimentar e uma inflação que, em 1963,  
286 chegou a 83%.

287 No caso dos governos militares, eles também tiveram que enfrentar o problema. Não  
288 exatamente porque fazia parte da estratégia, mas porque tinham que resolver os efeitos das  
289 políticas de modernização. O interessante é que, com relação a este momento, falamos  
290 basicamente do crédito, do Proagro, da Embrapa, da Embrater, mas raramente nos remetemos  
291 as ações de abastecimento e segurança alimentar como, por exemplo, a articulação do sistema  
292 nacional de abastecimento alimentar em 1972; a criação do Instituto Nacional de Alimentação  
293 e Nutrição, em 1973; que, no mesmo ano, lança o primeiro Programa Nacional de  
294 Alimentação e Nutrição; em 1976, a criação do Programa de Alimentação do Trabalhador e,  
295 um ano depois, o programa de apoio à comercialização de produtos hortigranjeiros. Na década  
296 de 1970, a Rede Somar marca uma experiência praticamente desconhecida, que comprava  
297 alimentos dos pequenos produtores e repassava a valores subsidiados para o pequeno varejo, e  
298 esse pequeno varejo assumia um papel importante no abastecimento.

299 O choque liberal dos anos 80 acabou com tudo isso. O Estado transferiu responsabilidades  
300 para o setor privado. Os supermercados assumiram a responsabilidade pelo abastecimento. Já  
301 as políticas agrícolas vão ser a maior preocupação do Estado, as quais vão se concentrar  
302 basicamente em aumentar a produção e produtividade. No entanto, meio século depois do  
303 surto de modernização, o problema da fome volta, mesmo com o aumento mundial da  
304 produção em 54%. É claro que, hoje, quem controla o abastecimento é basicamente o setor de

305 supermercados. Não é à toa que o Wal-Mart é a maior empresa do mundo, acima das  
306 petroleiras, acima do setor de tecnologia de informação, acima de qualquer outra.

307 A luta do Betinho no final dos anos 80 e 90 reintroduziu o tema da fome na agenda do Estado.  
308 Algumas iniciativas começaram com o Itamar Franco e o Fernando Henrique Cardoso  
309 continuou com [o Programa] Comunidade Solidária. O Lula consolidou a questão da fome e  
310 da miséria como agenda central do Estado. E vocês conhecem o restante da história. O que  
311 não sabemos, contudo, é o futuro. Mas aí seria necessário um vidente. De outro modo, eu  
312 quero me concentrar no aspecto mais analítico disso.

313 A primeira conclusão desse processo histórico é que inúmeras iniciativas já foram construídas  
314 ao longo de um século em termos de políticas de abastecimento e segurança alimentar. O  
315 problema é que a maior parte delas foi interrompida quando mudanças políticas expressivas  
316 aconteceram. Essa é uma recorrência no Estado brasileiro: a interrupção radical nas políticas  
317 de abastecimento alimentar. Isso é muito recorrente. A iniciativa da Rede Somar, por  
318 exemplo, de articulação com pequeno varejo, nunca foi retomada e poderia ser uma política  
319 interessante.

320 É óbvio que o contexto atual é diferente, que a agora temos a transnacionalização do varejo.  
321 Mas não estamos falando em repetir as políticas. O problema é que, ao invés de ajustes, a  
322 ruptura tem sido um aspecto bastante recorrente da trajetória brasileira.

323 Desde a morte do Betinho, há trinta anos, algumas coisas se alteraram. Nos tornamos  
324 referência em políticas públicas perante a comunidade internacional e [o Brasil] assumiu  
325 responsabilidade perante a comunidade internacional em relação a essas políticas. Somos  
326 modelo do ponto de vista da construção de políticas. Agora é importante que não nos  
327 tornemos um modelo do ponto de vista da desconstrução dessas políticas.

328 Josué de Castro provavelmente ficaria satisfeito com o que fizemos no Brasil e no mundo  
329 com essas políticas. Grande parte do sucesso delas tem a ver com o apoio à agricultura  
330 familiar. Pelo menos essa é a narrativa que predominou até hoje. No entanto, o que eu quero  
331 argumentar com vocês na segunda parte da minha intervenção é que nada garante que essa  
332 narrativa continuará prevalecendo.

333 Todo mundo aqui sabe que o reconhecimento da agricultura familiar a partir dos anos 90 foi  
334 fundamentalmente focado em dois aspectos: capacidade de produzir alimentos para enfrentar  
335 o problema da inflação no mercado interno e capacidade de absorver mão de obra para

336 enfrentar o problema do êxodo e do desemprego. Esses foram os dois grandes temas nos anos  
337 90. Foram eles que mobilizaram três atores centrais: movimentos sociais e sindicais,  
338 pesquisadores e gestores públicos. E foram a partir deles que se criou um pacto, a partir do  
339 qual produzimos três grupos de políticas: política agrícola (PRONAF, SEAF, PGPF), políticas  
340 sócioassistenciais (habitação rural, território da cidadania, Brasil Sem Miséria, Bolsa Família)  
341 e políticas de segurança alimentar (PAA, PNAE).

342 Quais são as principais avaliações em relação a estas políticas? Primeiramente, que elas  
343 tiveram um impacto fundamental para reduzir pobreza e miséria, estimular a produção de  
344 produtos diferenciados, estimular a diversificação, estimular a associação de produtores.  
345 Vocês conhecem muito bem os impactos positivos dessa trajetória.

346 Agora, por outro lado, há limites e há problemas. Primeiro, a dificuldade de romper com as  
347 dinâmicas mais amplas do setor agroindustrial. Segundo, a concentração dos recursos em  
348 políticas de crédito (e o PRONAF, particularmente, concentrando recursos em commodities e  
349 na região sul – e no último ano, aumentou ainda mais a concentração na região sul). Terceiro,  
350 as enormes dificuldades para apoiar a produção agroecológica e as comunidades tradicionais.  
351 Quarto, os problemas institucionais para a territorialização das políticas públicas – e aqui  
352 temos uma ruptura que tem a ver com as políticas de desenvolvimento territorial. Quinto e  
353 último, acho que o principal problema é que temos uma dificuldade em articular estes  
354 diferentes tipos de políticas públicas. Há uma enorme desconexão entre políticas agrícolas,  
355 socioassistenciais e de segurança alimentar.

356 É como se determinadas políticas tivessem que ser criadas para corrigir problemas que foram  
357 gerados por outras políticas. E eu estou falando apenas das políticas para a agricultura  
358 familiar. Não conseguimos articular, suficientemente, estas políticas porque isso depende de  
359 criar uma estratégia de desenvolvimento rural coesa.

360 Nos anos 2000, o José Eli da Veiga, que era secretário do CONDRAF no governo Fernando  
361 Henrique Cardoso, produziu um texto que se chamava “O Brasil rural precisa de uma  
362 estratégia de desenvolvimento rural”. Este texto foi debatido pelo Valter Bianchini, pelo Jean  
363 Marc Von der Weid e pelo José Graziano da Silva. O modo como se deu este debate  
364 demonstrou que, em primeiro lugar, havia um contexto em que as discussões acadêmicas e  
365 políticas tinham muitas divergências, mas se davam com respeito acerca das diferenças;  
366 segundo, que havia um entendimento de que era necessário traçar uma estratégia de

367 desenvolvimento rural, apesar das divergências sobre qual seria essa estratégia (José Eli muito  
368 mais focado em diversificação, sustentabilidade..., Graziano muito mais focado na questão do  
369 salário, da pobreza...). Em terceiro lugar, já naquele momento se identificavam os limites da  
370 coexistência entre agricultura familiar e agronegócio, embora o José Eli da Veiga fosse muito  
371 mais otimista e considerava que o CONDRAF teria capacidade de gerir essas diferenças. O  
372 problema é que os representantes do agronegócio nunca se submeteram ao CONDRAF, ou a  
373 outro fórum de gestão de políticas públicas.

374 Passados quase vinte anos, o contexto atual demonstra que o debate nos campos acadêmicos e  
375 políticos tem sido parcialmente bloqueado por um recrudescimento de posições. Os termos  
376 que José Eli colocava em discussão há vinte anos ajudam a ilustrar o que estou falando:  
377 “Alguns pesquisadores dizem que no Brasil há um excesso de agricultores, são conclusões  
378 temerárias que colidem com a permanência extraordinariamente duradoura desses produtores  
379 de pequeno porte, durante toda a segunda metade do século vinte”. Isto o José Eli falou há  
380 quase 20 anos.

381 O problema é que há novamente pesquisadores apresentando uma profecia que pode se auto-  
382 realizar: a ideia de que a agricultura familiar vai acabar. Na minha opinião, a agricultura  
383 familiar está em risco. Mas este risco não tem nada a ver com sua incapacidade ou  
384 inviabilidade. Tem a ver com o modo como ela está sendo atacada. Um único exemplo, e  
385 talvez o principal deles, é o modo como a sobrevalorização do preço da terra tem criado um  
386 enorme custo de oportunidade para a manutenção da agricultura familiar.

387 Em segundo lugar, avançamos muito pouco nestes vinte anos no debate sobre os desacordos.  
388 Todos reconhecem que o agronegócio encontrou a sua trajetória: exportação, commodities...  
389 Eu até posso afirmar que é uma trajetória que repete a mesma estratégia histórica da elite  
390 agrária brasileira no último século. Não concordo com ela, mas é uma trajetória. É uma  
391 estratégia extremamente vulnerável ao longo prazo, mas é uma estratégia. De outro modo, a  
392 agricultura familiar encontrou mais dificuldades em definir sua estratégia. Até mesmo o  
393 dilema da especialização versus diversificação continuou ao longo deste tempo. Por conta  
394 disso, produzimos múltiplas desconexões: desconexão entre a política macroeconômica e a  
395 política agrícola; desconexão entre a política agrícola e as políticas sociais; desconexão entre  
396 a política agrícola diferenciada (o PRONAF) e a política de segurança alimentar. Para  
397 resolver isso é fundamental definir a estratégia e, a partir disso, reprogramar as políticas  
398 públicas para efetivamente pensar na inclusão produtiva.

399 Terceiro e último ponto desse debate: a questão da coexistência entre agricultura familiar e  
400 agronegócio. José Graziano afirmou nos anos 2000 que esta oposição se baseia, em última  
401 instância, em um falso e maniqueísta conflito. Muita gente continua afirmando isso. Eu  
402 concordo parcialmente com isso. Embora este dualismo seja absolutamente insuficiente para  
403 pensar estratégias de desenvolvimento rural e, de fato, ele é utilizado de maneira maniqueísta,  
404 ele não é falso. Agricultura familiar e agronegócio se estabeleceram como categorias  
405 sociopolíticas com as quais as pessoas se identificam e expressam estratégias de  
406 desenvolvimento rural diferenciadas.

407 É claro que é um problema tratar essa diferenciação identitária de maneira maniqueísta e com  
408 dualismo excessivo. E a academia tem que assumir a sua responsabilidade, porque a academia  
409 também foi responsável por fazer isso e por tratar de maneira inadequada a heterogeneidade  
410 que existe não apenas dentro da agricultura familiar, mas também a heterogeneidade que  
411 existe dentro do agronegócio.

412 A questão é como tratar esta heterogeneidade. Falar em agriculturas familiares ou  
413 agronegócios no plural não resolve exatamente o problema. Ajuda, mas não resolve porque  
414 não permite captar as interrelações que existem entre estes setores. No entanto, pior ainda  
415 foram os ornitorrincos sociais que criamos e que a academia também é responsável:  
416 ‘agronegocinho’, ‘agronegócio da agricultura familiar’ e, por último e mais recente, ‘nova  
417 classe média rural’ – que não é nova, não é classe e não é média, e que agora, com a crise,  
418 ninguém mais lembra da classe média, muito menos da classe média rural.

419 O problema é que um outro tipo de dualismo tem emergido tanto no debate acadêmico,  
420 quanto político. Um dualismo que é mais perigoso e mais perverso, e que impacta diretamente  
421 o modo de pensar uma estratégia de desenvolvimento rural. Trata-se do dualismo entre os  
422 agricultores ditos ‘produtivos’ e os ‘improdutivos’. A partir dele se passa a falar em política  
423 agrícola para agricultores produtivos e políticas sociais para os agricultores ditos  
424 improdutivos. Este é um dualismo extremamente perigoso e perverso. Eu quero discutir um  
425 pouco isso.

426 Esta nova narrativa rompe com pacto social que foi criado nas últimas duas décadas, que  
427 incluiu a agricultura familiar. Esta narrativa inclusive questiona o uso do termo agricultura  
428 familiar e sugere que voltemos a falar em pequena produção. E por mais incrível que possa  
429 parecer, qual é a justificativa para esse tipo de narrativa e, junto com isso, para um novo surto

430 de modernização agrícola em termos similares ao que se deu nos anos 1970 para cá,  
431 focalizando os agricultores produtivos? Acabar com a fome no mundo, alimentar nove bilhões  
432 de pessoas em dois mil e trinta.

433 Qual é o paradoxo desta narrativa? Fizemos isso nos últimos cinquenta anos e a fome voltou  
434 como problema central. E agora conseguimos unir a fome com a vontade de comer, porque a  
435 fome voltou em algumas áreas e, em outras, veio junto a obesidade. No Brasil, nos últimos  
436 dez anos, a obesidade aumentou 60%. Em 2016 a população mundial apresentou 20% de  
437 obesos. Junto com isso aumentou a hipertensão, o diabetes, o câncer. Aumentou o consumo  
438 de alimentos industrializados. O que não aumentou foi o consumo de feijão. Na verdade, ele  
439 reduziu no Brasil. Um fato interessante é que, nos últimos anos, o Brasil passou a importar  
440 feijão da China e de outros países. Este é um problema de uma estratégia de modernização  
441 focando novamente em commodities agrícolas.

442 Há outros problemas. O aumento da instabilidade dos mercados globais torna extremamente  
443 arriscado tal tipo de estratégia. Os preços internacionais das commodities despencaram depois  
444 de 2008. Atualmente, eles estão em patamares similares ao começo dos anos 2000. Não sou  
445 vidente para prever o que vai acontecer no futuro, mas a questão é a instabilidade que isso  
446 gera, que para a agricultura familiar é particularmente complicado.

447 Outro problema é que, em se confirmando a virada protecionista nos mercados, a estratégia  
448 liberalizante vai encontrar sérios problemas de acesso aos mercados internacionais. Creio que  
449 não preciso explicar muito do que estou falando em termos de conflitos internacionais e  
450 estratégias protecionistas. Um último aspecto é que a financeirização de todo esse processo –  
451 que vai dar terra aos supermercados – cria uma enorme instabilidade para o setor  
452 agroalimentar. Agora, qualquer crise financeira coloca em risco a organização do sistema  
453 agroalimentar, com efeitos dramáticos sobre os preços e sobre a fome.

454 A estratégia agroindustrial exportadora tem uma enorme dificuldade em enfrentar o que eu  
455 chamo de cinco ‘E’ da equação alimentar contemporânea... ou seja, tratar da confluência das  
456 crises ecológica, ética, estética, epidemiológica e energética. Este é o problema. Se  
457 considerarmos conjuntamente estas cinco crises, temos dificuldades em traçar uma estratégia  
458 para tratar delas de maneira integrada. Aqui, eu imagino, todos sabem que a agricultura  
459 familiar, se tiver políticas públicas adequadas, pode tratar de maneira mais eficaz desta  
460 equação. E o Estado precisa apoiar a agricultura familiar para que ela tenha condições de



461 fazer isso. Não porque a agricultura familiar é dependente do Estado. A rigor, se fôssemos  
462 tratar de dependência do Estado, podíamos mensurar, por exemplo, os impactos que a Lei  
463 Kandir e a renegociação das dívidas dos grandes produtores têm em relação à dependência da  
464 estratégia competitiva da exportação de commodities agrícolas em relação ao Estado, Os  
465 nossos economistas do planejamento sabem fazer essa conta. Não é difícil fazer a conta do  
466 quanto impacta financeiramente a mudança da previdência social rural comparativamente ao  
467 déficit fiscal que tivemos nos últimos vinte em virtude da Lei Kandir.

468 Mas, afinal de contas, qual é a estratégia? Alguém consegue dizer qual é a estratégia de  
469 desenvolvimento rural para o Brasil hoje e para o futuro? E como reprogramar as políticas  
470 públicas a partir desta estratégia? Por exemplo, eu sempre fui contra o PRONAF cobrar 2%  
471 de juros para plantar soja. Como esperar que um agricultor plante feijão se ele tem Pronaf a  
472 2% de juros para soja? Nós poderíamos ter PRONAF a juro zero para produção agroecológica  
473 e o efeito disso para o déficit do Estado seria menor do que PRONAF a 2% para soja.

474 Para finalizar, a questão que para mim parece crucial é como criamos uma estratégia de  
475 desenvolvimento rural que permita efetivamente a inclusão produtiva. E esta inclusão  
476 produtiva não pode se dar, e não vai se dar, apenas com política social. Ou seja, precisamos  
477 reprogramar o conjunto das políticas, criar políticas agrícolas capazes de chegar aos  
478 segmentos aos quais até hoje essas políticas não chegaram, bem como às regiões às quais elas  
479 têm dificuldade de chegar; e articular estas políticas com as políticas sociais e as políticas de  
480 segurança alimentar.

481 Para definir uma estratégia de inclusão produtiva, temos que rever os parâmetros com os  
482 quais analisamos o que é a agricultura familiar. Qual é o argumento da nova narrativa que  
483 divide agricultores produtivos e agricultores improdutivo? Um dos dados recorrentemente  
484 apresentados é que 6,5% dos agricultores brasileiros produzem 85% do valor bruto de  
485 produção. E na própria agricultura familiar também existe uma grande concentração do valor  
486 bruto de produção. Existe um pequeno segmento de agricultores familiares produtivos – que  
487 passaram a ser chamados de classe média rural – que os ministérios passaram a disputar, que  
488 os movimentos sindicais também passaram a disputar. De outro lado, existe o enorme  
489 contingente de 3 milhões de estabelecimentos rurais com problemas graves de pobreza, que  
490 precisam de uma estratégia de inclusão produtiva para não perpetuar uma política  
491 exclusivamente de assistência social – muito embora as políticas de assistência social sejam

492 extremamente importantes e tenham sido utilizadas em todos os governos que eu referi  
493 anteriormente.

494 No entanto, reprogramar as políticas públicas para alcançar estes segmentos, ao meu ver,  
495 depende de criar políticas adequadas às condições destes grupos e destas regiões. Por isso que  
496 a territorialização das políticas públicas é tão importante, porque somente assim  
497 conseguiríamos adequá-las aos contextos locais. O problema é que avançamos pouco neste  
498 sentido e, novamente, assim como a história do Estado brasileiro demonstra, aqui temos mais  
499 rupturas do que ajustes. A política de desenvolvimento territorial está na berlinda.

500 Quais foram as políticas em que mais avançamos ao longo do tempo em relação à inclusão  
501 produtiva, que ao mesmo tempo estimularam a produção e alteraram as dinâmicas de  
502 consumo alimentar? Vocês conhecem bem porque vocês são os principais responsáveis por  
503 elas: são as políticas de segurança alimentar e nutricional, basicamente o PAA, o PNAE e  
504 todo o arranjo de políticas e ações que estão envolvidas com esses programas. Eles  
505 respondem de maneira mais satisfatória à equação alimentar contemporânea, não somente ao  
506 problema da produção, mas às questões éticas, ecológicas, energéticas... energéticas do ponto  
507 de vista do sistema de distribuição.

508 Vocês conhecem melhor que eu os efeitos positivos do PAA. É claro que houve problemas.  
509 Muitos deles têm a ver com a dinâmica institucional do Estado brasileiro. Mas, novamente, é  
510 importante que pensemos na capacidade de ajuste e reestruturação das políticas públicas e não  
511 na ruptura histórica no modo de atuação do Estado ao longo de todos os governos quando há  
512 mudanças políticas importantes.

513 Quando olhamos para essa trajetória, desde o Betinho até hoje, notamos que tivemos  
514 capacidade de produzir reordenamentos, ajustes mais ou menos radicais, mas ajustes. Pensar a  
515 estratégia de desenvolvimento rural requer novamente pensar na estratégia e nos ajustes que  
516 são necessários. O Consea foi fundamental para pensar políticas para agricultura familiar na  
517 última década, não tenho a menor dúvida disso. Hoje, seria importante se tivéssemos  
518 condições de pensar uma nova geração de políticas, pensar nesse reordenamento, nessa  
519 reestruturação. Eu, particularmente, acreditava que uma nova geração de políticas para  
520 agricultura familiar deveria vir pelo âmbito de criação de novos mercados, circuitos curtos,  
521 redes que reaproximam produtores e consumidores, ou seja, tornar a própria experiência do  
522 PAA e do PNAE algo que nos ajudasse a pensar em novos circuitos de comercialização,

523 novas estratégias de mercado, que promovam a inclusão produtiva, que permitam incluir os  
524 peixes dos pescadores artesanais na dieta alimentar; que nos levasse a pensar, por exemplo, no  
525 que foi a Rede Somar nos anos 1970, articulando o pequeno varejo para enfrentar o controle  
526 atualmente exercido pelo grande setor transnacional de supermercados. É uma estratégia  
527 simples. Não é a coisa mais complicada do mundo. É complicada institucionalmente e  
528 politicamente. Mas a estratégia de articulação com o pequeno varejo é relativamente simples,  
529 com participação efetiva do Estado.

530 Sou um pouco pessimista em relação a tudo isso. Manter as políticas públicas e reestruturar o  
531 que está errado já não vai ser uma tarefa tão fácil, que dirá criar uma nova geração de políticas  
532 públicas. No entanto, se tem algum lugar, algum espaço, que é capaz de fazer isso, tanto  
533 manter quanto produzir uma nova geração – e que passe basicamente por articular produção e  
534 consumo, agricultores e consumidores – este espaço é aqui. Não apenas aqui, mas o Consea  
535 tem experiência e tem, de certo modo, responsabilidade também. Do mesmo modo, o Brasil  
536 tem experiência e tem responsabilidade com o processo de transferência internacional de  
537 políticas públicas nas áreas de segurança alimentar, e com tudo o que acontece hoje nas  
538 discussões do Comitê de Segurança Alimentar da ONU. Agora não podemos ser responsáveis  
539 e não podemos ser referência para a desconstrução dessas políticas.

540 Elisabetta Recine retomou a palavra e convidou Lilian Rahal para compor a mesa em  
541 substituição ao Secretário Caio Rocha. Em seguida, passou a palavra para Andressa Jordão,  
542 Diretora Substituta do Programa de Aquisição de Alimentos da Sesan.

543 **Fala de Andressa Jordão, Departamento de Comercialização da Secretaria Nacional de**  
544 **Segurança Alimentar e Nutricional (DECOM/Sesan):** Andressa Jordão iniciou sua fala  
545 agradecendo pelo convite a esta plenária, agradecimentos específicos foram feitos à  
546 presidência do Consea, à diretoria do Departamento de Estruturação e Integração de Sistemas  
547 Públicos Agroalimentares (DEISP/Sesan), aos membros da mesa, às conselheiras e  
548 conselheiros do Consea e à Secretaria-Executiva do Conselho. Afirmou ser o Consea um  
549 lugar propício a discussões sobre o PAA, por ser este Conselho composto de pessoas que  
550 conhecem a realidade do pequeno agricultor ao vivenciá-la em seus cotidianos. Concordou  
551 com a fala do Secretário Caio Rocha, a respeito das dificuldades orçamentárias que o  
552 programa está enfrentando. Apresentou-se como funcionária da Conab cedida ao MDS há um  
553 ano e disse estar presente na plenária enquanto Diretora Substituta do DECOM/Sesan;  
554 secretaria esta responsável pela coordenação e gestão do PAA. Mencionou que naquele

555 momento o Diretor do DECOM/Sesan, José Paulo Almeida, estava na abertura do Simpósio  
556 de Compras Institucionais, em Salvador, para justificar sua ausência. Rememorou que o PAA  
557 foi criado em 2003, pela Lei n. 1.069/2003, e foi regulamentado pelo decreto n. 775/2012.  
558 Surgiu como uma necessidade conjunta da política agrícola com a agricultura familiar e com  
559 apolítica social de doação de alimentos (esta então existente para grupos em situação de  
560 insegurança alimentar). Destacou que o programa é considerado uma iniciativa inovadora,  
561 pois ao mesmo tempo em que fomenta a produção agrícola do agricultor familiar ao comprar  
562 seus alimentos, permite que tal processo seja feito sem a necessidade das formalidades de um  
563 processo licitatório; é possível fazer a compra sem um edital, sem passar por um extenso  
564 processo burocrático. Outra vantagem do PAA seria a questão do preço. Os preços pagos ao  
565 produtor seriam compatíveis aos praticados no mercado e levariam em consideração as  
566 especificidades regionais. A gestão do PAA é compartilhada entre seis Ministérios e dois são  
567 os seus objetivos principais: (1) fomento à produção agrícola da agricultura familiar e (2)  
568 doação de alimentos à população em vulnerabilidade. Há um grupo gestor constituído por  
569 membros desses seis Ministérios e o recurso de programa é proveniente do MDS, na  
570 modalidade formação de estoques. Qualquer outro órgão público que tenha interesse em  
571 realizar compras públicas, pode utilizar esta modalidade em seu orçamento para compras da  
572 agricultura familiar. Os beneficiários são o público reconhecido pela Lei de Agricultura  
573 Familiar: pessoas em situação de vulnerabilidade e consumidores. O decreto n. 774/2012  
574 criou 6 modalidades para o PAA: (1) doação simultânea, (2) compra com doação simultânea,  
575 (3) compra direta, (4) aquisição de leite, (5) aquisição de sementes e (6) formação de estoques  
576 e compra institucional. Das seis modalidades, cinco são de gestão do MDS. Os limites por  
577 produtor a respeito de compras com doação simultâneas estão estabelecidos numericamente  
578 por pessoa física e por pessoa jurídica. Mas, tais limites estão em processo de alteração. No  
579 que concerne à meta do Programa no Plano Nacional de Segurança Alimentar, objetiva-se  
580 atingir 2,5 bilhões de compras públicas até 2019. Crê que a meta será alcançada, uma vez que  
581 até 2016 o registro de execução PAA já tinha chegado a 1,5 bilhão. Afirmou que a situação  
582 orçamentária do PAA está sendo acompanhando pela Sesan. A equipe do Decom, enquanto  
583 gestora e executora do Programa, está comprometida com a execução independentemente de  
584 prováveis reduções em seu orçamento, espera que o orçamento para 2018 seja maior do que o  
585 de 2017. Quanto aos avanços do PAA, mencionou a inovação ao utilizar o instrumento de  
586 pactuação e o termo de adesão para compras públicas, pois estes instrumentos possibilitam  
587 que o MDS: (1) faça uma parceria com o governo estadual e/ou municipal e (2) compre o

588 alimento da agricultura familiar com pagamento direto ao produtor rural e (3) faça doação do  
589 alimento comprado para entidades sócio assistenciais. Ainda sobre o Programa, relatou que no  
590 ano de 2016 houve um aperfeiçoamento quanto à metodologia de distribuição de recursos da  
591 CONAB, pois a metodologia antiga acabava por privilegiar regiões com mais pessoas em  
592 segurança alimentar e os agricultores familiares inscritos no CadÚnico. A nova metodologia  
593 considera agora a distribuição de recursos da CONAB, o IDH dos municípios, a PNADE, o  
594 CadÚnico e o histórico de execução a partir de dados de 2009. Acrescentou que os critérios  
595 para contratação de projetos também foram alterados, foi dada maior pontuação ao percentual  
596 de mulheres com representatividade em organizações, aumentaram o percentual para  
597 assentados da reforma agrária e o percentual de povos e comunidades tradicionais. Além  
598 disso, a pontuação passou a ser mais elevada para os municípios com maior insegurança  
599 alimentar. Nesse sentido, os valores dos projetos e os antigos critérios da CONAB passaram a  
600 ser utilizados então para atribuir maior peso aos projetos de menor valor, o que permitiu  
601 privilegiar organizações menores, com maior necessidade de acesso à política, e priorizar  
602 organizações de agricultores orgânicos. Outro avanço do PAA teria sido a publicação da Lei  
603 n.13.465/2017, pois esta deixou explícita a possibilidade de aquisição de alimentos  
604 processados e a CONAB – a partir deste novo dispositivo – pôde adquirir tais tipos de  
605 alimentos de organizações da agricultura familiar. Em 2016, foi lançado o portal para compras  
606 institucionais da agricultura familiar, o qual permite que as organizações da agricultura  
607 familiar cadastrem seus produtos e sua produção (quantidade de alimentos, o que produzem,  
608 onde são produzidos). Ademais, o portal possibilita também o mapeamento de onde estão os  
609 agricultores familiares, as cooperativas e as associações. Ele é uma ferramenta que consegue  
610 incluir consultas públicas para compras de alimentos tanto por órgãos federais quanto por  
611 órgãos estaduais e municipais. A partir dele, há a aproximação entre mercado produtor e  
612 mercado consumidor. A DECOM também tem organizado muitos simpósios de compras  
613 públicas para sensibilizar e capacitar gestores de órgãos públicos sobre compras  
614 institucionais. Quanto aos desafios ao PAA, mencionou a dificuldade de agricultores  
615 familiares em atender às rígidas exigências sanitárias. Dessa forma, por iniciativa da Caisan,  
616 iniciou-se uma articulação com o Ministério da Agricultura para discutir as regras sanitárias o  
617 que deve ajudar não só o pequeno agricultor como também facilitar a compra por parte de  
618 instituições. Outro desafio concerne a melhoramentos no acesso à política por indígenas e  
619 povos e comunidades tradicionais a fim de que se consiga uma política mais realista para  
620 essas comunidades. Afirmou que o monitoramento do PAA também precisa ser aprimorado.

621 Concluiu sua fala agradecendo pela oportunidade de participar da plenária e elogiou o  
622 depoimento anterior de Rita Maria Santana dos Santos

623 Recine agradeceu a exposição de Andressa e passou a palavra à Coordenadora do Programa  
624 Nacional de Alimentação Escolar, Karine Silva dos Santos.

625 **Fala de Karine Silva dos Santos, Coordenadora-Geral do Programa Nacional de**  
626 **Alimentação Escolar (PNAE):** Karine iniciou sua fala cumprimentando o Consea, a Sead, a  
627 Sesan, a Caisan e a Universidade do Rio Grande do Sul. Afirmou que o PNAE é uma política  
628 pública consolidada, com mais de setenta anos de existência, mas nem por isso deixa de ter  
629 desafios. Um deles seria servir nas escolas em alimentação de qualidade, pois esta impacta  
630 diretamente na saúde de cada aluno, no círculo familiar do convívio dele, na comunidade  
631 escolar local e nos agricultores familiares que participam do PNAE. Ressaltou ainda que –  
632 apesar do PNAE ser um programa originalmente da pauta de educação – suas fronteiras se  
633 expandiram na medida em que estabeleceu parcerias com o MAPA e a ANVISA com o  
634 objetivo de que juntos aprimorem a vida das famílias que vivem no campo. Mencionou então  
635 a Lei n. 11.947/2009 que – em seu terceiro artigo – trata de diretrizes para (1) a alimentação  
636 saudável, (2) a educação alimentar e nutricional e (3) a universalidade de atendimento do  
637 PNAE. Sobre este último aspecto, destacou que o PNAE atualmente atende a todos os alunos  
638 matriculados na educação básica, alcançando, desse modo, mais de 41 milhões de estudantes.  
639 Ademais, o Programa apresenta um sistema de controle social efetivo por meio dos Conselhos  
640 de Alimentação Escolar (CAE) e do debate sobre alimentação em outras instâncias, como o  
641 próprio Consea. O PNAE, assim, se alinharia com a defesa do desenvolvimento sustentável,  
642 da agricultura familiar, do direito à alimentação escolar. Acrescentou que no ano de 2016, a  
643 execução orçamentária de R\$ 3.420.000 foi suficiente para atender os já mencionados 41  
644 milhões de estudantes, ainda que este orçamento tenha sido um pouco menor do que o  
645 disponível para 2015. No ano de 2016, por questões específicas do Ministério da Educação, o  
646 Programa Mais Educação não foi executado, o que ocasionou queda no orçamento do PNAE  
647 em relação ao orçamento disponível em 2015. Já em 2017, a execução orçamentária  
648 ultrapassa, até o momento desta plenária<sup>3</sup>, R\$ 4.150.000 em virtude da publicação da  
649 Resolução do FNDE n. 1/2017 relativa a um incremento de 20% no orçamento para todas as  
650 etapas do ensino fundamental e médio da educação básica e a um aumento de 7% em todas as  
651 modalidades de ensino (EJA, creche, pré-escola, etc). Quanto à regulamentação atual do  
652 Programa, a Resolução do FNDE n. 26/2013 trata da oferta de alimentos no ambiente escolar

653 com regramentos que (1) proíbem a oferta de alimentos de baixo valor nutricional (com  
654 refrigerantes e sucos prontos); (2) obrigam a oferta de frutas e hortaliças durante o período de  
655 permanência do aluno na escola; e (3) restringem a oferta de alimentos com alto teor de sódio  
656 e açúcar. Tal Resolução, portanto, demonstra a preocupação do FNDE em garantir uma  
657 alimentação de qualidade no ambiente escolar. Nesse contexto, há uma forte relação do tema  
658 da Resolução com a agenda da agricultura familiar, pois os alimentos fornecidos nas escolas  
659 são, em sua maioria, provenientes da agricultura familiar. Ainda sobre esta mesma Resolução,  
660 destacou que um grupo de trabalho específico no âmbito do PNAE foi estabelecido para  
661 atualizar tal regramento de modo que este se oriente também pelo Guia Alimentar para a  
662 População Brasileira, publicado pelo Ministério da Saúde em 2013. Assim, o FNDE se  
663 articula também com o Ministério da Saúde e com orientações da OPAS para assegurar a  
664 alimentação adequada dos estudantes. Os três possuem uma agenda em comum, uma vez que  
665 todos compõem este grupo de trabalho, o qual possui datas definidas para encontros e  
666 discussões e também é composto de universidades federais e o MDS. Tal grupo existe porque  
667 há o entendimento de que o PNAE é uma construção coletiva e pretende-se que seu resultado  
668 seja uma nova resolução do PNAE para 2018, a qual deve necessariamente englobar  
669 determinações relativas à agricultura familiar. Quanto aos eixos norteadores do PNAE,  
670 afirmou serem: a alimentação adequada e saudável, o apoio ao desenvolvimento sustentável e  
671 a agricultura familiar. Citou ainda que – de acordo com a Lei n. 11.947/2009 – é obrigatório  
672 que pelo menos 30% dos recursos do governo federal para aquisição de alimentos no âmbito  
673 do PNAE sejam destinados à agricultura familiar. Continuou sua exposição discorrendo que,  
674 devido ao monitoramento da meta 4.1 do PLANSAN pela Caisan, é possível verificar que em  
675 2016 o volume de recursos do PNAE destinado à agricultura familiar foi em torno de R\$  
676 849.000.000 e tende a ser um pouco maior do que isso na realidade, uma vez que a prestação  
677 de contas para tal ano ainda está em aberto e 5.570 municípios ainda não apresentaram seus  
678 dados. Quanto ao monitoramento das compras provenientes da agricultura familiar a partir  
679 das metas 4.2 e 4.3 do PLANSAN, as quais dizem respeito ao alcance de pelo menos 30% em  
680 relação à agricultura familiar e ao incremento de compra de 2% ao ano, observa-se que, de  
681 2015 para 2016, houve aumento. Parabenizou, então, a equipe do PNAE e todos os parceiros  
682 deste Programa pelos bons resultados evidenciados no monitoramento das metas do  
683 PLANSAN. Quanto aos tipos / gêneros de alimentos que vêm sendo comprados no âmbito  
684 do PNAE, dados consolidados de 2015 comprovam que há preponderância de frutas e seus  
685 derivados, seguidas de hortaliças e seus derivados e depois de leite e seus derivados. Os

686 números demonstram que – assim como as compras de agricultores familiares vêm crescendo  
687 ano a ano – cresce também a parcela de recursos destinados à aquisição de alimentos *in*  
688 *natura* e frescos. Ademais, quanto a bebidas, as compras são majoritariamente de sucos  
689 integrais e também oriundos da agricultura familiar. Neste contexto, o Comitê Gestor do  
690 PNAE passou a discutir inclusive se se aproximam do limite de fornecimento de frutas e  
691 hortaliças por meio da agricultura familiar de maneira em que seja necessário investir na  
692 aquisição de outros gêneros alimentícios. Há ainda aquisições de alguns alimentos  
693 exclusivamente por intermédio da agricultura familiar, como jambu, jambo e jaca; via de  
694 regra esse critério de exclusividade se vincula a alimentos da cultura local, os que favorecem  
695 a diversidade de produção regional, sendo esta uma das diretrizes do PNAE. Sobre os desafios  
696 do Programa, Karine dos Santos esclarece que ainda há entidades que nunca compraram da  
697 agricultura familiar, são em torno de 275 entidades, dentre estados e municípios. Em relação a  
698 este, argumentou que é necessário um processo de sensibilização junto a gestores, Conselhos  
699 de Alimentação Escolar, secretarias de agricultura estaduais e municipais e incentivo dos  
700 nutricionistas que atuam na execução do Programa. Sobre outras iniciativas do PNAE  
701 discorreu sobre o lançamento em 2017 do Edital de Boas Práticas da Agricultura Familiar  
702 com o objetivo de compilar os 25 melhores relatos de experiências exitosas da agricultura  
703 familiar em um único documento, o qual possa ser divulgado e disponibilizado para todo o  
704 Brasil. Este compilado teve como comissão julgadora a Sead, a Conab, a FAO e o Centro de  
705 Excelência, já está concluído e será publicado em 3 de outubro de 2017. Durante sua  
706 cerimônia de lançamento, os relatos selecionados serão premiados e haverá apresentação de 5  
707 deles. Esta é uma das ações que o PNAE realiza com o objetivo de fomentar e incentivar a  
708 aquisição por agricultura familiar. Há também a elaboração de materiais informativos e cursos  
709 de educação à distância sobre agricultura familiar. Karine dos Santos concluiu sua exposição  
710 com agradecimentos a respeito da oportunidade de expor sobre o PNAE na plenária.

711 Elisabetta Recine agradeceu a apresentação de Karine, deu boas vindas e agradeceu a  
712 presença do Secretário Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (Sead),  
713 José Ricardo Roseno. Passou a palavra a ele.

714 **Fala de José Ricardo Roseno, Secretário Especial de Agricultura Familiar e**  
715 **Desenvolvimento Agrário (Sead):** O Secretário Roseno iniciou expondo que defende uma  
716 manutenção mínima de algumas políticas públicas, como o PAA e o Plano Safra. Nesse  
717 sentido, destacou que o papel da Sead – desde sua criação em maio de 2016 – têm sido



718 elaborar um planejamento estratégico que priorize algumas ações, mas sem que se perca de  
719 vista as demais políticas que não são consideradas prioritárias. Ressaltou que o enfoque da  
720 Sead é, neste momento, a agricultura familiar devido a – dentre outros fatores – sua  
721 contribuição para a composição da cesta básica; é a principal fornecedora de mandioca, milho,  
722 arroz, feijão, café, trigo, soja, horticultura e extração vegetal. Discorreu também sobre o  
723 Plano SAFRA, lançado com priorização de 10 eixos de acompanhamento para a  
724 implementação de suas metas. Depois, falou sobre o financiamento da agricultura familiar  
725 pelo PRONAF: R\$ 30.000.000 foram garantidos para este Programa, apesar das dificuldades  
726 financeiras em que o país se encontra. Ademais, a Sead busca aumentar a aplicação de  
727 recursos deste Programa para o financiamento da agricultura familiar. O PRONAF estimula  
728 ainda a assistência técnica e a extensão rural, além de incentivar a produção agroecológica e  
729 orgânica de gêneros alimentícios com impacto direto na inflação. Entre estes alimentos,  
730 enfocou arroz, feijão, mandioca, leite, alho, tomate, cebola, batata, abacaxi, banana, açaí,  
731 laranja e oleícolas. A produção de energia renovável, irrigação, armazenagem e práticas  
732 sustentáveis de manejo de solo e água também são foco do Programa. Ademais, este engloba  
733 um programa de garantia de preço para a agricultura familiar, o PGPAF. Ele investe também  
734 na desburocratização do acesso à terra, aumento do limite de financiamento por família,  
735 aumento do limite de renda por família e aumento do prazo de carência.

736 O Secretário discorreu também sobre a regularização fundiária e o acesso à terra. Informou  
737 que existe o programa Terra Legal, que foi criado em 2009 e é uma ação com objetivo de  
738 promover a regularização fundiária em nove estados demarcados pela Amazônia Legal. Tal  
739 ação envolve 60 milhões de hectares sob o domínio da União e nesta área há 180 técnicos  
740 distribuídos a fim de que se possa efetivar a regularização fundiária de agricultores que  
741 possuem até 1.500 hectares de terra dentro da Amazônia Legal. Sobre esta regularização,  
742 destacou que na maioria dos casos o agricultor familiar é isento das taxas de regulamentação  
743 fundiária. Além do Terra Legal, esclareceu que há outra forma de regularização fundiária, a  
744 partir dos assentamentos da reforma agrária a cargo do INCRA, em que cabe aos técnicos do  
745 Instituto ir até os assentamentos para fazer reconhecimento de famílias a serem incluídas na  
746 reforma agrária. Outra forma de regularização fundiária seria via convênios, acordos e termos  
747 de cooperação com os governos estaduais. Nesse caso, há uma política de regularização em  
748 andamento com quase todos os 27 estados da federação, é pautada no apoio da União aos  
749 governos nos estados no sentido de regularizar aqueles agricultores que exploram

750 propriedades como posseiros, em terras sob o domínio dos estados. Nesses casos, a União  
751 apoia a regularização fundiária por meio do envio de recursos financeiros e auxílio  
752 tecnológico. Discorreu ainda sobre a regulamentação da Lei de Agricultura Familiar, Lei n.  
753 11.326/2006, a partir da publicação de decreto da Sead em maio de 2017. A Lei objetiva  
754 avançar quanto à Declaração de Aptidão (DAP), documento indispensável para o cadastro do  
755 agricultor familiar, pois – ao identificar o agricultor – permite-lhe que tenha acesso ao  
756 PRONAF. Nesse contexto, a Sead recebeu várias denúncias a respeito de uso indevido da  
757 DAP e, para solucionar este problema, a Secretaria resolveu migrar a DAP para o Cadastro do  
758 Agricultor Familiar via cruzamento das bases de dados do governo, o que deve trazer maior  
759 segurança jurídica e proteção para as políticas voltadas à agricultura familiar. Em relação à  
760 agricultura orgânica e agroecológica, o Secretário Roseno afirmou que continua sendo  
761 prioridade inclusive a partir do estímulo a produção por intermédio de financiamentos do  
762 governo federal com taxas de juros mais baixas de que as praticadas no mercado. Houve  
763 também um chamamento público que priorizou contratação de projetos da agricultura  
764 orgânica e agroecológica. Na Sead, outra iniciativa seria o apoio à modernização produtiva da  
765 agricultura familiar. Publicou-se um edital com a finalidade de receber propostas das  
766 organizações de agricultores a partir de seus estados e municípios. Estas propostas de projetos  
767 foram focadas na agricultura familiar, no jovem rural, na mulher empreendedora, na  
768 agroindústria e na agricultura urbana e periurbana. As propostas recebidas estariam, no  
769 momento da plenária, em fase de análise para seleção de quais projetos seriam contratados e  
770 financiados com orçamento da Sead. Sobre esse aspecto, esclareceu que este é um edital  
771 piloto, mas que se pretende que haja lançamento posterior de vários editais como este para a  
772 formação de um banco de projeto a ser financiado com o orçamento da secretaria. Sobre a  
773 comercialização institucional dos produtos provenientes da agricultura familiar, o Secretário  
774 disse estar agindo para que haja uma chamada pública de assistência técnica, contratada via  
775 Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) e com o objetivo de  
776 dar assessoria técnica e administrativa para mais de 1.000 organizações da agricultura  
777 familiar. No que concerne à assistência técnica e extensão rural, existe atualmente portaria  
778 que determina que toda assistência técnica deve ser contratada não mais pela Sead, mas sim a  
779 partir da ANATER, agência criada para esse objetivo. A ANATER já dispõe de recurso  
780 financeiro, já começou contratar Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural  
781 (EMATERS) para realizar assistência técnica a partir de contratos de gestão. Informou ainda  
782 que até o final de 2017, a ANATER vai soltar chamamentos públicos para contratar também

783 entidades não governamentais. Argumentou que o trabalho da ANATER é essencial, pois  
784 dados evidenciam que agricultores familiares que recebem assistência técnica de forma  
785 continuada e regular aumentam a sua rentabilidade, por hectare, em até quatro vezes quando  
786 comparados com agricultores que não recebem assistência técnica. Em relação à agricultura  
787 urbana e periurbana, José Ricardo Roseno afirmou que a União estimula arranjos produtivos  
788 envolvendo os governos municipais e seus terrenos vazios do ambiente urbano e perirbano.  
789 Houve um chamamento recente nesse tema e o objetivo foi estimular a formação de grupos de  
790 pessoas que, oriundas do meio rural, por vezes chegam ao meio urbano sem oportunidade e  
791 sem renda. Assim, podem ter inserção adequado no meio urbano por intermédio dos arranjos  
792 produtivos de agricultura, os quais produzem e comercializam no próprio município e tiram  
793 proveito dos mercados institucionais. Nesse contexto, a Sead está tentando viabilizar a DAP  
794 para o agricultor urbano. Outra iniciativa citada pelo Secretário Roseno foi as ações  
795 integradas com foco no semiárido. Busca-se uma política pública que envolva a Sead, o MDS  
796 e o Ministério da Integração, focada nos agricultores do semiárido e que contrate assistência  
797 técnica específica para eles. Sobre essas ações articuladas, estabeleceram: (1) investimento no  
798 fomento individual em parceria com o MDS, (2) investimento no fomento coletivo a partir de  
799 recursos provenientes do FIDA e (3) inovações tecnológicas a partir do envolvimento de  
800 institutos técnicos. Quanto à comercialização institucional para esse grupo do semiárido,  
801 buscam apoiar na alimentação de rebanhos, na produção e distribuição da palma forrageira.  
802 Forneceram Crédito Rural, Garantia Safra e Seguro, inicialmente para 70.000 famílias  
803 distribuídas em 11 estados do semiárido. A ANATER foi contratada para, a partir de um  
804 contrato de gestão, prestar assistência técnica aos agricultores familiares do semiárido. Uma  
805 parceria com a Universidade de Brasília está em vias de conclusão com a finalidade de fazer  
806 um acompanhamento diário da implementação da política do semiárido nos onze estados,  
807 enviando relatórios semanais a partir de um *software*. Um técnico visita cada município e seus  
808 grupos de agricultores atendidos por essa política pública e postam atualizações no software  
809 para monitoramento da União. Concluiu sua exposição agradecendo pela atenção de todos.

810 Elisabetta Recine o agradeceu pela exposição e passou a palavra a Marcos Rochinski.

811 **Fala de Marcos Rochinski, representante do Grupo de Trabalho de preparação da 4ª**

812 **Plenária:** Marcos iniciou sua fala agradecendo a presença de todos. Relatou ser um agricultor  
813 familiar do município de Palmeira, no estado do Paraná. Atualmente, atua como coordenador  
814 da CONTRAF Brasil, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar. Na

815 sua agricultura familiar, produz ora pro nobis. Fez menção então ao Grupo de Trabalho (GT)  
816 responsável pela preparação de Exposição de Motivos (EM) do Consea sobre agricultura  
817 familiar. Ele foi o coordenador do GT, a CP 3 foi representada pelo Cazuzu e pela Vanessa  
818 Scholtz, a CP 5 foi representada pelo Daniel Garcia, a CP 4 foi representada pelo Marcelo  
819 Brito, a CPCE foi representada pela Roseli Pittner. Quanto aos colaboradores de governo:  
820 Camila, Quelma, Nilton Araújo e Marisson da CONAB, Elisângela do MDS, Everton, Igor e  
821 Roseli Andrade da Sead, Priscilla Bochi e Rafaela de Sá da Caisan, Priscilla do MDS e Sara  
822 Lopes do FNDE. Descreveu que os dados que constam na EM são provenientes tanto de  
823 documentos já produzidos anteriormente pelo Consea quanto de documentos oficiais.  
824 Afirmou que apresentaria no momento a minuta de EM, mas que ela seria ainda aprimorada  
825 antes de ser enviada à Presidência da República. A EM trata de vigilância sanitária, da  
826 agricultura familiar e das compras públicas, com enfoque no PAA e no PNAE. Ela discorre  
827 também sobre assistência técnica e extensão rural, Plano SAFRA e a necessidade de políticas  
828 de crédito e fortalecimento da agricultura familiar. O texto da EM inicia-se com uma  
829 contextualização do que é agricultura familiar e camponesa. Nesta parte, apresentam-se dados  
830 comparativos entre agricultura familiar e patronal referentes a: (1) área ocupada, (2) mão-de-  
831 obra ocupada no campo, (3) participação no PIB, (4) ganho de produtividade, (5) valor médio  
832 da produção. Tais comparativos são utilizados como argumentação para afirmar que o modelo  
833 de agricultura familiar é o capaz de produzir mais alimentos com menor custo, além de ser o  
834 mais viável também do ponto de vista da geração de renda. Ainda na parte de  
835 contextualização, a EM apresenta sobre algumas considerações orçamentárias: sobre o PAA e  
836 o PNAE, faz um comparativo entre orçamento autorizado, empenhado e liquidado para 2017  
837 e 2018. Rochinski destacou que – para o PNAE – como o orçamento está previsto em lei,  
838 obrigatoriamente há a compra de pelo menos 30% dos alimentos da política pública mediante  
839 agricultura familiar. Outrossim, como não há nenhum aumento previsto de 2017 para 2018  
840 neste caso, fica evidente uma estagnação dessa política. Em relação ao PAA, o orçamento  
841 para previsto para 2018 é menor do que o orçamento de 2017, há um corte drástico. Sobre o  
842 PRONAF, a análise orçamentária permite inferir que o valor destinado a contratos e o número  
843 de pessoas atendidas pelo crédito rural serão menores a não ser que se aumente a taxa de juros  
844 dos financiamentos agrícolas. Sobre a Política de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater)  
845 esclareceu que é uma política estruturante e que também será afetada pelos cortes no  
846 PRONAF. Em relação às proposições, uma delas diz respeito à institucionalidade de políticas  
847 e programas de incentivo à agricultura familiar de modo que se recomenda restituir o

848 Ministério do Desenvolvimento Agrário com a finalidade de que tais políticas públicas  
849 tenham um arcabouço institucional adequado para sua gestão e desenvolvimento. Aconselha-  
850 se também regularizar o funcionamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural  
851 Sustentável e Solidário (CONDRAF) por parte da Sead e da Casa Civil para que – a partir da  
852 retomada do CONDRAF – sejam aprimoradas as ações de fortalecimento dos conselhos  
853 públicos de estados e municípios que tratem de desenvolvimento rural, garantindo a ampla e  
854 democrática participação da sociedade civil. Ademais, propõe-se revigorar a  
855 institucionalidade da CONAB e sua equipe técnica com vistas a permitir que ela cumpra sua  
856 relevante missão de garantir o abastecimento alimentar do país e que ela atue na inserção de  
857 todos os segmentos da agricultura familiar e camponesa, dos indígenas e dos povos e  
858 comunidades tradicionais. Outra proposta é dar maior visibilidade à ANATER, sobretudo  
859 regularizando o funcionamento do seu Conselho Assessor Nacional, no qual possuem assento  
860 diversas organizações da sociedade civil do segmento da agricultura familiar e camponesa.  
861 Sugere-se também ampliar o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos  
862 (PARA) e restituir a Secretaria Especial da Pesca e Aquicultura, vinculada à Presidência da  
863 República. Propõe-se institucionalizar mecanismo de fomento da agricultura familiar e  
864 camponesa que seja compatível com as especificidades socioculturais dos povos indígenas e  
865 dos povos e comunidades tradicionais. Aconselha-se robustecer a capacidade e o papel da  
866 FUNAI e de suas unidades descentralizadas – enquanto instituição responsável pela gestão de  
867 políticas indigenistas – mediante ampliação de seus recursos humanos e orçamentários com  
868 vistas à atuação mais efetiva em programas de agricultura e compras públicas para os povos  
869 indígenas. Em relação ao PAA, assegurar sua continuidade em todas as suas modalidades  
870 enquanto uma política pública de Estado prioritária para a garantia da segurança alimentar e  
871 nutricional e o desenvolvimento da agricultura familiar. Dessa forma, esta proposição da EM  
872 evidencia ser fundamental a tomada de decisões imediatas concernentes à: (1) cumprimento  
873 integral da meta prevista no PLANSAN, o que significa ampliar as compras públicas da  
874 agricultura familiar; (2) descontigenciamento integral e imediato do orçamento previsto para  
875 2017; (3) revisão do PLOA 2018, com recomposição dos recursos previstos para a execução  
876 das diferentes modalidades do PAA, tendo como referência os valores praticados em 2012,  
877 por serem estes os maiores valores até o momento; (4) regularização do funcionamento do  
878 Comitê Consultivo do PAA; (5) garantia e visibilidade à modalidade compra com doação  
879 simultânea e à comercialização de produtos oriundos da pesca artesanal e da aquicultura  
880 familiar; (6) maior divulgação das regras do PAA e suas ações de formação para os técnicos

881 que atuam junto aos povos indígenas, a fim de facilitar o conhecimento sobre as normas e  
882 procedimentos exigidos para o cadastro e execução do PAA na condição de indígenas  
883 enquanto produtores de alimentos; (7) fortalecimento das coordenações técnicas locais da  
884 FUNAI para apoiar na execução do PAA junto aos povos indígenas; (8) discussão da nota  
885 técnica que trata dos aspectos legais para comercialização de produtos de origem animal e  
886 vegetal de povos indígenas; (9) discussão da nota técnica que flexibiliza as normas de compra  
887 de alimentos produzidos por povos indígenas, quando se tratar do alto consumo, no sentido de  
888 rever as normas de procedimento de operacionalização do PAA, para ampliar o acesso dos  
889 povos indígenas; e (10) unificação das metodologias de compras do PAA na modalidade  
890 compra institucional, como a adotada pelo PNAE, visando a intersetorialidade e a  
891 convergência dos dois programas. Quanto ao PRONAF, foi feito o seguinte acréscimo às  
892 propostas presentes na EM: ampliar as políticas de fomento à transição agroecológica, acesso  
893 à terra, sementes e diferentes formas de financiamento e apoio logístico. Em relação ao  
894 PNAE, aconselha-se (1) adotar ações efetivas junto aos gestores do programa em estados e  
895 municípios para que promovam e garantam a inserção dos produtos da agricultura familiar na  
896 alimentação escolar; (2) reativar os grupos de trabalho sobre alimentação escolar de povos  
897 indígenas e comunidades quilombolas e criar grupos de trabalho sobre outros povos e  
898 comunidades tradicionais; (3) fortalecer e garantir a aquisição de produtos oriundos da  
899 agricultura familiar de comunidades indígenas e de povos e comunidades tradicionais; (4)  
900 incluir a ANVISA nos grupos de trabalho de indígenas, quilombolas e povos e comunidades  
901 tradicionais, a fim de realizar diagnóstico sobre os gargalos na aquisição de produtos de povos  
902 e comunidades tradicionais no âmbito do PNAE; (5) atualizar a Resolução n. 26/2013 à luz do  
903 Decreto n. 6.040/2007 para que seja contemplada a cultura alimentar dos alunos oriundos dos  
904 povos e comunidades tradicionais; (6) acompanhar o cumprimento da nota técnica que trata  
905 dos aspectos legais para comercialização de produtos de origem animal e vegetal dos povos  
906 indígenas; (7) flexibilizar as normas de compra de alimentos produzidos por povos indígenas,  
907 quando se tratar de autoconsumo; e (8) garantir o cumprimento das determinações constantes  
908 na Portaria Interministerial do MEC e do Ministério da Saúde n. 1.010/2006, que institui as  
909 diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas unidades de educação públicas e  
910 privadas, sobretudo os artigos que tratam da regulamentação de comércios no interior e nas  
911 cercanias das escolas. Sobre ATER, sugere-se: (1) ampliar as recomendações da 2ª  
912 Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, realizada de 30 de maio a 3  
913 de junho de 2016; e (2) fortalecer as ações de capacitação de técnicos de ATER em parceria

914 com os órgãos públicos de ATER, ANATER e FUNAI para a adequação às especificidades  
915 indígenas, a fim de facilitar o acesso dos povos indígenas às políticas de compras públicas. A  
916 respeito das normas sanitárias para produção de base familiar e artesanal: (1) ampliar  
917 investimentos para o apoio à estruturação e à disseminação das agroindústrias familiares; (2)  
918 promover ações de formação direcionadas ao aprimoramento dos sistemas agroalimentares,  
919 (3) utilizar-se de boas práticas na capacitação e gestão financeira da agroindústria,  
920 assegurando o acesso da população brasileira a alimentos saudáveis e seguros; (4) intensificar  
921 os esforços da ANVISA para a criação dos comitês municipais e estaduais de inclusão  
922 produtiva com segurança sanitária; (5) intensificar os esforços da ANVISA para a  
923 estruturação do Programa de Inclusão Produtiva e Segurança Sanitária (PAISAN) em todo o  
924 sistema nacional de vigilância sanitária. Em relação às proposições da EM que tratam de  
925 direitos humanos: (1) preservar as metas e executar o orçamento do 2º PLANSAN enquanto  
926 medidas centrais para garantir a alimentação como direito humano, uma vez que o Brasil  
927 assinou diversos trabalhos que preveem esse direito; (2) observar a obrigação política e  
928 jurídica de evitar retrocessos nos direitos humanos sociais, econômicos e políticos, derivados  
929 da aplicação das políticas de ajuste fiscal, as quais estão provocando nefastas repercussões no  
930 orçamento das políticas públicas de agricultura familiar em particular e de segurança  
931 alimentar e nutricional em geral. A EM conclui-se argumentando que o Brasil ainda é um país  
932 com extrema desigualdade social, que se expressa nas disparidades de renda, nas  
933 desigualdades no acesso aos recursos e, também, nas desigualdades regionais, raciais e  
934 étnicas. Explicita que a população negra, povos indígenas e os povos e comunidades  
935 tradicionais continuam com os piores índices de insegurança alimentar, quando comparados  
936 aos índices gerais da população. Dessa forma, o 2º PLANSAN, é uma das principais  
937 estratégias do governo federal para o enfrentamento da pobreza e da fome, que voltam a dar  
938 sinais concretos de recrudescimento no país, e que afetam, principalmente, esses povos acima  
939 mencionados. Marcos Rochinski concluiu sua fala solicitando que – além dos procedimentos  
940 normais de protocolo que encaminha a EM à Presidência da República – o CONSEA solicite  
941 uma agenda com o Ministro Chefe da Casa Civil para apresentar este documento e pedir  
942 recomposição orçamentária das políticas de agricultura familiar.

943 Elisabetta Recine retomou a palavra, agradeceu a exposição de Rochinski e a todas e todos  
944 que colaboraram, direta e indiretamente, com a elaboração do documento. Abriu então a  
945 palavra para início dos debates.

946 **Debate:**

947 **Comentário de Dourado Tapeda:** iniciou sua fala comentando sobre a dificuldade de  
948 políticas públicas com enfoque em indígenas e povos e comunidades tradicionais. Questionou  
949 a falta de regularização fundiária para povos indígenas e a titulação das comunidades  
950 quilombolas e povos tradicionais. Diante de tais fatos, expressou a opinião que há prática de  
951 racismo institucional do governo em relação a estes segmentos. Argumentou que os povos  
952 indígenas já faziam parte do Brasil antes deste ser um país e que mesmo assim eles são os  
953 últimos a serem considerados pelas políticas governamentais. O Estado não compreende os  
954 povos indígenas, não compreende a importância da agricultura familiar para eles e não  
955 entende o que é passar fome. Concluiu elogiando o trabalho do Consea e a Exposição de  
956 Motivos elaborada.

957 **Comentário de Alberto:** identificou-se como um agricultor familiar do interior do Rio  
958 Grande do Sul e vice-presidente da CONTAG; conselheiro titular do Consea informou que  
959 em sua suplência encontra-se Maria José, proveniente da Secretaria Nacional de Mulheres.  
960 Elogiou a EM e sobre esta fez comentários específicos sobre a questão orçamentária de modo  
961 a expressar sua preocupação com a aprovação do PLOA 2018 e seus cortes financeiros, pois  
962 considera que acarretará a desconstrução da política de segurança e soberania alimentar, do  
963 PRONAF, das compras governamentais e da política da terra. Afirmou ser uma grave situação  
964 ainda mais se comparada a PEC do congelamento dos gastos públicos, pois a PEC ao afirmar  
965 que é preciso deixar de aumentar os gastos, pelo menos, não menciona em diminuições; já no  
966 caso das políticas públicas em comento, não há só o congelamento do orçamento, mas sim sua  
967 diminuição. Diante deste contexto, informou que a CONTAG se reuniu com várias frentes  
968 parlamentares e movimentos sociais e em conjunto tomaram a decisão de – na semana de 16 a  
969 20 de outubro de 2017 – haver uma mobilização nacional, com a ocupação de ruas, em defesa  
970 do orçamento público da agricultura familiar e outros. Nesse período, haverá também uma  
971 comissão em Brasília para visitar todos os gabinetes de deputados e solicitar recomposição do  
972 orçamento.

973 **Comentário do Paulo Nierdele:** iniciou sua fala com um questionamento dirigido a Karine  
974 Santos. Durante a exposição de Karine foi mencionado aumentos no orçamento do FNDE  
975 vinculados à entrada de novos alunos no sistema educacional. No entanto, perguntou se  
976 haveria revisão de valores em relação ao per capita, pois o Conselho de Alimentação do DF e  
977 de outros estados também entendem que tal valor deveria subir. Ademais, expôs preocupação



978 com o fato de que um volume grande de recursos é disponibilizado, porém o executado pelo  
979 poder público fica bastante abaixo desse disponibilizado.

980 **Comentário de Pedro Serafim, Procurador Regional do Trabalho, representante**  
981 **observador do Ministério Público e do Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos**  
982 **Agrotóxicos:** primeiramente fez alusão à questão do suicídio e ao mês amarelo, comentados  
983 pela Mesa. Demonstrou-se preocupado com o fato de que, principalmente no Rio Grande do  
984 Sul, há alta incidência de suicídios de trabalhadores ligados à produção de alimentos na  
985 região. Sugeriu que o Consea debata com mais profundidade em outra plenária a produção de  
986 alimentos relacionada ao uso de agrotóxicos e como alguns produtos ocasionam suicídio em  
987 trabalhadores que consomem alimentos contaminados. Comentou também sobre a parte da  
988 EM que trata da ANVISA e do PARA e sugeriu a inclusão do manifesto produzido em 2016  
989 por ocasião do 7º SIMBRAVISA (Simpósio Brasileiro de Vigilância Sanitária). Este  
990 manifesto critica a nova metodologia do PARA, pois a ANVISA mudou sua metodologia  
991 unilateralmente, sem ouvir a sociedade civil e os setores envolvidos com o tema. A nova  
992 metodologia não considera o perigo do risco agudo e não evidencia a relação que existe entre  
993 a produção de alimentos com agrotóxicos e como estes chegam contaminados à mesa do  
994 consumidor. Finalmente, apresentou que trouxe algumas camisetas do Fórum Nacional de  
995 Combate aos Impactos dos Agrotóxicos para sorteio ao final desta plenária. Tais camisetas  
996 são manifestos do Fórum contra a campanha publicitária “Agro é Pop, Agro é Tech, Agro é  
997 Tudo”, a qual busca criar uma imagem positiva e moderna do latifúndio, mascarando a real  
998 situação do campo. O Fórum se posiciona contra este tipo de produção ao defender a  
999 produção orgânica e agroecológica, livre de agrotóxicos.

1000 **Comentário de Cazuzza:** reforçou a importância do PAA, na modalidade doação simultânea,  
1001 por permitir geração de renda e acesso a bens materiais que fortalecem e enriquecem a  
1002 produção. O PAA doação simultânea também seria importante por sua relação com o PNAE,  
1003 pois as compras institucionais possibilitam que agricultores familiares se organizem e se  
1004 fortaleçam. Comentou ainda sobre a relevância da ATER por ser a porta de entrada de uma  
1005 série de outras políticas que permitem à população rural que se encontra em invisibilidade –  
1006 como indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais – saíam dessa situação.  
1007 Manifestou-se, por fim, sobre a legislação sanitária enquanto gargalo, pois as normativas que  
1008 estão sendo criadas favorecem tão somente a produção de alimentos ultraprocessados.

1009 Comentário de Vanessa Scholtz, do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e  
1010 Nutricional: expressou indignação com relação ao orçamento previsto no PLOA 2018, pois  
1011 comprometerá grande parte do Plano SAFRA e de outras políticas públicas, de modo que  
1012 permanecerão as estruturas das políticas de governos anteriores, no entanto não haverá  
1013 recursos para operacionaliza-las. Tal retrocesso afeta diretamente a vida de agricultores  
1014 familiares ao mesmo tempo em que se verifica a liberação de orçamento para emendas  
1015 parlamentares. Todavia, este recurso específico não é destinado à garantia de políticas  
1016 públicas, fator extremamente inquietante em um contexto em que cidadania, segurança  
1017 alimentar e nutricional são ameaçados. Acrescentou que os cortes orçamentários não se  
1018 restringem à agricultura familiar, também impactou o Sistema Único de Assistência Social e,  
1019 nesse sentido, o Consea deve dialogar com a assistência social para que ambos se fortaleçam.  
1020 Em complemento a fala do Cazuza sobre o PAA, destacou que todas as modalidades do  
1021 Programa são importantes, elas atuam com objetivos diferenciados, públicos distintos e se  
1022 complementam. No caso do PAA com doação simultânea, há estudos que comprovam que de  
1023 fato ele consegue atingir os segmentos mais empobrecidos da agricultura familiar.

1024 **Fala de Cleber:** reforçou o conteúdo da Exposição de Motivos do Consea e acrescentou que  
1025 o Conselho cumpre o seu papel ao se manifestar cordialmente em relação aos temas em  
1026 questão. No entanto, julgou também ser relevante que as discussões deste Conselho sejam  
1027 levadas pelos conselheiros a todos os outros espaços em que atuam para que assim haja maior  
1028 coesão entre indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, centrais sindicais, estudantes  
1029 e trabalhadores do campo e das cidades; coesão esta essencial para impedir os cortes  
1030 orçamentários do PLOA 2018.

1031 **Fala de Ana Paula, representante do Instituto de Defesa do Consumidor:** manifestou-se  
1032 no que concerne à redução orçamentária de políticas estruturantes, o qual evidencia que há  
1033 favorecimento de um modelo de produção baseado no agronegócio, o qual, por conseguinte,  
1034 prejudica a agricultura familiar e a produção de alimentos saudáveis. A configuração do  
1035 orçamento 2018 evidencia benefícios às grandes indústrias alimentícias, as quais focam em  
1036 produzir alimentos ultraprocessados e que, por isso, contribuem para um custo cada vez maior  
1037 ao sistema público de saúde em relação ao aumento da obesidade, ao aumento de doenças  
1038 crônicas e à permanência de outros tipos de problemas de má nutrição. Ao mesmo tempo,  
1039 essas indústrias e as indústrias de agrotóxicos são as que menos pagam impostos. Então, se há  
1040 hoje uma crise financeira, quem está pagando por ela são os mais pobres e vulneráveis, os

1041 quais são os que de fato sofrem com cortes orçamentários nas políticas destinadas a eles.  
1042 Sobre outro aspecto, o bloqueio sanitário precisa ser tratado, pois as normas de regulação  
1043 alimentar atuais do Brasil não favorecem a produção de alimentos saudáveis.

1044 **Fala de Hernan, representante observador do IICA:** colocou o IICA à disposição do  
1045 Consea e afirmou que o Conselho pode recorrer à capacidade técnica e à rede de gestão do  
1046 conhecimento do Instituto de modo a comparar a política de segurança alimentar do Brasil  
1047 com a de outros países. Sugeriu ainda que o Consea convide Guilherme Costa, presidente do  
1048 *Codex Alimentarius*, para se reunir com o Conselho. Ele pode expor sobre como são definidas  
1049 normas sanitárias mundiais, os limites máximos de resíduos sólidos e dos de inocuidade dos  
1050 alimentos. Nesse sentido, frisou que o Brasil deve se pautar não por normas nórdicas e  
1051 europeias, pois os alimentos tropicais exigem condições normativas específicas a seu clima.

1052 **Fala de Viviane, nutricionista e representante do município de Ilhéus:** manifestou alegria  
1053 em estar presente enquanto representante deste município e afirmou que o PAA e o PNAE são  
1054 políticas de segurança alimentar muito importantes para a região. Por isso, sabe da  
1055 importância da EM que está em elaboração e tão logo ela seja finalizada a levará para  
1056 divulgação em seu município. Ela é um marco para a educação alimentar e nutricional e os  
1057 gestares municipais precisam, por isso, ter acesso a ele. A região sofreu muito com o golpe do  
1058 cacau, quando só se investia na monocultura, agora é que se está resgatando e revitalizando o  
1059 processo do chocolate como uma fruticultura mais forte.

1060 **Fala de Carmen Foro, agricultora familiar do município de Igarapé Mirim, Pará:**  
1061 afirmou possuir 25 hectares de terra e ser vice-presidente nacional da Central Única dos  
1062 Trabalhadores e Trabalhadoras. Corroborando com a fala de Paulo André, defendeu a  
1063 manutenção das políticas públicas em discussão nessa plenária. Elogiou o papel do Conselho  
1064 para garantir a política pública de segurança no Brasil. Disse que as áreas em que se escolhe  
1065 para fazer os cortes orçamentários deixa claro quais são as prioridades governamentais e que,  
1066 nesse contexto, a fome e a pobreza não são centrais. Afirmando que levará a discussão da  
1067 segurança alimentar para a CUT a fim de que outras categorias também discutam este tema.

1068 **Fala de Daniel Garcia, Conselheiro Suplente, Representante dos Povos Tradicionais de**  
1069 **Matriz Africana:** demonstrou preocupação com os cortes orçamentários que estão ocorrendo  
1070 na agenda de agricultura familiar pela dificuldade que isso acarreta ao reconhecimento dos  
1071 povos e comunidades tradicionais nas políticas do PAA e do PNAE. Há um arcabouço

1072 legislativo que coloca este segmento no limbo, o que é importante que se considere ainda  
1073 mais quando se considera que esta plenária ocorre no dia de Cosme e Damião. Os Programas  
1074 precisam tratar não somente da aquisição dos alimentos de povos e comunidades tradicionais,  
1075 mas também incluir os sistemas alimentares tradicionais como forma de fortalecer a  
1076 agricultura familiar e todo o conteúdo político que está incutido no sistema alimentar  
1077 tradicional.

1078 **Fala de Inês Rugani, Conselheira Titular da Associação Brasileira de Saúde Coletiva**  
1079 **(ABRASCO):** afirmou que políticas públicas como o PAA e o PNAE têm sua potência  
1080 limitada em função da ausência de uma política de abastecimento que seja convergente e  
1081 sinérgica com essas políticas. A política de abastecimento seria, portanto, uma barreira para  
1082 dar consequência a outras políticas que estão sendo desenvolvidas. Explicitou que outro  
1083 desafio seria manter e melhorar o que precisa ser aprimorado nessas políticas,  
1084 concomitantemente à elaboração de novas iniciativas que se articulem com uma estratégia de  
1085 desenvolvimento rural para que assim haja uma inclusão produtiva de fato. Nesse sentido, o  
1086 Consea precisa discutir como pode ser o facilitador de uma estratégia de desenvolvimento  
1087 rural a fim de que esta seja uma construção coletiva. Sobre outro aspecto, expressou sua  
1088 indignação sobre os cortes de orçamento nas áreas de segurança alimentar e nutricional, saúde  
1089 e educação, pois em situação de crise, as escolhas e prioridades não devem desproteger os  
1090 vulneráveis.

1091 **Fala de Írio Conti, Conselheiro Titular do Segmento de pesquisadores em SAN:** pediu  
1092 uma pequena alteração na EM na proposição sobre o PRONARA, pediu para incluir o verbo  
1093 “implantar”, pois o PRONARA ainda não foi implantado. Em relação à recomposição do  
1094 orçamento das modalidades do PAA, para além da recomposição do orçamento, é preciso  
1095 discutir e avançar na efetivação das várias modalidades que já existiam para que elas, de fato,  
1096 possam alcançar maior robustez. Sugeriu a incorporação de um parágrafo introdutório que  
1097 comente a importância do PAA e do PNAE enquanto programas estruturantes do Brasil, os  
1098 quais inclusive acarretaram visibilidade internacional para o país.

1099 **Fala de Edgard, Conselheiro Titular Representante do Movimento Social Negro:**  
1100 demonstrou preocupação com a estagnação da Reforma Agrária e da Política de ATER, pois  
1101 isso levar ao aumento do índice de violência no campo e na cidade, a juventude fica sem  
1102 perspectiva no urbano e rural e o acesso ao crédito se limita. Ademais, os mais afetados são a  
1103 população negra brasileira, as comunidades tradicionais, indígenas, ciganos; isso demonstra

1104 racismo institucional, uma vez que afeta os mais vulneráveis e com rendas mais baixas.  
1105 Concluiu sua fala elogiando o papel do Consea enquanto defensor da permanência dessas  
1106 políticas.

1107

1108 **Elisabetta** – Obrigada, Amaral. Vou voltar a palavra para a mesa. Nós estamos bem  
1109 adiantados no horário, mas é importante que finalizemos a plenária, essa temática. Porque, à  
1110 tarde, temos uma nova agenda. Nós estamos bem atrasados. O Bira pediu a palavra, mas eu  
1111 vou pedir a sua compreensão, Bira, eu preciso encerrar esse processo. Depois, ao final, eu  
1112 posso passar a palavra para você. (Intervenção fora do microfone). Bira, você consegue falar  
1113 em dois minutos. (Intervenção fora do microfone). Então, você pode vir. A plenária vai cobrar  
1114 coletivamente. Não serei só eu que vai falar para você isso.

1115 Fala de Bira: demonstrou indignação quanto aos cortes orçamentários diante de uma clara  
1116 priorização ao capital financeiro internacional. Informou ainda que a Central Geral dos  
1117 Trabalhadores do Brasil está se mobilizando contra a Reforma Trabalhista.

1118 **Fala de Elisabetta Recine:** após concluída a rodada de exposições da plateia, voltou a  
1119 palavra para a mesa. Informou nova composição na mesa, estando no momento o Diretor  
1120 Everton enquanto representante da Sead.

1121 **Fala de Andressa Jordão, Departamento de Comercialização da Secretaria Nacional de**  
1122 **Segurança Alimentar e Nutricional (DECOM/Sesan):**

1123 Comentou sobre um dos pontos mais criticados pela plenária, o orçamento do PAA. Afirmou  
1124 que em vista aos cortes, o DECOM tem se esforçado para tornar a política mais eficiente,  
1125 focar mais em comunidades, beneficiários e fornecedores que mais necessitam da política,  
1126 Nesse sentido, estariam realizando uma análise técnica dos recursos, um monitoramento  
1127 aprimorado da execução de modo a identificar esses beneficiários e fornecedores mais  
1128 necessitados. Também buscam aperfeiçoar a identificação das entidades beneficiárias, aquelas  
1129 que recebem os alimentos, para garantir a priorização das mais necessitadas. Em relação ao  
1130 PLOA 2018, disse esperar que pelo menos se mantenha o mesmo montante previsto para  
1131 2017.

1132 **Fala de Lilian Rahal, Secretária-Substituta da Secretaria Nacional de Segurança**  
1133 **Alimentar e Nutricional:** afirmou que boa parte do orçamento de fato está contingenciada e  
1134 a situação possui um agravante uma vez que o orçamento da Sesan está se reduzindo ano a

1135 ano. Nesse sentido, a estratégia do MDS têm sido priorizar o orçamento para os agricultores  
1136 mais pobres, para os agricultores familiares da base do cadastro único e para organizações que  
1137 não conseguem acessar mercados institucionais para além do PAA e que, por isso, dependem  
1138 desse programa para entrar na rota de comercialização e de mercados. Ainda que a  
1139 perspectiva orçamentária para 2018 não seja tão positiva, pelo menos o orçamento do PNAE  
1140 para 2018 permite a participação de um número maior de agricultores, com a possibilidade de  
1141 participação mais descentralizada de organizações menos consolidadas. Quanto ao  
1142 posicionamento do Írio em relação à proeminência internacional do Brasil a partir do PAA e  
1143 PNAE, Lilian ressaltou que há outros programas reconhecidos internacionalmente, como o  
1144 modelo de governança em segurança alimentar e nutricional e o Programa Bolsa Família; que  
1145 a proeminência brasileira não se relaciona só a estes dois programas.

1146 **Fala de Karine Silva dos Santos, Coordenadora-Geral do Programa Nacional de**  
1147 **Alimentação Escolar (PNAE):** quanto ao orçamento do PNAE, esclareceu que não houve  
1148 incremento em 2017, a variação no orçamento desse ano ocorreu tão somente devido ao  
1149 aumento do número de alunos matriculados no senso escolar. E – como este número varia ano  
1150 a ano, por estar vinculado aos dados do INEP do ano anterior – o orçamento sempre varia de  
1151 acordo com esse número. Contudo, no ano de 2017, além desse aumento houve também um  
1152 aumento de valores per capita, publicado na Resolução n. 1/2017, a qual trouxe um  
1153 incremento de 20% para o ensino fundamental e médio e de 7% nas outras modalidades de  
1154 ensino (EJA, pré-escola e educação infantil). Não ocorria um aumento per capita em todas as  
1155 modalidades e etapas de ensino desde 2009. Em 2018, não há previsão de que ocorram novos  
1156 aumentos no valor per capeta, o orçamento desse ano poderá ter variação tão somente em  
1157 virtude dos alunos matriculados. Sobre as questões sanitárias e de inclusão de cultura e  
1158 regionalização, em função da matriz africana, o FNDE está desenvolvendo trabalho conjunto  
1159 com os órgãos que têm competência para isso, MAPA e ANVISA. O FNDE não pode legislar  
1160 sozinho por não ser sua competência, por isso recorre aos parceiros. Da mesma forma  
1161 acontece com relação aos alimentos que podem ou não serem servidos no ambiente escolar.  
1162 Há uma equipe técnica do FNDE em parceria com outros órgãos com a finalidade de publicar  
1163 uma resolução em 2018 com esclarecimentos sobre quais alimentos – seja da agricultura  
1164 familiar ou da indústria – devem, ou não, serem fornecidos no ambiente escolar. Conforme a  
1165 exposição do IDEC, no que concerne às bebidas açucaradas, já há uma proibição quanto a  
1166 refrigerantes, sucos artificiais e bebidas de baixo valor nutricional. Sobre o trabalho articulado

1167 que o PNAE se propõe a fazer com o PAA, com os programas e políticas públicas de modo  
1168 geral que desenvolvem a agricultura familiar, o PNAE é uma política dentro do eixo maior de  
1169 segurança alimentar e nutricional e precisa mesmo dessa atuação conjunta e dessa construção  
1170 coletiva.

1171 Fala de Paulo André Niederle, Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: a  
1172 respeito do PAA, demonstrou insatisfação com seu orçamento à época do lançamento da  
1173 política, de 700.000 reais por ser inferior ao de uma emenda parlamentar. Quanto à conjuntura  
1174 desfavorável, julga que a estratégia de atrair investimentos externos é que afeta a questão de  
1175 regulamentação das terras e prejudica reservas na Amazônia, logo também afeta indígenas e  
1176 povos e comunidades tradicionais. Retomou ainda o debate sobre agrotóxicos, pois estão  
1177 sendo utilizados indiscriminadamente e inclusive se mistura vários venenos na etapa de  
1178 produção sem saber a consequência disso para a saúde da população. Por fim, divulgou a  
1179 organização de um seminário de políticas públicas de agroecologia na América Latina e  
1180 Caribe.

1181 Fala de Rita Santana dos Santos, Produtora Rural: lembrou que além do PRONAR, o  
1182 SENAR dá assistência em Ilhéus e que na sua associação há homens, mas que a maioria são  
1183 mulheres e o PAA, portanto, fortaleceu também as mulheres da região. Destacou que buscam  
1184 produzir alimentos o mais limpo possíveis, que há muita preocupação que não sejam  
1185 utilizados agrotóxicos. Afirmou o PAA e o PNAE serem importantes também não só por  
1186 ajudarem instituições, mas por fomentarem a economia da cidade. Destacou o cacau  
1187 produzido em Maria Jape, que é vendido para a COPESSBA, a qual o transforma em chocolate  
1188 e o chocolate é fornecido para o PNAE na merenda escolar.

1189 **Fala de Everton Ferreira, Subsecretário da Agricultura Familiar da Sead:** comentou  
1190 sobre a fala de Vanessa Scholtz e o Plano SAFRA, pois concorda que o orçamento atual não  
1191 levará a efetivação das metas estabelecidas. Demonstra preocupação com a redução do  
1192 orçamento, mas acredita que – para além do orçamento – é preciso melhorar a qualidade das  
1193 políticas, seu alcance, sua gestão, sua governança, seus critérios e sua forma de  
1194 implementação a fim de que haja maior abrangência, mais efetividade e equidade nas ações.  
1195 Sobre a Sead enquanto sucessora do MDA, afirmou que não houve descontinuidade de  
1196 políticas, todas elas com suas diretrizes, objetivos, normativos e questões legais foram  
1197 mantidas, a exemplo do PNATER, da agricultura familiar, do PLANAPO e do compromisso

1198 com o PLANSAN. Concluiu afirmando que o comprometimento com a segurança alimentar e  
1199 agroecologia continua como foi ao longo da existência do MDA.

1200 Fala de Elisabetta Recine, Presidente do Consea: retomou a palavra para propor que fosse  
1201 feito o intervalo de almoço e que, na parte da tarde – anteriormente aos relatos das Comissões  
1202 Permanentes – fosse feita uma síntese das discussões da manhã. Após concordância de todos  
1203 os presentes na plenária, foi iniciada a pausa para almoço.

#### 1204 **Pausa para Almoço**

#### 1205 **Intervalo para o almoço**

#### 1206 **Comentários iniciais do trabalho da tarde:**

1207 A presidenta do Consea, Elisabetta Recine, abriu a sessão às 14h informando que a pauta da  
1208 tarde teria três pontos principais. O primeiro deles foi uma solicitação para que a Agência  
1209 Brasileira de Cooperação (ABC), órgão ligado ao Ministério das Relações Exteriores, viesse  
1210 ao Consea para apresentar um panorama sobre o atual estado da arte em cooperação  
1211 internacional do Brasil, em termos de segurança alimentar e nutricional. A presidenta lembrou  
1212 que a agência está realizando uma série de iniciativas, num esforço para articular essa  
1213 estratégia. O tema vem sendo debatido pela Comissão Permanente 1, que acompanha a  
1214 agenda internacional de SAN. Em seguida, Elisabetta convidou integrantes da mesa a  
1215 tomarem assento: Marília Leão e Christiane Gasparini Araújo Costa; além da coordenadora-  
1216 geral de Cooperação Sul-Sul Trilateral com Organismos Internacionais da ABC, Cecília  
1217 Malaguti do Prado. Lilian dos Santos Rahal, secretária-adjunta da Secretaria Nacional de  
1218 Segurança Alimentar e Nutricional (MDS) acompanhou os trabalhos inicialmente da plateia e,  
1219 depois, subiu à mesa.

#### 1220 **Apresentação do panorama de projetos de cooperação internacional em segurança** 1221 **alimentar e nutricional**

1222 A presidente do Consea passou a palavra para Cecília Malaguti do Prado, que iniciou sua fala  
1223 ressaltando que não faria uma apresentação exaustiva de todas as iniciativas de cooperação do  
1224 Brasil, mas apenas daria uma visão geral sobre o tema e, mais especificamente, sobre de que  
1225 maneira o Ministério das Relações Exteriores se reorganizou para dar continuidade às  
1226 atividades de cooperação humanitária antes tocadas pela Coordenação-Geral de  
1227 Cooperação Humanitária e Combate à Fome (CGFOME/MRE), extinta em 2016.  
1228 Segundo ela, é importante fazer esse resgate histórico, já que grande parte dos atuais membros



1229 do Consea são novos (cerca de 60%). Relatou que no ano de 1987 foi criada a ABC, que  
1230 acaba de completar 30 anos, com a atribuição principal de coordenar todas as iniciativas de  
1231 cooperação técnica que têm relação com o desenvolvimento de capacidades, como  
1232 cooperação educacional: científica e tecnológica; e ajuda humanitária. O objetivo era  
1233 desenvolver cooperação técnica – tanto da vertente do exterior para o Brasil, chamada de  
1234 cooperação recebida, quanto na vertente do Brasil para o exterior. Em janeiro de 2004 foi  
1235 criada a Coordenação-Geral de Combate à Fome, do Itamaraty, que tinha duas pautas. Uma,  
1236 ligada à coordenação de todas as políticas relacionadas a SAN no Brasil e fora do Brasil. E  
1237 que, também, tinha uma atuação relacionada a cooperação humanitária. Tanto que, quando foi  
1238 criada a CGFOME, o foco maior era a promoção de doações, principalmente no eixo  
1239 emergencial, como desastres ambientais e desastres de guerras.

1240 A partir de 2007-2008, houve uma ampliação do entendimento do que era cooperação  
1241 humanitária e o MRE passou a atuar em dois eixos: emergencial e estruturante. No eixo  
1242 estruturante estão ações que podem ser caracterizadas como de resiliência. Após um conflito,  
1243 é possível trabalhar para dotar os países afetados de capacidades para enfrentar novas crises.  
1244 Quanto à cooperação técnica, Cecília contou que os integrantes do MRE achavam que havia  
1245 uma sobreposição entre a atuação da ABC e da CGFOME, principalmente quanto a ações  
1246 relacionadas à segurança alimentar e nutricional – cuja coordenação política estava a cargo da  
1247 CGFOME, então responsável por todas essas ações.

1248 Com a ampliação do componente do eixo pró-estruturante, a CGFOME firmou um acordo em  
1249 2008 com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO),  
1250 justamente para implementar uma cooperação com esta entidade – fosse ela humanitária,  
1251 técnica ou de qualquer tipo – na área de SAN. Um memorando foi assinado com o Programa  
1252 Mundial de Alimentos (PMA) visando o mesmo objetivo. Ainda em 2008, a SGFOME atuou  
1253 como responsável pela coordenação do projeto apoiado pelo então Ministério do  
1254 Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), para a promoção da agricultura familiar. Esse  
1255 projeto, especificamente, bem como os demais que surgiram à frente, tinham características  
1256 muito semelhantes aos de capacitação técnica, que eram coordenados pela ABC.

1257 Em 2009, também por meio da CGFOME, o Brasil negociou os demais projetos de  
1258 cooperação humanitária, o eixo estruturante, com a FAO, que foi o projeto do Fundo Nacional  
1259 de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Na época, o projeto se chamava Fundo Fiduciário  
1260 e era coordenado pela SGFOME. Além disso, criou-se um projeto estruturante, multilateral,

1261 para estabelecer o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar na África  
1262 (PAA África), inspirado no programa brasileiro e ressaltando a necessidade de maior  
1263 articulação da agricultura familiar com a alimentação escolar, em especial. Como surgiu um  
1264 entendimento geral de que esses projetos tinham características mais preponderantes de  
1265 desenvolvimento de capacidades, a partir de 2010 eles passaram a ser coordenado pela ABC.  
1266 A agência passou por alguns ajustes, a fim de refletir os princípios da cooperação técnica, cuja  
1267 característica elementar, em todos os projetos, é a participação dos atores de instituições  
1268 brasileiras em todas as fases do projeto. Cecília chamou a atenção para o fato de que tal  
1269 característica não é marcante nos projetos estruturantes multilaterais, como é o caso do PAA  
1270 África, que foi muito inspirado pelas políticas brasileiras, mas implementado com a  
1271 participação mais direta da FAO e do PMA e menos dos atores brasileiros. Lembrou que,  
1272 mesmo assim, houve alguns seminários sobre o PAA África com a participação inclusive de  
1273 representantes do Consea em eventos em Nairóbi, no Quênia.

1274 De acordo com Cecília, a passagem de projetos da CGFOME para a ABC, em 2011, foi  
1275 coerente com o momento do governo brasileiro. A ABC ampliou suas parcerias para  
1276 desenvolver programas de cooperação técnica, principalmente, com organismos  
1277 internacionais especializados, como a FAO e o PMA. Também em 2011 foi firmado um  
1278 acordo entre o governo brasileiro (via FNDE e ABC) com o PMA, para o estabelecimento do  
1279 Centro de Excelência contra a Fome. Cecília ressalta que, após seis anos de existência do  
1280 centro, há um conhecimento e uma divulgação grandes sobre os resultados alcançados e sobre  
1281 o que se pretende alcançar. Lembra que o centro foi criado com a função principal de  
1282 compartilhar as experiências brasileiras na área de alimentação escolar. E, depois, se ampliou  
1283 para trabalhar também com a proteção social, que envolvia o Bolsa Família, o Cadastro Único  
1284 e o Restaurante Comunitário.

1285 Em 2012 o governo brasileiro, por meio da ABC, já havia negociado um projeto com o MDS  
1286 para a América Latina e Caribe, com o objetivo de promoção das políticas sociais, da  
1287 governança e da coordenação das políticas sociais que o ministério fazia. Cecília destacou  
1288 ainda o Projeto Algodão, que contribui para melhorar a segurança alimentar e nutricional. Isso  
1289 porque, de acordo com a técnica do MRE, só é possível melhorar a produtividade do algodão  
1290 plantando-o em meio a outras culturas associadas, como os grãos: milho, sorgo, feijão. Além  
1291 dos grãos, é possível gerar renda para os agricultores com a produção de algodão, dessa forma  
1292 garantindo a segurança alimentar e nutricional.

1293 Cecília relatou que esses dois momentos pelos quais passou o Brasil também ocorreram na  
1294 América Latina e África, porque os recursos envolvidos no projeto do algodão eram em um  
1295 volume muito elevado. O Brasil havia ganhado o Contencioso do Algodão com os Estados e  
1296 10% dos recursos pagos pelos EUA foram canalizados para a cooperação internacional,  
1297 somando US\$ 80 milhões.

1298 A coordenadora-geral de Cooperação Sul-Sul Trilateral com Organismos Internacionais da  
1299 ABC informou que são tais verbas que estão sendo acessadas, projeto a projeto, para  
1300 desenvolver esse tema – pois as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC) exigem  
1301 que os recursos sejam voltados para a cadeia do algodão – mas cujo plantio contribui  
1302 indiretamente para a segurança alimentar e nutricional.

1303 Destacou que em 2013 houve a apresentação de um documento elaborado sob a coordenação  
1304 da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan), para a  
1305 sistematização dos projetos de cooperação internacional, humanitária e técnica. De acordo  
1306 com Cecília, esse foi um trabalho muito bem articulado entre CGFOME, ABC e MDS, por  
1307 meio da Caisan. E que, mesmo com a existência do relatório “Cooperação Brasileira para o  
1308 Desenvolvimento Internacional 2011-2013” (Cobradi), havia então menos projetos em  
1309 execução na área de segurança alimentar e nutricional do que outros relacionados à área  
1310 específica de agricultura, educação e agricultura familiar. Cecília relatou que foi preciso  
1311 desenvolver um trabalho de análise, projeto a projeto, para verificar qual de fato contribuía  
1312 para a segurança alimentar e nutricional. E que o documento de 2013, coordenado pela  
1313 Caisan, é usado como referência até hoje, porque o texto fez uma consolidação primorosa dos  
1314 dados. Acrescentou que a CGFOME e a ABC participaram de encontro no Consea em 2013,  
1315 quando foi apresentando o último documento desta série. Ela sugeriu que o levantamento  
1316 fosse atualizado.

1317 Cecília recordou ainda que o relatório do Cobradi é uma parceria estabelecida pela ABC com  
1318 o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), para justamente fazer um estudo sobre  
1319 todas as modalidades e vertentes de cooperação. Nesse documento, apontou, há um trabalho  
1320 de identificação de todas as iniciativas de cooperação internacional em que o Brasil está  
1321 envolvido, sejam elas técnicas, humanitárias, educacionais, tecnológicas ou financeiras.  
1322 Foram consolidados dados da ABC, por meio de seu sistema, e também através de um  
1323 levantamento junto a todas as instituições brasileiras que participam de ações de cooperação  
1324 internacional. A coordenadora disse acreditar que deve ser lançado ainda neste ano um novo

1325 relatório Cobradi abrangendo os anos de 2014, 2015 e 2016. Para ela, esse deve ser o  
1326 documento básico de extração de dados sobre cooperação, porque representa um esforço  
1327 muito grande para se ter um levantamento exato do que o governo brasileiro contribui.

1328 De acordo com Cecília, em 2016 houve a extinção da CGFOME. Durante seis meses de  
1329 trabalho interno, as atribuições do órgão foram redistribuídas no Itamaraty. Ficou decidido  
1330 que toda a parte política de coordenar ações relacionadas a SAN ficaria a cargo da Divisão de  
1331 Temas Sociais (DTS/MRE), coordenada por Durval de Vasconcelos Barros. E a cooperação  
1332 humanitária, nos eixos emergencial e estruturante, foi absorvido pela ABC. Em 2017 saiu  
1333 uma regulamentação afirmando claramente que a ABC passaria a atuar também na  
1334 cooperação humanitária. O eixo emergencial ficou a cargo do conselheiro André Saboia  
1335 Martins. E os projetos que eram desenvolvidos pela CGFOME, como é o caso do PAA  
1336 África, considerado um eixo estruturante, passou a ser coordenado pela ABC. Cecília  
1337 acrescentou que neste caso, como se trata de uma parceria com organismo internacional, o  
1338 programa está sob sua coordenação. Esclareceu que seu setor coordena todas as iniciativas do  
1339 governo brasileiro para o exterior, em termos de cooperação técnica, em parceria com  
1340 organismos internacionais.

1341 A representante da ABC alertou que persiste um desafio para o Brasil, que é o marco  
1342 regulatório específico para implementar a cooperação internacional do país. Por isso, a ABC  
1343 lança mão de parcerias com organismos internacionais. De forma que todo o portfólio de  
1344 projeto de cooperação do Brasil, seja bilateral ou trilateral, exige essa parceria com os  
1345 organismos internacionais. A ABC deu continuidade às atividades da SGFOME,  
1346 incorporando suas atribuições no novo regulamento, por meio de uma portaria regimental do  
1347 Itamaraty, onde se definiu que a agência absorveria a função da cooperação estruturante, da  
1348 cooperação humanitária, e do DTS.

1349 Relatou ainda que, desde 1987, há várias modalidades de execução da cooperação técnica  
1350 bilateral entre o Brasil e um outro país. Mas, mesmo nessa ação direta, como entre o Brasil e  
1351 Moçambique, por exemplo, há a participação do Programa das Nações Unidas para o  
1352 Desenvolvimento (Pnud), que funciona como meio de operacionalizar as ações, mas não é um  
1353 ator com assento na gestão da cooperação daquela iniciativa. Em termos de cooperação  
1354 trilateral, existe a participação de um organismo internacional – normalmente um organismo  
1355 especializado - e de um país onde o programa é desenvolvido. Como, por exemplo, no caso  
1356 do Programa de Alimentação Escolar de Moçambique, que contou com a atuação da

1357 Albaneide Maria Lima Peixinho, então no Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae)  
1358 do Brasil. E, depois, a partir dele, é implementado um projeto-piloto, para avaliar de que  
1359 maneira se pode consolidar o programa no outro país. É estabelecida uma parceria com o  
1360 PMA local e, atualmente, com a participação do Centro de Excelência. Há ainda a  
1361 participação de países desenvolvidos, como é o caso do Pró-Savana, que foi uma parceria  
1362 estabelecida entre Brasil e Japão, para desenvolver o Corredor Logístico de Nacala (CLN), em  
1363 Moçambique. *[Trata-se de uma linha férrea com 900 quilômetros para levar carvão da mina*  
1364 *de Moatize ao porto de Nacala].*

1365 Há ainda iniciativas em bloco no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa  
1366 (CPLP), nos fóruns regionais. É classificada como iniciativa em bloco pois não é  
1367 especializada para um país, é uma ação que beneficia todos os países daquele bloco. Por fim,  
1368 há a cooperação classificada como humanitária, nos eixos emergencial e resiliência. E a  
1369 operacionalização é classificada como multilateral, ou seja, há participação de organismos  
1370 internacionais, mas não há participação das instituições brasileiras em todo o ciclo do projeto,  
1371 apenas pontualmente. Cecília enfatizou que esses são os quatro tipos de cooperação que  
1372 constam do documento de 2013, com descrições muito precisas dessas modalidades de  
1373 execução de projetos.

1374 A coordenadora-geral de Cooperação Sul-Sul Trilateral com Organismos Internacionais da  
1375 ABC falou ainda sobre as Instituições Brasileiras Cooperantes (IBCs) que atuam como fonte  
1376 de compartilhamento. São instituições como o FNDE, o MDS, a Secretaria Especial da  
1377 Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead), o Ministério do Meio Ambiente  
1378 (MMA), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Agência Nacional de  
1379 Vigilância Sanitária (Anvisa) e outras. Cecília disse que é a partir destas parcerias que a ABC  
1380 compartilha uma política, um programa ou uma técnica que foi desenvolvida por aquela  
1381 instituição. Ao mesmo tempo, estas instituições participam ativamente em todo o ciclo do  
1382 projeto de cooperação técnica, seja nas modalidades bi e trilateral ou em bloco. Do lado dos  
1383 organismos internacionais, os principais são a Organização das Nações Unidas para a  
1384 Alimentação e a Agricultura (FAO), Programa Mundial de Alimentos (PMA), Fundo das  
1385 Nações Unidas para a Infância (Unicef) e Pnud.

1386 A representante do Itamaraty observou que o IBC também teve uma participação importante  
1387 nas pesquisas e estudos coordenados pela SGFOME, bem como as universidades, na área de  
1388 cooperação humanitária e também na cooperação técnica. Cecília afirmou que o número de

1389 projetos, recursos e países envolvidos nestas iniciativas são estimados pelo documento  
1390 Cobradi supracitado, de 2013 (cujos dados ainda estão sendo atualizados) em 56 projetos, que  
1391 estavam em execução naquele ano. Ela disse acreditar que alguns deste tenham sido  
1392 finalizados e outros, renegociados e calcula que o número atual seja de aproximadamente 60  
1393 projetos de cooperação técnica e humanitária, em todas as modalidades já descritas. Os  
1394 recursos são estimados em US\$ 80 milhões, valor que representa a soma de todos os projetos  
1395 em execução – fora os que já foram executados ou que ainda venham a sê-lo. Enfatizou que a  
1396 força destes recursos é que são extra-orçamentários, provenientes Instituto Brasileiro do  
1397 Algodão (IBA), devido à vitória no caso do contencioso já mencionado. Deste total, a ABC  
1398 teria recebido já cerca de US\$ 48 milhões do IBA, mas ressaltou que nem todos os projetos  
1399 desenvolvidos com esses recursos podem ser considerados como contribuintes para a  
1400 segurança alimentar e nutricional, apenas alguns. Lembrou que há ainda o orçamento da ex-  
1401 SGFOME, do MRE, que foi absorvido pela ABC para os dois tipos de cooperação. Cecília  
1402 acrescentou que o Centro de Excelência contra a Fome foi estabelecido com recursos 100%  
1403 financiados pelo FNDE. Recursos da Sead, do MDS, do MMA e do antigo Ministério da  
1404 Pesca financiaram uma iniciativa na África. Houve então uma expectativa de participação em  
1405 outros projetos com a FAO, mas não foi dado segmento. Além do IBA, Cecília citou recursos  
1406 extra-orçamentários, como o do Ministério Britânico do Desenvolvimento Internacional  
1407 (Dfid), que financiou o Colbib, NSA e várias pesquisas. E que também foram canalizados  
1408 para o Centro de Excelência, em projetos de cooperação trilateral, com a participação de  
1409 países desenvolvidos.

1410 Atualmente, a ABC está atuando em 16 dos 33 países da América Latina e Caribe, seja de  
1411 maneira direta ou indireta. Na África, o Brasil atua em 32 dos 54 países, com iniciativas de  
1412 cooperação no tema de segurança alimentar e nutricional, além da participação em todos os  
1413 fóruns internacionais. Na Ásia, a agência atua em cinco países, como Bangladesh. Outros,  
1414 podem ter sido finalizados, como no Cazaquistão e Afeganistão. Cecília apresentou alguns  
1415 dados sobre os resultados alcançados, inclusive na cooperação na área de SAN, cujos  
1416 princípios, afirmou, permanecem os mesmos no desenvolvimento da cooperação tanto na área  
1417 bilateral, como na trilateral, com destaque para o atendimento de demandas sem  
1418 condicionais; iniciativas onde todas as partes participam do começo ao fim; não-  
1419 ingerência; e respeito à soberania dos países.

1420 Com relação à segurança alimentar e nutricional, enfatizou que a estrutura organizada no  
1421 Brasil para tratar desse tema e a maneira de tratá-lo são as mesmas que a ABC compartilha e  
1422 desenvolve. Sempre estimulando a intersetorialidade, a participação da sociedade e a  
1423 universalidade dos programas. Cecília informou que há uma intenção de organizar cada vez  
1424 mais essas iniciativas no futuro. Lembrou que vários projetos, como alimentação escolar e  
1425 agricultura familiar, foram a porta de entrada para o Brasil apresentar as características de  
1426 SAN, como um todo. Já que, quando a demanda é específica em um tipo de ação, ela é  
1427 desenvolvida com as características das que já funcionam. Desta forma, o Brasil promoveu  
1428 várias características para as ações em SAN. Ainda sobre o resultado destas iniciativas, a  
1429 representante da ABC relatou que, desde 2008, é importante a cooperação humanitária e  
1430 técnica na área de SAN. Disse haver evidências claras de que todo movimento do governo  
1431 brasileiro neste sentido resultou, efetivamente, em aprimoramentos de políticas da América  
1432 Latina e da África, como na questão da importância da intersetorialidade, de melhorias dos  
1433 seus programas de alimentação escolar, a agricultura familiar.

1434 Disse que a ABC gostaria de ter mais evidências sobre de que maneiras esses projetos  
1435 contribuíram, em parceria com a FAO, FNDE e MDS, por exemplo. Informou que está sendo  
1436 desenvolvido um termo de referência com a Sead (ex-MDA), para fazer uma avaliação de  
1437 resultados e levantar efetivamente quais projetos contribuíram para este ou aquele resultado,  
1438 dados que deverão ser compartilhados com o Consea. Relatou ainda que foi elaborada a  
1439 primeira minuta da avaliação do Projeto de Alimentação Escolar, que está sob sua análise, na  
1440 ABC, para posterior apresentação no Congresso Internacional de Alimentação Escolar, no dia  
1441 6 de outubro. Segundo Cecília, está também em elaboração no MDS o termo de referência,  
1442 aprovação e segmento. Citou a avaliação recentemente realizada pelo Centro de Excelência  
1443 em Alimentação, cujos resultados já foram apresentados no Itamaraty, com a presença de  
1444 representantes de todos os ministérios, sociedade civil e das embaixadas dos países no Brasil.  
1445 O documento é de fácil acesso, frisou, e está disponível no site do Centro de Excelência.

1446 Acerca dos benefícios mútuos, a servidora do Itamaraty ressaltou que esse é um dos  
1447 princípios da cooperação internacional, mas que existe uma dificuldade em prever  
1448 antecipadamente o alcance dos benefícios para o Brasil, quando se desenvolve uma ação a  
1449 partir da diplomacia solidária, muitas vezes significando não receber nada em troca. Mas  
1450 afirmou que sempre o país auferirá algum tipo de benefício. Mesmo que seja de maneira  
1451 indireta, as iniciativas de cooperação internacional contribuem para o aprimoramento das

1452 políticas públicas nacionais. Citou, como exemplo, o Programa de Alimentação Escolar, que  
1453 já foi revisado e ajustado várias vezes em razão da atuação do FNDE em outros países. Desta  
1454 maneira, o Brasil se retroalimenta, para que o amanhã seja melhor que o hoje em termos de  
1455 promoção da legitimidade dessas políticas, no âmbito nacional e internacional. Sobre  
1456 mudanças nas políticas de SAN na atual conjuntura, Cecília afirmou que as ações de  
1457 cooperação do Brasil nesta área permitem a continuidade dos compromissos da ABC nos  
1458 programas brasileiros, em função da legitimidade internacional dessas políticas. E que,  
1459 portanto, não houve modificação, porque já há uma consolidação internacional do êxito das  
1460 políticas brasileiras. Com referência à capacitação, Cecília voltou a falar dos benefícios  
1461 mútuos, que geram a otimização de recursos e projeção internacional. Com destaque para o  
1462 impacto no espaço regional, com o Brasil participando de fóruns e eventos em toda a América  
1463 Latina. Disse que o Brasil é referência em agricultura familiar, alimentação escolar, com  
1464 todos os ganhos estratégicos desta projeção nos fóruns internacionais. Desta forma, as nações  
1465 sempre querem ouvir o que o Brasil tem a dizer, em função de todas as ações aqui  
1466 desenvolvidas.

1467 Entre os desafios, nominou o aprimoramento da coordenação das iniciativas de cooperação  
1468 internacional. Que há uma necessidade de se organizar melhor, aprimorar essa coordenação.  
1469 Disse acreditar que a principal deficiência está diretamente relacionada à ausência de marcos  
1470 regulatórios, a políticas de cooperação internacional, a programas específicos que o país não  
1471 tem. A própria ABC, que já completou 30 anos, ainda não tem um marco regulatório, uma  
1472 estrutura de equipe para desenvolver a cooperação internacional. É necessário também  
1473 aprimorar o sistema de monitoramento, não só para avaliar e acompanhar os resultados das  
1474 iniciativas da agência, mas também chegar se os princípios colocados pelo Brasil foram  
1475 respeitados durante o processo de negociação e de implementação de iniciativas de  
1476 cooperação. Apontou o desafio específico da cooperação trilateral, área em que atua, na  
1477 implementação conjunta, pois os organismos internacionais não estão acostumados a se  
1478 sentarem à mesa para discutir com todas as partes, para decidir em conjunto o que vai ser  
1479 feito. Esse é um desafio que já dura oito anos, durante os quais a ABC desenvolveu  
1480 programas trilaterais. O que gera a necessidade de estar sempre lembrando “o espírito da  
1481 coisa”, frisou.

1482 Para tentar debelar essas dificuldades na coordenação das iniciativas de cooperação  
1483 internacional, o governo brasileiro, a ABC, o MRE, em parceria com as instituições



1484 governamentais, decidiu desenvolver uma estratégia de cooperação técnica na área de SAN.  
1485 Para fortalecer a coordenação interna e externa com os parceiros e melhorar a qualidade das  
1486 iniciativas de cooperação, para promover adequadamente a segurança alimentar e nutricional  
1487 na África e na América Latina – dois contextos totalmente diferentes. O êxito já alcançado em  
1488 programas de alimentação escolar, como na Colômbia, é diferente do êxito em Moçambique.  
1489 Há oito anos a ABC vem trabalhando de forma articuladas, tanto entre as instituições  
1490 brasileiras, como em parceria com os organismos internacionais e agências de cooperação de  
1491 países desenvolvidos. Duas oficinas já foram realizadas no Itamaraty, com a participação das  
1492 instituições brasileiras, num primeiro momento, para começar a identificar como pode ser  
1493 organizada a estratégia, a partir das dimensões de SAN, que são utilizadas aqui no Brasil.  
1494 Estratégia que visa à produção, que prevê as dimensões de produção, disponibilidade, acesso,  
1495 consumo e governança. Neste sentido, relatou, foi feito esse primeiro exercício só com as  
1496 instituições brasileiros. E, no segundo dia, com as instituições brasileiras e os parceiros, para  
1497 avançar na elaboração dessa estratégia. Admitiu que o tema é mais complexo do que  
1498 inicialmente foi pensado pela ABC. De forma que a agência deverá precisar de mais tempo  
1499 que o previsto para definir com clareza como poderá se organizar doravante, para que não  
1500 fique refém dos organismos internacionais. Para que haja uma abordagem cada vez maior da  
1501 parte do Brasil, de apresentar suas políticas. Muitas vezes, o Brasil é levado a participar de  
1502 iniciativas antes que possa dialogar internamente sobre como deve ser esta participação.  
1503 Destacou que a ABC quer mudar essa dinâmica de atuar antes de conversar, para que o Brasil  
1504 possa contribuir melhor em ações nos países onde está presente.

1505 Sobre questionamentos acerca da participação do Consea, disse acreditar que o conselho  
1506 deveria tomar parte na cooperação internacional, especificamente na questão da governança.  
1507 Em resumo, considerou a participação do Consea importante em 3 níveis. Primeiramente, na  
1508 governança da estratégia de SAN, onde se pretende criar um comitê gestor ou diretivo da  
1509 estratégia, onde o Consea deveria ter assento para, juntamente com a ABC, tomar as decisões  
1510 mais apropriadas. Em segundo lugar, na implementação das ações junto ao IBC, a experiência  
1511 do Consea seria importante para a organização da sociedade civil, na participação social, para  
1512 também compartilhar e ajudar os países, como ocorreu em várias outras iniciativas de  
1513 cooperação, para mostrar como se faz. Por fim, a participação do Consea seria importante  
1514 também na avaliação das ações. Então, em todo o ciclo, desde as decisões estratégicas, na  
1515 implementação como na avaliação, a ABC defende que há um importante papel para o Consea

1516 desempenhar na estratégia de cooperação técnica. Na cooperação humanitária, a ABC pode,  
1517 quando há um problema, fome na Palestina, ou qualquer coisa, encaminhar uma doação,  
1518 repassar aquele material, normalmente em parceria com o PMA. Nesses casos, não há uma  
1519 participação ativa das instituições brasileiras.

1520 **Encaminhamentos da Comissão Permanente 1 – Sisan e Macrodesafios Nacionais e**  
1521 **Internacionais sobre ABC e cooperação**

1522 Após a exposição sobre cooperação internacional, a presidenta do Consea, Elisabetta Recine,  
1523 passou a palavra para a conselheira Christiane Gasparini Araújo Costa, representante da CP1,  
1524 responsável pela discussão da agenda internacional. Avisou que, em seguida, abriria a palavra  
1525 para comentários ou perguntas. E que, depois, seriam feitos os encaminhamentos da plenária  
1526 realizada pela manhã, além dos encaminhamentos referentes a decisões do dia anterior,  
1527 quando da reunião das CPs.

1528 A conselheira Christiane Gasparini Araújo Costa tomou a palavra e informou que faria uma  
1529 pequena explanação sobre as perguntas, pois elas já haviam sido encaminhadas à  
1530 representante da ABC antes da apresentação e tinham sido respondidas durante a palestra.  
1531 Destacou o compromisso do Consea com o Plano Nacional de Segurança Alimentar  
1532 (Plansan). E que tal questão deve estar presente na cooperação internacional. No entanto,  
1533 alertou que os conselheiros se ressentem de que as diversas iniciativas internacionais não  
1534 estão coordenadas e articuladas entre si, enfatizando que o Plansan é articulado com outras  
1535 políticas concatenadas na área de segurança alimentar e nutricional. Christiane ressaltou  
1536 entender que a resposta a essa preocupação é a construção da estratégia de segurança  
1537 alimentar e nutricional. Perguntou se a ABC tinha a expectativa de concluir esse processo já  
1538 no próximo semestre, colocando o Consea como parte, já que o conselho tem interesse em  
1539 participar. Lembrou que o Consea tem conexões fortes com a sociedade civil, com alguns de  
1540 seus membros participando ativamente nas próprias organizações dos movimentos sociais ou  
1541 como uma ligação com eles, como no caso da Via Campesina. Prosseguiu afirmando que o  
1542 Consea tem interesse em ampliar o diálogo com a sociedade civil nessa questão tão  
1543 importante. Relatou que muitos conselheiros, quando saem do Brasil, percebem que o país se  
1544 tornou referência na área e que o Consea deseja compreender melhor essa situação, para  
1545 aprofundar a cooperação entre sociedade civil e governo nos países onde o Brasil atua. Por  
1546 outro lado, apontou a necessidade de ampliar a participação da sociedade civil no âmbito  
1547 federativo, para que os avanços do II Plano de Segurança Alimentar e Nutricional se

1548 consolidem em todas as esferas de relações internacionais no nível municipal, estadual e  
1549 federal. Finalmente, Christiane chamou a atenção para o fato de que os conselheiros sentem  
1550 falta de publicações que relatem as experiências brasileiras no exterior. Recordou que quando  
1551 apresentou a experiência de São Paulo no encontro de Roma, em 2016, os ouvintes  
1552 solicitavam material traduzido em francês, inglês e espanhol, como foi o caso da Colômbia e  
1553 outros países presentes. Lamentou que não esteja disponível sequer a sistematização da  
1554 experiência e, muito menos, a tradução. No entanto, agregou que o Consea começa em breve  
1555 a elaborar cartilhas de formação, o que seria uma boa oportunidade de traduzir esses  
1556 materiais, que podem ser úteis para outros países que estão no início da caminhada nessa  
1557 questão.

1558 **Comentário de Daniel Garcia Dias, da CPI**

1559 O conselheiro pediu a palavra para lembrar que participou como representante do Consea em  
1560 uma ação de cooperação bilateral em Moçambique, com o tema da desnutrição crônica. Disse  
1561 ter sido essa sua primeira participação neste tipo de ação de relações internacionais e que o  
1562 mais marcante da experiência foi o fato de ser uma oportunidade muitas vezes não bem  
1563 aproveitada no sentido de fazer intercâmbios entre o Brasil e outros países, especialmente  
1564 com países africanos. Recordou ter falado dos sistemas alimentares tradicionais brasileiro, por  
1565 exemplo, aos países africanos, um tema muito caro aos militantes do movimento negro.  
1566 Classificou a política de segurança alimentar do Brasil como avançada, mas alertou que o país  
1567 não está criando pontes para trazer conhecimentos que, muitas vezes, nem mesmo os outros  
1568 países sabem que podem oferecer. Enfatizou que essa necessidade de estreitar relações tem  
1569 capital importância, principalmente quando se tratam de nações africanas.

1570 **Fala da representante do Coletivo Engajamundo, entidade sem fins lucrativos, Jeniffer**  
1571 **Liepin**

1572 **Jeniffer** elogiou as informações trazidas pela ABC, acrescentando ser importante a sociedade  
1573 civil tratar da questão da cooperação internacional na área de segurança alimentar e  
1574 nutricional. Falando em nome do segmento da juventude, da Engajamundo, destacou a  
1575 importância do relatório “Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional 2011-  
1576 2013” (Cobradi) para quem estuda cooperação internacional e, especialmente, na área de  
1577 SAN. Relatou ter percebido, ao estudar essa questão, que no caso de doadores emergentes como  
1578 o Brasil (sem deixar de frisar que o termo emergente é complexo e controverso), os dados

1579 sobre cooperação estão dispersos em diferentes instituições governamentais e não-  
1580 governamentais. Sugeri que fosse feita uma sistematização de todos esses dados, com o  
1581 objetivo de facilitar a análise sobre, por exemplo, qual o montante de recursos financeiros e  
1582 não-federais envolvidos. Bem como de outros órgãos de municípios e estados. Jeniffer  
1583 enfatizou ainda a importância de discutir os modelos de cooperação aos quais o Brasil tem  
1584 dado suporte. Recordou que o país tem imensa diversidade e talvez um dualismo de modelos  
1585 quando se trata de agronegócio e agricultura familiar. Tal dualismo impacta, segundo ela, os  
1586 modelos de exportação de cooperação. Exemplificou apontando o caso do Pró-Savana e do  
1587 PAA África, entre os quais há uma diferença estratégica. Pontuou ser importante compreender  
1588 essas diferenças para definir qual tipo de iniciativa se quer levar a outros países quando se fala  
1589 de segurança alimentar e nutricional. Qual modelo seria desejável para incluir nestes projetos  
1590 a sociedade civil dos países em questão. Sobre o Pró- Savana, por exemplo, disse ter sido  
1591 amplamente divulgado que em alguns pontos a sociedade civil local se posicionou contra  
1592 certos processos. Mas lamentou que essas vozes não tenham sido escutadas e as sugestões  
1593 acrescentadas ao projeto. Para que tal de fato ocorra, a representante do Engajamundo voltou  
1594 a defender a participação da sociedade civil como muito importante para definir a estratégia  
1595 que se quer levar aos países parceiros, a partir desses modelos de cooperação. Declarou  
1596 ainda não estar segura sobre se a extinção da CGFOME causou alguma perda com relação à  
1597 segurança alimentar dentro da cooperação internacional, pois ficou claro que aquela  
1598 coordenação teve uma atuação relevante, dentro da cooperação internacional de segurança  
1599 alimentar. Destacou que ter uma agência própria, dentro da cooperação internacional,  
1600 específica para a segurança alimentar, com certeza, fez com que acontecesse muita coisa. Por  
1601 isso disse acreditar que o fim da CGFOME impacta a cooperação internacional de SAN, a não  
1602 que o tema seja muito bem coordenado pela ABC daqui para a frente. Sobre a questão das  
1603 parcerias que o Brasil tem com agências de outros países, como a dos Estados Unidos, a  
1604 Agência Internacional de Cooperação do Japão (Jica) e outras, questionou se tais parcerias  
1605 com considerados desenvolvidos impacta de alguma forma no modelo de cooperação que o  
1606 Brasil adota com seus outros parceiros.

## 1607 **Respostas**

1608 A representante da ABC, **Cecília**, respondeu que, sobre a estratégia, a agência estava  
1609 planejando realizar uma oficina em outubro, a fim de discutir uma minuta sobre o tema. No  
1610 entanto, constatou-se depois, por meio de *brain storms*, que essa previsão de tempo estava

1611 demasiadamente otimista. A partir daí, a expectativa da instituição é realizar esse evento no  
1612 primeiro semestre de 2018, quando poderá ser elaborada uma estratégia pactuada,  
1613 consensuada entre os representantes das instituições federais brasileiras e com a participação  
1614 do Consea. Cecília abordou ainda a preocupação da ABC em ampliar a participação de entes  
1615 subnacionais em estados e municípios no que chamou de cooperação descentralizada.  
1616 Recomendou que a representante da Engajamundo buscasse os dados apresentados pela  
1617 Coordenação de Cooperação Técnica da ABC com os países desenvolvidos, que também está  
1618 encarregada da cooperação descentralizada. Afirmou acreditar que por meio dos entes  
1619 subnacionais é que o Brasil vai efetivamente conseguir ampliar sua participação em ações de  
1620 cooperação internacional. Pois, acrescentou, somente com as instituições governamentais há  
1621 muita dificuldade de estar presente em tudo. Então, realmente, será necessário aperfeiçoar  
1622 esse mecanismo, disse. Quanto a publicações e sistematização das informações, ressaltou que  
1623 em todos os projetos de cooperação da ABC existe uma previsão de sistematização, tanto da  
1624 experiência brasileira que originou a demanda quanto da experiência resultante da  
1625 cooperação. A ABC leva para os países a metodologia com a qual o Brasil desenvolveu tal  
1626 ação e caberá ao outro país definir, desenvolver, identificar, de que maneira ele irá fazer a sua  
1627 – o que pode resultar numa experiência como a de Moçambique, mas cujo Programa de  
1628 Alimentação tem outros elementos não identificados aqui. Nesse aspecto, chamou a atenção  
1629 para a diferença entre sistematizar a experiência brasileira e sistematizar o resultado da  
1630 participação do Brasil naquela ação no exterior. Um dos grandes desafios, apontou, é a  
1631 questão do idioma, por causa do custo da tradução. Ressalvou acreditar, no entanto que a  
1632 ABC deverá ter recursos para tal. Cecília tratou ainda sobre o ponto colocado pelo  
1633 conselheiro Daniel, sobre como trazer conhecimentos de interesse do Brasil. Disse que há  
1634 uma facilidade de identificar os mecanismos de cooperação do Brasil e que já permitem  
1635 desenvolver essa ação também de recebimento de cooperação, por meio dos países em  
1636 desenvolvimento. No caso de um país em desenvolvimento do mesmo nível do Brasil, a ABC  
1637 entende que se trata de cooperação Sul-Sul, isto é, entre dois países do hemisfério Sul.  
1638 Diferentemente, quando é um país do Norte, a ABC chama de cooperação recebida. A  
1639 coordenadora concordou que é possível ampliar essas possibilidades em todos os projetos da  
1640 agência, com a previsão da visita de representantes dos países parceiros para conhecer o  
1641 Brasil, o que seria incorporado nas atividades tradicionais do trabalho. Sobre a questão do  
1642 relatório Cobradi, levantado pela conselheira Jeniffer, concordou que é um instrumento muito  
1643 importante. Já quanto à questão de se o Brasil pode ser considerado doador, um país

1644 emergente, disse que não. O Brasil não é país doador e sim parceiro para o desenvolvimento  
1645 de outros países. E que assim é que pretende ser reconhecido, pois ser caracterizado como  
1646 doador implica em compromissos que não se justificariam no caso brasileiro. Trata-se, então,  
1647 de cooperação solidária. Sobre a questão de modelos de cooperação exportados de  
1648 agronegócios x agricultura familiar, afirmou ser uma matéria de estratégia. Relatou que  
1649 quando representantes da ABC estiveram há pouco em Moçambique, foram apresentadas  
1650 políticas juntamente com o governo daquele país para definir uma estratégia na área de  
1651 alimentação e segurança alimentar. Na ocasião, ficou clara a maneira como o governo  
1652 brasileiro se organizou para desenvolver políticas específicas para cada tipo de agricultura.  
1653 Existe um rol de políticas públicas que apoiam a agricultura tipo agrobusiness, agricultura do  
1654 agronegócio, e políticas específicas para a agricultura familiar. Cecília defendeu que, a partir  
1655 da demanda do país, o Brasil pode trabalhar nessas suas vertentes, sem que necessariamente  
1656 haja um conflito.

1657 Sobre a estratégia de SAN, Cecília acrescentou que a ABC terá essa meta realmente como  
1658 uma preocupação daqui para frente, de forma que ela seja fruto de uma concordância entre as  
1659 entidades participantes. Quanto à extinção da CGFOME, comentou que cada vez que toma  
1660 posse uma nova diretoria, a cada participação de um novo ator, altera-se a estratégia de  
1661 implementação daquelas ações. No caso da CGFOME, o Ministério das Relações Exteriores  
1662 resolveu absorver integralmente a atribuição da antiga coordenação, conforme estava descrita  
1663 na sua constituição. A partir de então, elas foram designadas para a DTS e para a ABC, a fim  
1664 de que nada se perdesse. No entanto, concordou que a execução terá agora meios diferentes de  
1665 acontecer a parceira com países desenvolvidos, o modo de cooperar. Foi elaborado um  
1666 documento interno com as diretrizes da cooperação trilateral que suscitou extensas discussões  
1667 até mesmo quanto ao título. Venceu a posição que defendia que se trata de cooperação  
1668 trilateral. No entanto, persiste a preocupação de a ABC sempre carregar os princípios da  
1669 cooperação solidária em qualquer modalidade de cooperação, assegurou.

#### 1670 **Comentário de Ana Maria/MRE**

1671 Chamou a atenção sobre o tema da cooperação descentralizada, que envolve município, entes  
1672 federativos etc. Disse ter sido um lapso não ter incluído essa modalidade juntamente com a  
1673 cooperação bilateral, trilateral ou em bloco. Relatou que há duas formas de operar essa  
1674 questão. Uma delas é quando há, de um lado, o governo de um país estrangeiro que coopera  
1675 com a participação de instituições brasileiras de nível estadual, municipal. Como exemplo,

1676 citou o caso da Etiópia, que participa da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece).  
1677 Disse ser de interesse da estratégia da cooperação internacional fortalecer e promover essas  
1678 parcerias com entes subnacionais, porque o Brasil é um grande país, com uma riqueza de  
1679 vozes tão grande quanto ele. Especialmente quando se trata de África, há maiores  
1680 similaridades com algumas áreas do Brasil do que outras. Reforçou que é importante  
1681 fortalecer esse tipo de cooperação no futuro. Em relação à cooperação descentralizada, que é  
1682 feita diretamente entre o município brasileiro e o município de um Estado estrangeiro,  
1683 destacou que essa tem maior autonomia e, portanto, não cabe à ABC nem ao MRE definir  
1684 como se dará esse tipo de intercâmbio ou de trocas. Ressalvou, entretanto, que a instituição  
1685 tem o papel de supervisionar e acompanhar para tomar conhecimento das contribuições  
1686 agregadas com tal intercâmbio e que possam ser incorporadas. Em relação ao Pró Savana,  
1687 disse não ter como avaliar detalhadamente o *status* atual da parceria, mas que ela tem três  
1688 componentes: um componente de extensão rural, outro componente de pesquisa e um último  
1689 componente que é o plano diretor, sendo esse último o suscitou questionamentos. Disse que a  
1690 atualização importante sobre esse programa é que a ABC está aberta para falar sobre os  
1691 aspectos do plano diretor em função das críticas e questionamentos feitos tanto pela sociedade  
1692 civil brasileira, quanto pela sociedade civil de Moçambique. Destacou que a Via Campesina  
1693 teve uma atuação muito relevante nesse sentido e lembrou que o plano diretor está na fase de  
1694 consultas públicas, em Moçambique. Considerou esse como um exemplo importante de como  
1695 a sociedade civil dos dois países foi capaz de influenciar processos e, de alguma forma, os  
1696 governos do Brasil e de Moçambique foram abertos a receber esses questionamentos. Tanto  
1697 que o projeto está passando por uma fase de revisão em Moçambique e já foi definido, por  
1698 meio de um acordo entre os países, que o plano diretor só será aprovado quando houver  
1699 consenso sobre as ações a serem desenvolvidas. Ainda com relação à CGFOME, disse que  
1700 houve algum tipo de perda sim, mas que a ABC fez um trabalho intenso de preservação da  
1701 memória institucional das pessoas que trabalharam para a coordenação e da equipe da  
1702 agência. Então, houve uma perda, mas com a incorporação de todas as pautas pela ABC. E  
1703 assim ficou mais fácil de se coordenar. Atualmente, trata-se de uma cooperação estratégica na  
1704 área de SAN, em função do fato de se ter uma agencia coordenando tudo, asseverou.

#### 1705 **Destaques da parte da manhã a serem incorporados à EM**

1706 Antes de iniciar as deliberações sobre as reuniões das CPs, a **presidenta do Consea** fez um  
1707 relato de suas anotações sobre alguns pontos concernentes à Exposição de Motivos do Consea

1708 (EM) e aos encaminhamentos do tema da agricultura familiar. Rememorou que a EM havia  
1709 sido discutida desde o início da manhã, pelos grupos de trabalho, e que todas as sugestões e  
1710 comentários seriam inseridos no texto, que passaria então por uma estruturação posterior,  
1711 após a plenária. Observou que foram pontuados alguns aspectos que deverão ter maior  
1712 destaque no texto. Um deles foi feito pelo conselheiro Dourado Tapeba em relação à questão  
1713 do racismo institucional, quando enfatizou todas as questões relacionadas à regularização do  
1714 acesso à terra dos povos indígenas, assunto que está dentro do contexto da segurança  
1715 alimentar e nutricional e dentro do Consea, portanto. Elisabetta Recine lembrou que outros  
1716 conselheiros abordaram questões ligadas ao orçamento, tema que já está no texto e nas  
1717 recomendações. No entanto, concordou que, no momento da revisão, será necessário colocar  
1718 o assunto em maior relevância.

1719 Referiu-se ainda à necessidade de um aprimoramento do documento, para incluir informações  
1720 do manifesto aprovado no Simpósio Brasileiro de Vigilância Sanitária (Simbravisa), que  
1721 reivindicou uma mudança metodológica no Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos  
1722 em Alimentos (Para), entre outros temas. Bem como dar um destaque especial às qualidades  
1723 do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), em suas diferentes  
1724 modalidades, como doação simultânea, reafirmando a qualidade do programa como  
1725 habilitador e empoderador para que a agricultura familiar possa expandir sua atuação. Pediu  
1726 destaque para a discussão sobre a importância da articulação entre a produção da agricultura  
1727 familiar com a necessidade de uma política nacional de abastecimento que seja coerente e  
1728 responda a esses esforços. Enfatizou ainda a importância das diferentes estratégias, mostrando  
1729 o tanto que o Brasil é referência nessas ações e qual o papel desse conjunto de políticas, sem  
1730 esquecer de tocar na questão da situação da juventude rural.

### 1731 **Encaminhamentos**

1732 A **presidenta do Consea** informou que, além dos encaminhamentos de praxe típicos deste  
1733 tipo de evento, foram feitos outros dois. O primeiro, especificamente para que, além do  
1734 encaminhamento da Exposição de Motivos, seja solicitada uma audiência com os titulares da  
1735 Casa Civil e da Presidência da República. O outro ponto foi uma sugestão para a retomada do  
1736 diálogo com diferentes conselhos de políticas públicas, que são parceiros históricos do  
1737 Consea, sobre a questão do orçamento, o que poderia resultar em uma nota pública conjunta  
1738 em relação aos programas afetados. Ainda neste tema, sugeriu a formação de uma mesa de  
1739 discussão, com a participação de representantes da Assistência Social, Saúde, Inesc,



1740 Comissão de Agroecologia etc. Elisabetta chamou a atenção dos presentes para a segunda  
1741 edição do informativo 5ª Conferência + 2. Informou que passaria em seguida aos trabalhos  
1742 das CPs, ressaltando que as comissões que não tivessem deliberações a apresentar abrissem  
1743 mão da palavra, em vista da urgência do tempo.

1744 **Comissão Permanente 5 – SAN da população negra e de povos e comunidades**  
1745 **tradicionais**

1746 Representante da comissão informou que relatório já tinha sido apresentado no dia anterior,  
1747 sobre a organização da plenária de novembro. Em vista disso, a CP abriu mão da palavra.

1748 **Prêmio da ASA**

1749 A **presidenta retomou a palavra** para parabenizar a Articulação do Semiárido Brasileiro  
1750 (ASA), na pessoa do conselheiro Naidison de Quintella Baptista, pelo que chamou de  
1751 merecido Prêmio Política para o Futuro (Future Policy Award), concedido em setembro ao  
1752 Programa Cisternas. Ela parabenizou os companheiros e companheiras da entidade pelo  
1753 trabalho, informando que o Consea deu ampla divulgação à notícia. Depois, a presidenta  
1754 pediu que os presentes preenchessem as informações solicitadas pelo questionário inicial  
1755 distribuído aos presentes, que servirá de base ao processo de formação e atualização de todos  
1756 os componentes do Consea.

1757 **Comissão Permanente 2 – Ambiente Alimentar e Nutrição**

1758 **A representante da CP (Ana)** informou que não haveria encaminhamentos à plenária.  
1759 Relatou que a comissão havia se reunido pela primeira vez com a CP3, quando foi feita uma  
1760 discussão conjunta sobre a plenária da Agricultura Familiar. A experiência foi considerada  
1761 muito positiva para a aproximação entre as duas comissões. As comissões escolheram o  
1762 bloqueio sanitário como tema para discussão conjunta. Esclareceu que bloqueio sanitário é o  
1763 nome que as comissões estão dando ao conjunto de barreiras da regulação de alimentos, que  
1764 dificultam ou mesmo impedem a compra de alimentos saudáveis de pequenos produtores,  
1765 prejudicando a agricultura familiar. Os integrantes das CPs consideram a oportunidade  
1766 interessante para convidar representantes da Anvisa que acompanham o assunto, a fim de  
1767 discutirem a possibilidade de implementar uma nova Resolução da Diretoria Colegiada  
1768 (RDC) de Inclusão Produtiva. Poderiam participar outros representantes de setores que  
1769 também discutem a questão, como o Projeto Rede de Apoio Intersetorial no Fortalecimento  
1770 do Sisan nos estados da região Norte (Praisan), entre outros.

1771 A representante da CP2 relatou ainda que foi feito um diálogo junto à Câmara Interministerial  
1772 de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) sobre dois temas específicos. O primeiro,  
1773 tratou do plano de redução de açúcar ,que está sendo implementado pela Secretaria Nacional de  
1774 Segurança Alimentar e Nutricional (Segan/MDS). O plano estaria baseado em um acordo voluntário  
1775 com as indústrias de alimentos, para estas reduzissem a quantidade de açúcar em seus  
1776 produtos. De acordo com a avaliação da CP2, é difícil avaliar como a participação plena da  
1777 sociedade civil poderá se dar neste tipo de plano. O outro ponto foi a apresentação sobre o  
1778 andamento do Pacto pela Alimentação Saudável, implementado desde 2015, por meio de  
1779 decreto. Segundo a CP2, o pacto é um mecanismo para ampliar os compromissos políticos da  
1780 agenda de alimentação saudável nos estados e municípios. A CP3 pretende dialogar com a  
1781 Comissão de Presidentes de Conselhos Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional  
1782 (CPCE), para buscar maneiras de apoiar a discussão do pacto nos Conseas estaduais, de forma  
1783 a impulsionar o desenvolvimento dos Planos Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional.  
1784 A proposta é compartilhar os documentos existentes sobre o tema, para que a questão avance.

1785 A CP2 informou ter escolhido como tema de discussão a publicidade infantil de alimentos.  
1786 Ana afirmou que os integrantes trocaram informações e atualizações sobre novas evidências  
1787 atestando que o custo de se proibir a publicidade infantil é positivo para o país. Ou seja, que o  
1788 prejuízo para as empresas em relação à publicidade infantil é muito menor que o benefício  
1789 alcançado em termos de redução de gastos com saúde, educação etc. Essa economia estaria na  
1790 casa de R\$ 70 bilhões, de acordo com estudo publicado pelo Instituto Alana, que está  
1791 disponível aos interessados no site da organização. A partir dessas informações, a comissão  
1792 avaliou as oportunidades para que a discussão avance nos poderes Legislativo, Executivo e  
1793 Judiciário. A comissão decidiu buscar um diálogo com a Frente Parlamentar de Segurança  
1794 Alimentar, para identificar os projetos de lei sobre esse tema que estão em andamento no  
1795 Legislativo. O objetivo é estruturar um posicionamento sobre o tema, para que o Consea  
1796 possa se manifestar, caso necessário, de forma rápida – inclusive com base nas  
1797 recomendações que o conselho já tem sobre o assunto. A comissão decidiu também promover  
1798 pequenos grupos de conversa, em conjunto com a Caisan, Segan e MDS, com atores  
1799 estratégicos do Judiciário. Relatou que o MDS manifestou interesse em convidar membros do  
1800 Ministério Público, Defensoria e outros do Judiciário, que considera de importância chave na  
1801 sensibilização em relação ao tema. Enfatizou que há decisões do Superior Tribunal de Justiça  
1802 (STJ) favoráveis a punir empresas por publicidade infantil abusiva. A comissão pretende

1803 divulgar tais decisões do Judiciário, que favorecem a causa da implementação da lei sobre  
1804 publicidade infantil, que já existe.

### 1805 **Comissão Permanente 3 – Produção e Abastecimento alimentar**

1806 O **conselheiro Eduardo Amaral Borges**, mais conhecido como **Cazuza**, informou que a  
1807 comissão não apresentaria o conteúdo da discussão, pois ela estava praticamente toda contida  
1808 na Exposição de Motivos e nas falas que haviam sido feitas na plenária da manhã. No entanto,  
1809 ressaltou dois pontos que disse acreditar precisarem ser socializados. Disse que fora feita uma  
1810 reunião conjunta com a CP2, em um exercício de discutir duas dimensões: a do ambiente  
1811 alimentar e nutricional e o ambiente da produção. E surgiram dois encaminhamentos. Foram  
1812 discutidas quatro recomendações, duas das quais entraram na Exposição de Motivos. Em  
1813 relação à primeira, disse que a CP2 concluiu pela inutilidade de adotar uma recomendação.  
1814 Que, neste caso, o instrumento deveria ser uma aproximação com o Tribunal de Contas da  
1815 União (TCU). Relatou que a CP3 está com algumas propostas no sentido de como se  
1816 aproximar do tribunal. A outra recomendação seria em relação à Anvisa, mas ressaltou que o  
1817 texto precisaria ser lido e discutido na plenária. A recomendação é sobre a resolução lançada  
1818 em 2013 que definiu condições e parâmetros para empreendimentos individuais,  
1819 empreendimentos da agricultura familiar e da economia solidária com relação ao trânsito,  
1820 processamento e comercialização da sua produção, relativamente à questão sanitária. A  
1821 recomendação do Consea sugerida pela CP2 foi de que:

1822 *O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, reunido em sessão plenária*  
1823 *ordinária, em 27 de setembro de 2017, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo*  
1824 *Artigo 11 da Lei 11.346, de 15 de setembro de 2016, pelo Artigo Segundo; do Decreto No*  
1825 *6.272, de novembro de 2007; e nas deliberações da 5ª Conferência da Segurança Alimentar e*  
1826 *Nutricional, realizada em 2015, aprovou a seguinte recomendação.*

1827 *Considerando que a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) de N° 49, publicada em 1º de*  
1828 *novembro de 2013 e que entraria em vigor em 180 dias após sua publicação, ou seja, em em*  
1829 *30/04/2014;*

1830 *Que a RDC 49 avança em seus dispositivos, a exemplo da proteção à produção artesanal,*  
1831 *Artigo 5º;*

1832 *Na desburocratização prevista no Artigo 7º, na proposta de uma fiscalização orientadora;*

1833 *No Artigo 11 da regularização das atividades produtivas em áreas ainda desprovidas de*  
1834 *regularização fundiária;*

1835 *Artigo 12, entre outros avanços.*

1836 *Entretanto, se constata dificuldades práticas na sua aplicação na vida cotidiana dos*  
1837 *agricultores e agricultoras familiares. Que, embora possa trazer avanços para a inclusão*  
1838 *produtiva da agricultura familiar e camponesa e o desenvolvimento rural, não se verifica na*  
1839 *prática que as vigilâncias locais, estaduais e municipais, mudaram seu padrão de*  
1840 *atendimento e incorporação dessas novas diretrizes, indicadas por essa RDC 49.*

1841 *Que essa RDC 49 não constitui uma flexibilização das normas vigentes de regulação*  
1842 *sanitária, mas sim um avanço na promoção do desenvolvimento produtivo da agricultura*  
1843 *familiar e camponesa E, com respeito às normas sanitárias e de saúde, com apoio da*  
1844 *produção artesanal.*

1845 *Que a aplicação de normas como proposta permitem avanços para a sociedade civil, com a*  
1846 *representação dos agricultores familiares. Sobretudo, para o fornecimento de produtos via*  
1847 *Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional da Alimentação Escolar*  
1848 *(Pnae), até mesmo para o cumprimento dos 30% dos produtos provindos da agricultura*  
1849 *familiar e camponesa.*

1850 *Que o fortalecimento de parcerias institucionais é necessário para a implementação,*  
1851 *divulgação e sensibilização, para aplicação da RDC. Que em 2017, por meio da RDC 523,*  
1852 *foi criado o Programa para Inclusão Produtiva e Segurança Sanitária (Praisan). Que a*  
1853 *Coordenação de Articulação Social e Cidadania (Coaci), do Sistema Nacional de Vigilância*  
1854 *Sanitária (CNVS) tem a competência de implementar o Praisan;*

1855 *Recomenda que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) coloque em prática a*  
1856 *Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) N° 49, de 2013, com especial atenção à*  
1857 *permanente orientação técnica às vigilâncias locais, estadual e municipal, para mudança no*  
1858 *padrão de inspeção de processos de regularização sanitária dos empreendimentos da*  
1859 *economia solidária, da agricultura familiar e camponesa.*

1860 *E recomenda que se intensifiquem os esforços para incentivar a criação dos comitês*  
1861 *estaduais e municipais, de inclusão produtiva com segurança sanitária, de modo a estruturar*  
1862 *o Praisan.*

1863 *Brasília, 27 de setembro de 2017,*

1864 *Elisabetta Recine, presidenta do Consea.*

1865 O conselheiro Cazuzza encerrou sua fala sobre os encaminhamentos da comissão. A  
1866 **presidenta do Consea retomou a palavra** e perguntou se a plenária considerava a  
1867 recomendação aprovada, o que foi consentido pela maioria.

#### 1868 **CP4 – Direito Humano à Alimentação Adequada**

1869 **A representante do CP4, Valéria,** destacou a discussão da articulação com outras  
1870 comissões. Relatou que o grupo contou com a participação da presidenta do Consea, que  
1871 discorreu sobre o item 12 e que foi feito um resgate do papel que essa comissão tinha  
1872 anteriormente. Ficou claro que a CP tinha uma função de formação em direito humano à  
1873 alimentação adequada para conselheiros do Consea Nacional e Conseas estaduais. A comissão  
1874 fazia, à época, uma análise das políticas públicas sob uma abordagem de direitos humanos.  
1875 Tinha também o papel de interagir com o Poder Legislativo. Tanto que a comissão teve uma  
1876 atuação muito relevante quando da inserção da alimentação como direito constitucional. Os  
1877 novos integrantes constataram a necessidade de, em uma próxima reunião, elaborar um plano  
1878 de trabalho bem como definir uma metodologia, para que a comissão possa incorporar os  
1879 vários instrumentos da abordagem de direitos humanos, tanto em sua própria atuação como  
1880 para a atuação do Consea e das outras comissões. Esse seria o principal encaminhamento.  
1881 Sobre o tema da nutrição, relatou ter havido um debate acirrado na primeira plenária do  
1882 Consea, quando foi solicitado que a Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à  
1883 Nutrição Adequadas (Fian) apresentasse parâmetros sobre o direito humano à alimentação e  
1884 nutrição. Valéria contou que a comissão se deteve um pouco nesse debate, que acontece em  
1885 toda a rede mundial de alimentação e nutrição – composta por instituições e movimentos  
1886 como Via Campesina, Fian, Rede Internacional em Defesa do Direito de Amamentar (Ibfan) e  
1887 pesquisadores e quem tem atuação próxima à da diversidade do Consea. Afirmou que, dentro  
1888 desta rede, a nutrição aparece muito como ferramenta para qualificar documentações de  
1889 violações de direitos humanos. Aqui, no Brasil, um exemplo seria o relatório do Consea sobre  
1890 os Guarani-Kaiowá. Uma documentação que relata como a falta de terra, o processo histórico  
1891 de exploração do Mato Grosso do Sul, levou os indígenas a uma situação de completa  
1892 insegurança alimentar e nutricional, associando toda uma pauta de discriminação, falta de  
1893 acesso ao território, com a nutrição que fortalece a violação de direitos. Acrescentou que o

1894 tema aparece também fortemente como instrumento para o enfrentamento do movimento das  
1895 empresas de se apropriarem de espaços de governança. Apropriação essa que posteriormente  
1896 se converte em políticas públicas que fortalecem as empresas nos *países [em detrimento da*  
1897 *sociedade civil]*. O tema da nutrição aparece ainda como instrumento de denúncia deste tipo  
1898 de movimento feito pelas empresas, bem como expressa a noção da indivisibilidade de  
1899 direitos humanos. Porque é fundamental a pessoa ter acesso a uma alimentação para conseguir  
1900 acessar outros direitos, enfatizou. E embasa os questionamentos sobre todo o sistema de  
1901 alimentação, produção e consumo de alimentos. Foi um tema que se fortaleceu na medida em  
1902 se deu visibilidade a esse debate, considerou.

1903 De acordo com Valéria, a CP 4 pactuou que importante não é a mudança de nomenclatura,  
1904 mas o entendimento de como a nutrição é um tema político, que se relaciona com violação de  
1905 direitos humanos. Sobre isso que seria importante trabalhar. Portanto, o primeiro  
1906 encaminhamento foi esse debate interno para, depois, solicitar uma conversa com a CP 2, a  
1907 fim de pensar em como fazer isso conjuntamente no Consea. Relatou a intenção do grupo de  
1908 solicitar um diálogo com as CPs 5 e 6, na mesma perspectiva de criar uma metodologia de  
1909 incidência sobre os temas a partir de uma abordagem de direitos humanos.

1910 A conselheira encerrou seu relato e a presidenta do Consea informou que a **CP 5 - SAN da**  
1911 **população negra e de povos e comunidades tradicionais** - havia aberto mão de falar.  
1912 Portanto, passou a palavra à comissão seguinte.

### 1913 **CP6 – SAN de Povos Indígenas**

1914 O conselheiro Dourado Tapeba falou em nome do grupo, informando que a maior parte do  
1915 tempo havia sido dedicada à discussão da plenária de novembro. Mas que também haviam  
1916 sido discutidas duas recomendações, uma para a Fundação Nacional do Índio (Funai) e outra  
1917 para o Ministério Público. Disse que iria ler um único texto, porque as duas eram  
1918 semelhantes, com exceção de pequenos detalhes. Dourado contou que foi feito ainda um  
1919 encaminhamento ao Consea, para que o mesmo faça um monitoramento do seguinte tema. De  
1920 acordo com informações de um membro da CP 6 (José Augusto, da Funai), a Comissão  
1921 Nacional de Agricultura da Câmara dos Deputados está promovendo a I Conferência Nacional  
1922 de Agricultura Indígena sem o conhecimento de várias organizações do próprio movimento  
1923 indígena no Brasil. A conferência estaria sendo patrocinada pela bancada ruralista, juntamente  
1924 com alguns indígenas também ditos “ruralistas”. Dourado lamentou que existissem indígenas

1925 com esse título de ruralistas e destacou a necessidade de o Consea fazer uma intervenção, a  
1926 fim de saber qual o teor desta conferência e como será a participação dos povos indígenas no  
1927 evento.

1928 A seguir, Dourado discorreu acerca do texto da recomendação já feita pelo Consea, inclusive,  
1929 com muito êxito, sobre a questão da regulamentação da terra indígena dos Xavantes.  
1930 Parabenizou o conselho pela recomendação ao Judiciário, que acatou a recomendação na  
1931 época. O que fez com que a terra fosse regularizada. O representante da CP 6 passou a tratar  
1932 da recomendação sobre a terra indígena Tapeba, no Ceará, que inclusive é de seu povo  
1933 original. Disse que, como integrante do Consea, não poderia deixar de pedir o apoio desta  
1934 entidade para que encaminhe tal recomendação, alertando sobre o que pode acontecer com a  
1935 última portaria declaratória da Funai, de 31 agosto. Dourado leu a proposta:

1936 *O Consea, no uso de suas atribuições legais, definidas no Artigo 2 do Decreto N° 6.272 de 23*  
1937 *de novembro de 2016; no Artigo 11 da Lei 11.346 de 15 de setembro de 2007; com base na*  
1938 *Convenção 69 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) aprovada pelo Decreto*  
1939 *Legislativo N° 143 de junho de 2002; do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos,*  
1940 *Sociais e Culturais recepcionados pela Constituição Federal de 1988 no seu Artigo 5°,*  
1941 *Parágrafo Segundo; nos Artigos 231 e 232 da Constituição Federal de 88; e nas deliberações*  
1942 *da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em 2015;*

1943 *Considerando que a Portaria N° 743 do Ministério da Justiça e Segurança Pública, datada*  
1944 *de 31 de agosto de 2017, definiu os limites e declarou de posse permanente a terra indígena*  
1945 *Tapeba, localizada no município de Caucaia, no estado do Ceará, constante do Processo da*  
1946 *Funai N° -----;*

1947 *Considerando que, cabe à Fundação Nacional do Índio (Funai) promover a demarcação*  
1948 *administrativa da terra indígena ora declarada, para posterior homologação pelo presidente*  
1949 *da República, nos termos da Lei 6001; do Artigo 5°; do Decreto N° 1775 de 1996;*

1950 *Considerando que cabe à 6ª Câmara do Ministério Público Federal a coordenação,*  
1951 *integração e revisão do exercício funcional no que se refere à atuação judicial ou*  
1952 *extrajudicial, na matéria de populações indígenas e comunidades tradicionais, conforme*  
1953 *disposto no Artigo 2 de seu Regimento;*

1954 *Considerando que a Associação de Desenvolvimento Econômico e Social de Caucaia*  
1955 *(Adesc), entidade representativa dos proprietários de terras incidentes nas terras indígenas*

1956 *Tapeba, em parceria com o antropólogo Eduardo Luís, estão articulando uma Ação Coletiva*  
1957 *de Solicitação de Nulidade da Portaria Declaratória supracitada, para contrapor relatórios*  
1958 *circunstanciados da Fundação Nacional do Índio (Funai);*

1959 *Considerando que a soberania em segurança alimentar e nutricional das comunidades dos*  
1960 *povos indígenas é indissociável de seu direito territorial e patrimonial;*

1961 *Considerando que o desenvolvimento sustentável do país passa pelo reconhecimento e*  
1962 *preservação dos territórios dos povos indígenas;*

1963 *Recomenda à 6ª Câmara do Ministério Público Federal que acompanhe o cumprimento dos*  
1964 *prazos legais, na Fundação Nacional do Índio (Funai), para a demarcação física da terra*  
1965 *indígena localizada no município de Caucaia, estado do Ceará.*

1966 *Brasília, 27 de setembro de 2017,*

1967 *Elisabetta Recine, presidente do Consea.*

1968 Dourado reforçou que a recomendação à Funai tinha o mesmo formato, apenas que era  
1969 endereçada à fundação, para que cumpra os prazos legais para a demarcação física da terra  
1970 indígena, localizada no município de Caucaia, no estado do Ceará.

1971 **Elisabetta Recine** tomou a palavra resumindo então que a CP propunha duas recomendações:  
1972 uma para a Funai cumprir a demarcação e outra para 6ª Câmara fazer a fiscalização do  
1973 cumprimento. Perguntou se havia contribuições da plenária. Como não houve, deu como  
1974 aprovadas as duas propostas. Passou então a palavra à comissão seguinte.

1975 **CPCE – Comissão de Presidentes de Conselhos Estaduais de Segurança Alimentar e**  
1976 **Nutricional**

1977 O conselheiro Jean Pierre Tertuliano Câmara informou que a comissão destacaria apenas  
1978 alguns pontos, em virtude do tempo escasso. Ele comemorou a participação de integrantes das  
1979 CPs 6 e 5 juntamente com a CPCE, quando da discussão da pauta dos povos e comunidades  
1980 tradicionais. Relatou ter havido alguns encaminhamentos dirigidos diretamente à Secretaria-  
1981 Executiva e que não havia necessidade de delongar-se neles, já que não demandavam  
1982 deliberações da plenária. Enfatizou a importância do momento de articulações entre as CPs,  
1983 quando ficou acordado que as comissões articuladas iriam desenvolver uma pauta conjunta,  
1984 para a ação de distribuição de cestas de alimentos e para a discussão do banco de alimentos.  
1985 Em seguida, abordou a apresentação dos dados sobre a situação do Sisan nos estados. A



1986 CPCE fez um debate sobre quais os impactos dessa situação na agenda dos estados. Jean  
1987 Pierre apresentou à plenária os pontos que a comissão julgou mais importantes desse cenário.  
1988 O primeiro deles é o desafio do Plansan, no qual a CPCE tem a função de monitorar e  
1989 acompanhar. Entre os desafios para a implementação do Sisan ficou evidente a necessidade de  
1990 fortalecer o papel e a autonomia dos Conseas estaduais. O conselheiro afirmou que muitos  
1991 estados relatam atrasos no processo, em relação às nomeações dos seus plenos, nomeação dos  
1992 presidentes, publicação das atas que foram aprovadas, dos resultados das eleições dos  
1993 Conseas estaduais. Relatou que é persistente a questão da falta de estrutura para implementar  
1994 a agenda e a pauta dos Conseas e das Caisans estaduais. Na falta de orientação geral para o  
1995 processo eleitoral, cada estado tem um rito, contou Jean Pierre, que defendeu a necessidade de  
1996 uniformização a fim de evitar uma série de problemas relatados pelos estados. Citou duas  
1997 situações urgentes que aparecerem no pleno da CPCE. A primeira seria em Sergipe, onde há  
1998 divergências de compreensão entre o poder público e o pleno do Consea. Processos estão  
1999 sendo atropelados. A Secretaria-Executiva do conselho local estava convocando novas  
2000 eleições quando, legalmente, o mandato do Consea ainda não tinha sequer terminado. Disse  
2001 acreditar que são questões sérias, que demandam intervenção das instancias nacionais, tanto  
2002 do Consea quanto da Caisan. Outro problema foi identificado no Piauí, onde há uma relação  
2003 peculiarmente complicada entre a gestão e o controle social. Então, lembrou que a proposta  
2004 encaminhada pela comissão no dia anterior fora de que o Consea Nacional e Caisan Nacional,  
2005 juntamente com a CPCE, pudessem fazer uma visita de acompanhamento a esses estados,  
2006 para avaliar a situação *in loco* e tentar preservar as relações entre as instancias do sistema,  
2007 intermediando a situação. Referiu-se a projetos aprovados do pleno que, muitas vezes,  
2008 implicam em volume considerável de recursos. Que o Consea dá aval à aprovação destes  
2009 projetos, mas não há neles recurso que garanta o monitoramento e a fiscalização do mesmo.  
2010 Que são projetos caros, como os relacionados a restaurantes populares, nos quais não há  
2011 garantia do acompanhamento. Há a distribuição de equipamentos nos municípios, caminhões  
2012 frigoríficos etc., mas o Consea não tem a capacidade de fiscalizar, monitorar. Portanto, disse  
2013 considerar complicado o conselho aprovar um projeto sobre o qual o órgão não tem condições  
2014 de monitorar a execução. Não dispõe de metodologias capazes e de financiamentos suficiente  
2015 para construir processos de monitoramento de políticas, especialmente políticas como essas,  
2016 que são intersociais e nas quais há necessidade de dialogar com várias secretarias, vários  
2017 entes, em várias perspectivas. E ainda mais definindo sobre o que é competência dos estados e  
2018 dos municípios em relação a políticas estratégicas importantes de segurança alimentar e

2019 nutricional. Acrescentou que a comissão vem acompanhando várias denúncias que vêm  
2020 surgindo dentro do Consea sobre indígenas, sobre questões de violação de direitos  
2021 quilombolas. Outras sobre o desenvolvimento de algumas políticas públicas. Casos de  
2022 violência e conflitos, inclusive com assassinatos de lideranças indígenas e quilombolas, que  
2023 chegam ao Consea, como casos de violação dos direitos humanos. Defendeu a necessidade de  
2024 criar, de imediato, o monitoramento, pois de nada adianta apenas acolher uma denúncia.  
2025 Lembrou a fala da conselheira Valéria sobre a necessidade de construir um processo para  
2026 garantir a exigibilidade e outras questões difíceis. Construir uma metodologia para que os  
2027 estados possam acompanhar. De acordo com Jean Pierre, quase todos os estados dispõem  
2028 atualmente de uma Comissão de Direito Humano à Alimentação, que recebe tais denúncias,  
2029 mas não tem como dar prosseguimento, vazão ou solução às demandas. O representante da  
2030 CPCE tratou ainda da questão da formação sobre o Sisan, particularmente aos conselhos.  
2031 Apontou haver uma rotatividade grande de pessoas nos conselhos estaduais, ressaltando a  
2032 necessidade de ter o processo do Sisan para além da formação só do controle social. Defendeu  
2033 a promoção de um processo mais contínuo, sistemático, para enfrentar a rotatividade dos  
2034 gestores públicos. Lamentou que muitas vezes se consegue arduamente pactuar com uma  
2035 determinada gestão a compreensão do que é a intersetorialidade da segurança alimentar. Mas,  
2036 de repente, a gestão muda e é preciso reiniciar a repactuação do zero. Disse acreditar ser este  
2037 um fator que tem impedido as políticas do Sisan de avançarem. Nominou ainda neste aspecto  
2038 a redução do orçamento, como fato notório para a redução de ações e políticas públicas. Além  
2039 disso, considerou que há baixa execução orçamentária de algumas políticas importantes.  
2040 Atualmente, todos os estados aderiram ao Sisan, mas 15 estados ainda não conseguiram  
2041 construir seu plano alimentar estadual. E que essa é uma ferramenta de gestão importante para  
2042 o diálogo intersetorial e também do compromisso estabelecido para que o Consea possa  
2043 reivindicar suas questões, bem como garantir as liberações postas pela Conferência. Falta  
2044 integração entre os conselhos na pauta de segurança alimentar e nutricional, ponderou.  
2045 Exemplificando, falou que o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) pode deliberar sobre  
2046 determinadas questões da política de alimentação no âmbito escolar. Sugeriu que o Conselho  
2047 de Desenvolvimento Rural Sustentável possa trazer esses conselhos locais a uma pauta  
2048 voltada à segurança alimentar e nutricional. A fim de que tenham compreensão do direito  
2049 humano à alimentação.

2050 Jean Pierre apresentou uma reflexão conceitual sobre debates que disse estarem surgindo  
2051 sobre conselhos de direitos. Lembrou que o Consea trata da questão do direito humano à  
2052 alimentação, mas não é apenas um conselho que recebe denúncias de violação desses direitos  
2053 humanos. Há uma série de outras questões sobre acompanhamento de execução de políticas  
2054 públicas. E que muitas vezes, nos estados, os Conseas não são compreendidos como um  
2055 conselho de direitos. São compreendidos como apenas um conselho que faz o monitoramento  
2056 e acompanhamento de políticas públicas. Reivindicou como muito importante essa dimensão  
2057 dos conselhos como de direitos humanos e julga necessário o Consea aprofundar essa  
2058 característica. Com destaque, em relação ao financiamento. Avaliou que atualmente tem sido  
2059 possível avançar no Sistema de Segurança Alimentar com a adesão de alguns municípios, mas  
2060 a sensação é que de a situação estacionou. É preciso que haja financiamento para avançar  
2061 daqui para a frente, entende o conselheiro. Disse acreditar ter chegado um momento, na  
2062 história do Sisan, que sem financiamento não haverá avanços. Neste sentido, defendeu maior  
2063 diálogo na questão do financiamento. Admitiu que tem sido pouco atrativo conversar sobre a  
2064 pauta de estruturação do sistema com os municípios, porque sempre vem a frase: “O que eu  
2065 ganho com isso? Implantando o sistema? ” Por mais que se crie toda uma argumentação de  
2066 que o sistema é importante, a questão do financiamento sempre esbarra nesse diálogo com os  
2067 municípios e com os outros entes, lamentou. Tanto que há apenas três estados com dotação  
2068 orçamentaria específica, no seu orçamento, para essa questão, que são os estados do Pará, do  
2069 Maranhão e de Minas Gerais. Apenas esses estados conseguiram avançar para que, no seu  
2070 ciclo orçamentário, fossem garantidas rubricas específicas para a segurança alimentar e  
2071 nutricional.

2072 Com relação aos convênios, gargalo que aparece em todos os estados, a falta de capacidade  
2073 técnica das pessoas que estão nas secretarias, para poder gerenciar os convênios, é constante.  
2074 E fica sempre naquele diálogo com a Caisan tentando minimizar essa situação – que esbarra  
2075 em coisas simples, como tomada de preço, processo licitatório, coisas mais de capacidade  
2076 técnica. E, por vezes, falta vontade política para que esses processos possam avançar e serem  
2077 executados. Há baixa execução também das metas dos projetos. O Convênio 021, por  
2078 exemplo, que tem mais de cinco anos, deveria estar executado em quase todos os estados,  
2079 desgtacou. Mas que ainda há estados com baixa execução e que a CPCE vem pensando em  
2080 caminhos, no que fazer para fazer o convênio avançar.

2081 De acordo com o representante da comissão, os estados estão promovendo seminários,  
2082 encontros temáticos, preparação da agenda do encontro da 5ª Conferência + 2, o que tem  
2083 ampliado o debate sobre a segurança alimentar e nutricional nos estados e municípios.  
2084 Destacou a importância de atualização da agenda de segurança alimentar e nutricional,  
2085 relatando que os estados têm feito oficinas sobre o Sisan com universidades, além de oficinas  
2086 com outras organizações, para avançar nessa agenda, como a criação da Comissão de  
2087 Presidentes dos Conseas Municipais. Afirmou haver vários estados com essa comissão já  
2088 formada, como recentemente ocorreu no Espírito Santo, onde a comissão está legalmente  
2089 constituída, sendo esse um passo importante para ter interlocução da CPCE com elas, à luz do  
2090 que é feito hoje no Consea Nacional com os estados. Ressaltou que a CPCE, tem trazido esse  
2091 ponto às reuniões plenárias e tem reforçado em outras oportunidades essa agenda de  
2092 interlocução entre as CPs, para que todos possam estar a par da realidade vivenciada nos  
2093 estados, ou seja, como essas políticas públicas estão sendo executadas na ponta.

2094 Sobre o Projeto Sisan Universidades disse ser essa uma iniciativa que deu certo em alguns  
2095 estados, com o apoio de áreas de segurança alimentar e nutricional para o mundo acadêmico.  
2096 Classificou como importante ainda a agenda dos estados para o Dia Mundial da Alimentação.  
2097 Acrescentou que este tipo de agenda está se fortalecendo e que cada estado tem feito ações -  
2098 alguns em grande escala, outros com ações menores. Mas todos têm colocado o tema em suas  
2099 pautas.

2100 Já quanto à Regulação da Lei de Convivência com o Semiárido, destacou como exemplo o  
2101 estado da Bahia entre os que estão tentando regulamentar a lei para avançar nessa agenda. A  
2102 formação relacionada às temáticas de SAN foi outro ponto considerado importante pela  
2103 CPCE, que propôs um diálogo com a Caisan, o Consea, a Secretaria-Executiva e a Sisan sobre  
2104 a capacitação técnica dos agentes que estão com problemas em relação ao convênio. Que a  
2105 Caisan pudesse fazer um encontro virtual, para tratar das dificuldades e dos gargalos em  
2106 relação a estes convênios de apoio ao Sisan e poder avançar na sua execução. Dialogar junto  
2107 ao MDS um aditivo de tempo para os estados com boa execução do convenio. Recursos são  
2108 extremamente importantes, mas estão cada vez mais escassos, lembrou. E se houver a  
2109 possibilidade de os estados ganharem mais um tempo para fazer a execução, seria bom.  
2110 Enfatizou a importância de o Consea também entrar em diálogo com a Caisan, para ampliar o  
2111 tempo dos estados que têm uma boa execução dos convênios. Produzir material de orientação  
2112 sobre as eleições dos Conseas estaduais e municipais, conforme já foi acordado. A CPCE está

2113 fazendo uma articulação com a CP1 para a produção de um material orientador sobre as  
2114 eleições. A expectativa é de que seja distribuído na próxima reunião do Consea, para que  
2115 todas as comissões possam contribuir.

2116 Ainda sobre formação, Jean Pierre propôs a realização de uma oficina de financiamento do  
2117 Sisan, envolvendo todos os conselhos nacionais, a CPCE, convidados e demais conselhos.  
2118 Pois considera que a questão do financiamento é um gargalo para todas as instâncias, é um  
2119 tema que merece ser aprofundado. A comissão defende que o financiamento público do Sisan  
2120 possa ser abordado como tema de formação na próxima reunião de novembro. Neste caso,  
2121 poderiam ser aprofundadas as informações sobre o financiamento, como proposta primeiro do  
2122 processo de formação, para que se possa garantir o financiamento público do Sisan.

2123 A **presidenta Elisabetta Recine** retomou a palavra, reforçando que a Comissão de  
2124 Presidentes Municipais, como a criada no Espírito Santo, é de fato um passo fundamental no  
2125 adensamento da estruturação do sistema. Abriu espaço para comentários sobre o II  
2126 Informativo sobre a 5ª Conferência + 2 e para eventuais informes dos presentes.

2127 A conselheira **Valéria** pediu a palavra para comentar sobre a fala de Jean Pierre, afirmando  
2128 ter chamado sua atenção a informação de que os Conseas estaduais estariam recebendo  
2129 denúncias sobre casos de violação de direitos. Justificou dizendo que à época em que Chico  
2130 Mendes era presidente, surgiu a proposta de uma comissão de monitoramento de violação de  
2131 direitos humanos. E, após um debate entre Consea e Conselho de Direitos Humanos, a  
2132 comissão de monitoramento ficou para trás. Definiu-se que o Consea é um conselho de  
2133 políticas públicas. Mas sugeriu que, como nos estados a questão parece ser diferente, o tema  
2134 fosse debatido com a CP 4 e com a Comissão de Monitoramento de Violações do Direito  
2135 Humano à Alimentação, do Conselho Nacional de Direitos Humanos. Para criar uma ponte  
2136 entre os Conseas estaduais e os Conselhos Estaduais de Direitos Humanos. O Consea nacional  
2137 poderia ver de que forma pode apoiar e fortalecer esse processo, recomendou.

2138 O conselheiro **Jean Pierre**, em resposta às colocações de Valéria, informou ter informações  
2139 sobre algumas situações que acabam se tornando casos que precisam ser monitorados. No  
2140 caso da população indígena, Guarani-Kaiowá, por exemplo. E, agora, no Rio Grande do  
2141 Norte, onde vêm ocorrendo assassinatos de quilombolas. Em relação à temática da segurança  
2142 alimentar, há o Matopiba. São situações que vão virando casos, que necessitam de um  
2143 acompanhamento mais articulado entre as comissões citadas e os estados, afirmou.

2144 O objetivo seria colher informações, já que a proposta da CPCE é trazer o financiamento  
2145 como tema para a formação. E avaliar se há possibilidade de ampliar um dia na plenária para  
2146 isso. Já que foi criado um Grupo de Trabalho sobre o financiamento, o tema poderia ser  
2147 tratado juntamente com o Consea Nacional, para aprofundar o caminho de criar uma  
2148 estratégia para envolver outros atores nesse processo. Talvez até culminar com o encontro da  
2149 5ª + 2, ampliando a incidência sobre a questão do financiamento.

2150 **Elisabetta Recine** retomou a palavra para comentar que, logo após o encerramento da  
2151 plenária, seria possível saber o quanto de saldo ainda estaria disponível ao Consea para o ano  
2152 de 2017. Casos os recursos disponíveis fossem viáveis, poderia ser acrescentado um dia a  
2153 mais na plenária de novembro, dedicado ao processo de formação em que seja possível tratar  
2154 de vários temas. Acrescentou que o Consea deve estruturar uma metodologia que permita  
2155 tratar os assuntos de forma dinâmica, participativa e de troca de conhecimentos, de forma que  
2156 se possa inclusive abordar a questão do financiamento, além de outros temas. Explicou que  
2157 esse era o objetivo do formulário proposto pela CP e que fora distribuído aos conselheiros. O  
2158 intuito seria levantar as demandas, necessidades e interesses para o primeiro momento da  
2159 formação, em novembro, quando também será tratado o tema da 5ª Conferência + 2. Para ela,  
2160 com a distribuição do II Informativo sobre o tema, os estados passam a dispor das  
2161 informações básicas necessárias para tocarem seus processos preparatórios para a conferência.  
2162 Esclareceu que a questão da formação será inclusive um dos eixos da 5ª Conferência + 2.

2163 O conselheiro **Cléber** pediu a palavra para comentar que, com relação à política de  
2164 financiamento, sugeria que o tema não fosse enquadrado na característica de formação. Mas  
2165 como um momento diferente, para tratar especificamente sobre a elaboração de uma proposta  
2166 de financiamento a partir de um texto já existente, de uma outra lei. No caso da proposta de  
2167 formação continuada, destacou que, quanto à possibilidade de acrescentar um terceiro dia à  
2168 plenária, sua preocupação era de que então o evento começasse numa segunda-feira, de forma  
2169 a não tomar a semana toda, o que complica a vida de quem trabalha por conta própria, na  
2170 iniciativa privada, inviabilizando a participação. Disse ter havido certa preocupação dos  
2171 conselheiros com a data da plenária ser no final do mês. Questionou a possibilidade de que o  
2172 calendário do próximo ano ter datas diferentes.

2173 A **presidenta do Consea** respondeu que, infelizmente, não haveria mais flexibilidade para  
2174 mudar a data do encontro de novembro, por causa da necessidade de reservar com  
2175 antecedência os espaços do anexo da Presidência. Lembrou que em poucos dias a Mesa

2176 Diretiva já deveria começar a pensar no calendário do próximo ano, para começar a fazer a  
2177 reserva deste espaço, que é muito disputado, segundo disse.

2178 Elisabetta Recine passou então ao penúltimo ponto da agenda, ao fazer uma apresentação  
2179 pontual sobre o Informativo II, de orientação sobre o encontro nacional 5ª Conferência + 2. O  
2180 informativo foi distribuído a todos os participantes da plenária. Relembrou que, há duas  
2181 plenárias antes, havia sido formado um Grupo de Trabalho (GT), com a seguinte composição:

2182 - **1 vaga** para a Presidência do Consea;

2183 - **6 vagas** para conselheiros da sociedade civil, sendo uma para cada comissão permanente;

2184 - **1 vaga** para presente de Conseas estaduais; e

2185 - **4 vagas** para a Caisan, com apoio da Secretaria-Executiva do Consea e da Caisan.

2186 A presidenta relatou ter enfrentado um gargalo na programação, que era justamente entregar o  
2187 Informativo II, com o roteiro de discussão, para que os estados pudessem dar continuidade  
2188 aos seus processos de organização dos encontros locais. Falando sobre a estrutura do  
2189 Informativo, destacou que ele coloca o caráter do encontro. Esclareceu que está sendo  
2190 planejado um encontro de monitoramento, não uma conferência comum. Que não haverá  
2191 delegados e nem deliberações. Será um encontro de avaliação e de monitoramento, de análise  
2192 de conjuntura, de reflexão. Reiterou que essa deve ser a espinha dorsal, o centro da 5ª  
2193 Conferência + 2, tanto em nível local quando nacional. Aproveitou para valorizar a  
2194 importância dos encontros estaduais, sejam eles precedidos ou não de encontros municipais,  
2195 regionais, de territórios, temáticos etc. Pediu atenção para que esses eventos reflitam a  
2196 realidade dos estados, não apenas as questões federais. Que tratem do monitoramento dos  
2197 planos estaduais e, caso não haja planos estadual, que versem sobre o conjunto de políticas  
2198 relacionadas à segurança alimentar e nutricional. Mais uma vez, reiterou que os objetivos do  
2199 encontro já estavam contidos no Informativo I, entregue aos conselheiros anteriormente.

2200 Disse ter deixado claro que são os responsáveis pela elaboração do texto, pois nunca se havia  
2201 falado que fora formada uma Comissão Organizadora. Acerca do ponto 2, que trata das  
2202 considerações gerais sobre a organização dos encontros, afirmou que o Consea optou por não  
2203 fazer uma recomendação metodológica, detalhada. O que não acontecera nem mesmo na  
2204 ocasião da 5ª Conferência em si. Havia sido destacadas apenas algumas qualidades do  
2205 processo, que deve ser: participativo, dialogado, amplo, bem divulgado, que incorpore todos  
2206 os setores envolvidos na segurança alimentar e nutricional daquele território etc. Que seja

2207 uma parceria. Rememorou que o Consea estadual é responsável por essa organização, em  
2208 parceria com a Caisan. E que uma das medidas que a plenária deveria tomar naquele instante,  
2209 por conta dos relatos da CPCE, seria divulgar uma circular aos secretários das Caisans  
2210 estaduais, da mesma forma como ocorreu na 5ª Conferência, alertando os secretários sobre a  
2211 importância da cooperação, da parceria para a organização desses encontros – seja para a  
2212 mobilização de recursos financeiros, de pessoal ou infraestrutura para facilitar o processo.

2213 Em seguida, abordou o ponto 3, referente aos documentos de subsídios para a discussão dos  
2214 resultados previstos. Explicou que os documentos de subsídios, na maioria das vezes, já  
2215 existem e estão disponíveis, como o relatório da 5ª Conferência do estado, o plano do estado,  
2216 caso tenha, os documentos nacionais, a Carta Política e o Manifesto da 5ª Conferência, o  
2217 relatório final da 5ª Conferência e os relatórios dos encontros temáticos.

2218 Além disso, o Consea também sugeriu que as Caisans estaduais elaborem um balanço da  
2219 implementação do plano, ou dos programas de segurança alimentar, para que seja um  
2220 documento que possa ser levado ao encontro estadual, a fim de que os participantes tenham  
2221 dois conjuntos de documento. Um, sobre o balanço de governo em relação à implementação  
2222 das decisões da Conferência. Outro conjunto seria formado pelos próprios documentos  
2223 decorrentes da Conferência. Endossou que o encontro tratará da análise desses dois conjuntos  
2224 de documentos para articular uma análise mais ampla, que é a da própria conjuntura local,  
2225 para resultar num documento final, com o balanço de tudo: o que a 5ª Conferência decidiu; o  
2226 que o estado acatou e o que ele conseguiu implementar. Ressaltou que esse seria um dos  
2227 documentos de resultado, um dos documentos finais do encontro. Documentos de subsídio.  
2228 Os documentos finais das últimas Conferências estaduais e do DF. O relatório, carta política  
2229 etc. Assim, cada estado deverá ter um conjunto de documentos finais. O próprio plano  
2230 estadual, o balanço do plano estadual – ou do DF – e das políticas públicas.

2231 A presidenta agregou que o Consea sugeriu que a Caisan elabore os documentos finais da 5ª  
2232 Conferência, o 2º Plansan e as cartas finais dos encontros temáticos nacionais. Elisabetta  
2233 tornou a mencionar que os produtos finais dos encontros estaduais serão, em primeiro lugar,  
2234 um relatório de análise e avaliação do processo de adesão e implementação do Sisan e das  
2235 atividades do próprio encontro.

2236 Informou que uma das discussões feitas pelo GT foi de que um dos objetivos centrais do  
2237 encontro estadual é avaliar a implementação das políticas e dos programas. No entanto,



2238 advertiu que tal processo não deverá ocorrer de forma descolado da análise da própria  
2239 implementação do Sisan, como um todo. Fazer o contrário seria continuar enfatizando um  
2240 olhar segmentado e recortado, alertou. Disse ser importante relatar como está o processo de  
2241 adesão no estado. Como está a própria estrutura do Consea, da Caisan, as condições de  
2242 funcionamento dessas estruturas. Verificar se a adesão resultou em uma mudança de  
2243 qualidade. Caso não tenha resultado, quais os desafios em relação a esse andamento. Enfim,  
2244 colher informações que servirão como pano de fundo sobre como está a implementação dos  
2245 programas e políticas. Fazer um diálogo permanente com o sistema todo, não apenas com  
2246 uma parte ou um aspecto mais operacional do sistema, que são as políticas e programas.

2247 Outro documento final citado pela presidenta do Consea foi a declaração da comissão, com o  
2248 relato do processo de escolha dos representantes. Sublinhou que haverá 3 representantes da  
2249 sociedade civil que virão dos estados, sendo um deles o presidente ou presidenta do Consea  
2250 estadual e mais dois, escolhidos no encontro. Depois, haverá os representantes do governo.  
2251 No Informativo I foi enfatizada as características que devem ter esses participantes, lembrou.  
2252 No documento também foi dito da importância de que as pessoas que venham –  
2253 representantes da sociedade civil ou do governo – tenham acompanhado o processo de  
2254 organização da última Conferência, de realização dessa Conferência, que estejam ainda  
2255 envolvidos com o Consea ou com a Caisan de maneira orgânica. Frisou a importância de que  
2256 um encontro deste tipo tenha pessoas que estejam dentro do processo e possam de fato  
2257 contribuir com essa reflexão, tanto no estado como quando vieram a Brasília, na etapa  
2258 nacional.

2259 Ainda com relação aos representantes, lembrou que no Informativo I foram dadas orientações  
2260 para equacionar a questão da participação dos povos indígenas, população negra, povos e  
2261 comunidades tradicionais. Elisabetta contou que precisou ser feita uma matemática complexa  
2262 para estimar o total de participantes do encontro nacional, que foi uma conta de chegada  
2263 muito relacionada à previsão de disponibilidade orçamentaria. O Consea tirou 27  
2264 representantes.

2265 Na discussão do grupo de trabalho e também na mesa diretiva, esses 27 participantes foram  
2266 assim distribuídos:

2267 - 10 serão representantes de povos indígenas; e

2268 - 17 serão representantes de população negra, povos e comunidades tradicionais.

2269 Foi criado ainda um conjunto de critérios e os integrantes da CPCE, da CP 5 e da CP 6,  
2270 munidos das informações dos participantes do encontro dos povos indígenas, da 5ª  
2271 Conferência, do encontro temáticos de povos e comunidades tradicionais, chegaram a uma  
2272 distribuição dessas vagas de forma que, além dos participantes escolhidos no encontro  
2273 nacional, haja esse grupo de 27 participantes, explicou.

2274 Em relação aos povos indígenas, a proposta aprovada foi de que serão dois representantes de  
2275 cada região brasileira, que estarão relacionados a coletivos de povos indígenas de cada área.  
2276 Quanto aos povos e comunidades tradicionais e população negra, o Consea buscou a  
2277 distribuição dos participantes do encontro temático e verificou como foi organizada então a  
2278 representação dos diferentes grupos que compõem esse coletivo dos povos e comunidades  
2279 tradicionais. A distribuição foi feita segundo esse critério.

2280 Haverá ainda uma distribuição por estados em termo de gênero: número de homens e  
2281 mulheres. Toda essa equação complexa havia sido definida na reunião do dia anterior,  
2282 lembrou Elisabetta Recine. E a conta parece ter atendido a todos, afirmou, reforçando que  
2283 serão 27 participantes que virão a Brasília expressar a diversidade de muitos outros mais.  
2284 Ressaltou que o processo de tomada de decisão foi transparente, com critérios claros, o que  
2285 deixou todos tranquilos para receber críticas, sabendo serem capazes de responder a elas  
2286 diante das restrições vividas neste momento. Informou que a partir deste momento a secretaria  
2287 estaria pegando todas as decisões do dia anterior, para chegar exatamente ao nome das  
2288 pessoas, fazer consultas para que os Conseas estaduais saibam quem são elas – algumas  
2289 poderão já ser conhecidas nos estados. Os convidados serão uma categoria especial, disse,  
2290 porque a ideia é que eles não venham diretamente ao encontro nacional, mas que participem  
2291 antes do encontro estadual e cheguem a Brasília depois desse processo.

2292 Sobre os temas orientadores das discussões, disse que eles haviam sido organizados em quatro  
2293 eixos, relacionados aos objetivos do encontro:

2294 1) **Eixo de conjuntura** - um tema para análise da conjuntura local, tanto política quanto  
2295 programática, em relação à soberania e segurança alimentar, identificando  
2296 oportunidades, gargalos, ameaças e retrocessos. Também, a identificação e análise da  
2297 situação da realização do direito humano dos titulares de direitos mais vulneráveis à  
2298 insegurança alimentar e nutricional, população negra, povos indígenas, povos e  
2299 comunidades tradicionais.

- 2300 2) **Eixo de processo de adesão e implementação do Sisan** – funcionamento do Consea,  
2301 da Caisan, orçamento e financiamento da gestão do Sisan, o Sisan nos municípios,  
2302 mapeamento das oportunidades e obstáculos para adesão.
- 2303 3) **Eixo Plano Estadual e Distrital** – compromisso e avaliação do estágio de elaboração,  
2304 implementação ou revisão do plano local, ações e programas: metas, resultados,  
2305 limitações e potencialidades; orçamento e financiamento, monitoramento, estágio de  
2306 implementação de um sistema de monitoramento e seus mecanismos.
- 2307 4) **Eixo Agenda de Futuro** - propostas e oportunidades para assegurar a continuidade e  
2308 o aprimoramento das políticas públicas que garantam comida de verdade no campo e  
2309 na cidade. Prioridades para a agenda de SAN e temas emergentes, novos setores,  
2310 novos públicos, novas necessidades e novas estratégias.

2311 O objetivo do Consea é de que esse conjunto de quatro eixos inspirem os estados e a  
2312 programação do encontro nacional a terem uma análise de conjuntura, mas que não se atenha  
2313 apenas à conjuntura. Que olhe o futuro, as perspectivas, recomendou Elisabetta. Pois o  
2314 objetivo é criar estratégias para enfrenta-lo. Bem como para começar a inspirar o processo de  
2315 organização da 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Deve ser um  
2316 conjunto de dados que dará a sinalização dos temas emergentes, os processos internos,  
2317 mostrar onde é necessário o Consea se dedicar para chegar a uma 6ª Conferência em um outro  
2318 patamar de análise e de proposição, olhando para o futuro.

2319 A presidenta do Consea disse que há um cronograma que, surpreendentemente, vem sendo  
2320 cumprido. O conselho conseguiu, por exemplo, chegar ao final de setembro entregando a  
2321 publicação prevista do II Informativo, para que todos pudessem trabalhar de maneira  
2322 tranquila. Lembrou que os estados já estão em processo de organização de suas conferências,  
2323 alguns até bastante adiantados na fase de organização de encontros mais locais. Apesar de que  
2324 o Grupo de Trabalho já estar na fase de organização, o Consea gostaria de chegar a dezembro  
2325 com todos os encontros estaduais realizados, o que facilitará a elaboração da programação e  
2326 da metodologia do encontro nacional. Já será possível conhecer os convidados, ter a lista de  
2327 participantes e definir o processo mais detalhado de infraestrutura, propriamente, explicou.

2328 Sublinhou que o Informativo distribuído continha três anexos: **Anexo 1**, sobre a proposta da  
2329 Caisan Nacional sobre como as Caisans estaduais podem elaborar seus balanços – contém  
2330 todo uma arrazoado de sugestões para a estrutura das Caisans e para fornecer aos participantes  
2331 do encontro estadual um balanço da implementação do Sisan no estado; o **Anexo 2** é um

2332 modelo de ficha de inscrição que poderá ser adotada nos estados – não necessariamente igual,  
2333 mas que contenha minimamente as informações recomendadas na ficha modelo, para que o  
2334 Consea possa ter um perfil dos participantes; e o **Anexo 3**, que é um relatório que visa  
2335 detalhar ainda mais esse perfil dos participantes – trata-se de um relatório tanto de análise da  
2336 situação (sobre discussões que ocorreram nos quatro eixos temáticos, em que se pede uma  
2337 síntese para que se tenha o retorno qualitativo do encontro estadual) quanto operacional  
2338 (número de participantes, a distribuição pelos diferentes grupos etc.).

2339 O Consea recomenda uma ata formal, extremamente simplificada, de como foi o processo de  
2340 escolha dos participantes estaduais e sua identificação, para já tornar possível conhecer a lista  
2341 de participantes. Esse seria o **Anexo 4**, a declaração da Comissão Organizadora, com o relato  
2342 do processo de escolha dos participantes para o encontro nacional.

2343 **Mirlane Guimarães**, da equipe técnica do Consea, pediu a palavra para enfatizar que os  
2344 estados tenham cuidado ao elaborar o Anexo 3, que trata das informações essenciais do  
2345 relatório de como foi o encontro estadual. Destaca que há no anexo uma tabela para preencher  
2346 o total de participantes mulheres, total de participantes homens, tanto da sociedade civil  
2347 quanto do governo, total de participantes mulheres negras, da sociedade civil e do governo.

2348 **Elisabetta Recine** acrescentou que a tabela é bastante detalhada para que o Consea possa ter  
2349 um panorama da participação no estado e, depois, possa fazer a mesma composição no  
2350 cenário nacional. Chamou a atenção para o fato de ser importante lembrar no GT que quando  
2351 todos os presidentes estiverem dentro dos seus grupos de trabalho nos encontros, elaborando  
2352 os relatórios e organizando os processos de discussão, que se dê vazão e oportunidade às  
2353 diferentes visões. Disse ser este um ponto muito importante defendido pelo Consea, que  
2354 poderá ser atestado no conteúdo do Informativo.

2355 Enfatizou que o objetivo não é ter um relatório monolítico sobre a discussão dos eixos  
2356 temáticos, por exemplo, ou mesmo sobre a análise da implementação do Sisan com uma visão  
2357 única. Mas que é importante dar espaço para que as visões diferentes, visões minoritárias, que  
2358 as discordâncias também sejam registradas no relatório. Porque é o conjunto das diferentes  
2359 visões que dão riqueza à análise do processo, seja ele da conjuntura ou da implementação do  
2360 Sisan. Recomendou cuidado e sensibilidade para que os grupos e as posições minoritárias,  
2361 divergentes sejam captados e também expressos no relatório. A presidenta abriu então a  
2362 palavra à plenária, para suas manifestações.

2363 **Rodrigo Nantes**, do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, pediu a palavra para fazer uma  
2364 comunicação a respeito do Projeto de Lei 4.685, de 2012, que é o PL da Economia Solidária,  
2365 que reconhece o Sistema Nacional de Economia Solidária. Disse que esse projeto de lei foi  
2366 aprovado há aproximadamente um mês, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da  
2367 Câmara dos Deputados, após passar por uma série de outras comissões. E agora foi  
2368 encaminhado ao Senado. Destacou que o PL está na iminência de sair, porque a expectativa  
2369 do setor da economia solidária é de que seja aprovado no Senado ainda neste ano. Explicou  
2370 que, além de reconhecer o Sistema Nacional de Economia Solidária, o projeto de lei  
2371 reconhece também o Cadastro Nacional de Economia Solidária e mais de 200 mil  
2372 empreendimentos econômicos solidários espalhados por todo o Brasil. Destacou que, sem  
2373 esse reconhecimento e esse marco legal, praticamente não existe o direito de produzir e viver  
2374 em cooperação de forma sustentável e solidária. Rodrigo Nantes aproveitou a oportunidade  
2375 para lembrar que o Professor Paulo havia feito algumas “colocações cirúrgicas” na parte da  
2376 manhã, a respeito da estratégia do movimento camponês, do movimento da agricultura  
2377 familiar, para enfrentar a realidade deste momento no país. Ele ressaltou que na economia  
2378 solidária existem milhares de empreendimentos da agricultura familiar. E que esses  
2379 empreendimentos estão protagonizando a referência de um outro modelo de desenvolvimento  
2380 socioeconômico, a partir do desenvolvimento endógeno, a partir do abastecimento interno e,  
2381 depois, transbordando para o externo. Disse considerar isso como segurança alimentar e  
2382 nutricional. Lembrou ainda que o conselheiro Cazuzza tinha comentado acerca da Rede  
2383 Ecovida, que atua no Sul e faz esse trabalho de forma brilhante – por meio da troca de  
2384 produtos entre os empreendimentos e depois, transbordando para a comercialização externa.  
2385 De acordo com Rodrigo, a Ecovida já chegou a um patamar maior. Ele ressaltou também  
2386 outros empreendimentos, como a Associação de Produtores Orgânicos do Mato Grosso do  
2387 Sul, que também atua com a certificação participativa, trabalham com o projeto de  
2388 desenvolvimento endógeno de troca, para garantir a segurança alimentar. Para depois chegar à  
2389 comercialização. Outro exemplo citado foi da Arco Sertão, da Bahia, uma central de compra  
2390 de produtos da agricultura familiar centralizando o PAA e o Pnae dentro do espaço de uma  
2391 cooperativa, que aglutina esses empreendimentos do interior do estado baiano. Rodrigo  
2392 destacou ainda que o sistema de comercialização solidária promove a conexão direta com o  
2393 consumidor, criando o consumo consciente, o comércio justo. E que apesar desse arcabouço  
2394 de tecnologias sociais e de possibilidades que a economia solidária traz, ela continua  
2395 marginalizado – a ponto de a Secretaria Nacional de Economia Solidária ter sido extinta e

2396 substituída por uma subsecretaria. Relatou que houve um contingenciamento gigantesco dos  
2397 seus recursos e a previsão anual para o ano que vem, segundo Rodrigo, é R\$ 500 mil para a  
2398 política pública de economia solidária. Disse considerar que, a exemplo do PAA, o Brasil está  
2399 extinguindo a política nacional de economia solidária. Rodrigo enfatizou ter gostado muito da  
2400 Exposição de Motivos, mas que, ainda assim, acredita que os conselheiros deveriam colocar  
2401 mais explicitamente no documento a posição deste conselho com relação ao modelo de  
2402 desenvolvimento socioeconômico em que acredita. Pois é um modelo que pode dar outro  
2403 rumo para resolver as situações provocadas pela atual conjuntura brasileira, concluiu.

2404 A presidenta **Elisabetta Recine** esclareceu que já havia pontuado, ao fazer o resumo, a  
2405 necessidade de adensamento da EM. Disse acreditar haver espaço na Exposição de Motivos  
2406 para a questão da economia solidária, para fazer essa expressão. E que havia anotado as  
2407 sugestões apresentadas por Rodrigo.

2408 A **participante Rejane**, representante do governo, mais especificamente do Ministério do  
2409 Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, fez um informe geral para lembrar que o Fórum  
2410 Interconselhos para Monitoramento do PAA havia sido adiado. O evento estava previsto para  
2411 o final de setembro e foi adiado para o início de novembro, nos dias 8 e 9. Disse que o  
2412 encontro estava confirmado.

2413 A presidenta **Elisabetta Recine** encerrou a plenária agradecendo a todos os participantes.  
2414 Chamou a atenção para o fato de que a plenária abriu oportunidade para encontros entre  
2415 diferentes comissões permanentes e que essa havia sido uma experiência que qualificou a  
2416 discussão, em todos os momentos. Congratulou a todos pelos resultados alcançados e desejou  
2417 breve retorno aos presentes em novembro, para discutir racismo institucional, terra e  
2418 território.